



NAZARÉ

2026 —

CARTA EDUCATIVA

Ficha Técnica



ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IAPP

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO
E POLÍTICAS PÚBLICAS



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas

TÍTULO DO PROJETO

Carta Educativa da Nazaré

DOCUMENTO ELABORADO POR:

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

REVISÃO:

Juliana Cruz

Júlio Estrelinha

Mathew Santos

Dânia Mafra

Índice

Introdução	8
1.1 Enquadramento da Carta Educativa	9
1.2 Enquadramento Legal	10
1.3 Contexto da Carta Educativa	16
1.4 Objetivos	18
1.5 Metodologia	19
1.5.1 Delimitação do Campo de Estudo	22
1.5.2 Procedimentos de Recolha e Tratamento da Informação	22
1.5.3 Percurso de Recolha e Análise dos Dados	28
Diagnóstico estratégico	29
2.1 Caracterização Territorial	29
2.1.1 Enquadramento Geográfico e Administrativo	29
2.1.2 Características Biofísicas	31
2.2.1 Evolução da População Residente	32
2.2.2 Caracterização da População Residente	33
2.2.3 Índices de Dependência da População	35
2.2.4 Natalidade, Fecundidade e Mortalidade	40
2.2.5 Análise das Pendularidades	41
2.2.6 População Migrante	42
2.3.1 Condições de Vida e Dificuldades da População	43
2.3.2 Educação, Formação e Aprendizagem	48
2.3.3 Mercado de Trabalho	56
Cenário de partida e projeções de desenvolvimento	64
3.1 Rede de Estabelecimentos	64
3.1.1 Creche	65
3.1.2 Educação Pré-Escolar	66
3.1.3 I Ciclo do Ensino Básico	76
3.1.4 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário	87
3.2 Diagnóstico Integrado do Parque Escolar – Análise SWOT	96

Índice de Figuras

1. Linha do tempo dos instrumentos normativos de enquadramento do Sistema Educativo Português.....	15
2. Esquema metodológico geral.....	22
3. Abordagens e funções da investigação dedutiva e indutiva.....	23
4. Modelo de conceptual de recolha de dados do diagnóstico estratégico.....	26
5. Modelo Conceptual de Recolha de Dados da Caraterização da Rede de Estabelecimento.....	27
6. Evolução da população residente e densidade populacional da Nazaré.....	34
7. Densidade populacional do concelho da Nazaré por freguesia - 2011 e 2021.....	35
8. Pirâmide etária do concelho da Nazaré – 2021.....	36
9. População residente por freguesia (%) – 2021.....	36
10. Evolução da População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário.....	35
11. Índices de Dependência do Município da Nazaré (2026 e 2030).....	37
12. Natalidade, fecundidade, mortalidade e de crescimento natural - 2011 e 2021.....	42
13. População residente que entre e sai do concelho da Nazaré (%) – 2021.....	43
14. Duração média dos movimentos pendulares no concelho e nas freguesias – 2021.....	43
15. Saldo migratório e Taxa de crescimento migratório no Oeste e no concelho da Nazaré.....	44
16. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em Nazaré.....	45
17. Média e percentis de rendimento bruto declarado por agregado fiscal e sujeito passivo.....	46
18. Percentis de rendimento bruto declarado e do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal e sujeito passivo (2021).....	47
19. Proporção da população residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo.....	48
20. Tipo e Grau de dificuldade da População residente no Município da Nazaré com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (à data dos Censos 2021), por Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos).....	49
21. Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo	50
22. População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo	51
23. Alunos matriculados por nível de ensino e ciclo de estudos	52
24. Taxa bruta de escolarização e taxa real de pré-escolarização (%) da população residente em idade normal de frequência por ciclo de estudo	53
25. Taxas de retenção e desistência (%) por nível e ciclo de ensino	54
26. Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo	55

27. Proporção da população residente e da população com idade entre 18 e 24 anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo	56
28. Proporção da população residente e da população com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo.....	57
29. Proporção da população residente e da população com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo	58
30. Comparação dos trabalhadores por conta de outrem (%) nos estabelecimentos do município da Nazaré e Oeste (NUTS III) segundo o setor de atividade	59
31. População empregada (N.º) residente no município da Nazaré (à data dos Censos 2021), por profissão	60
32. Trabalhadores por conta de outrem (%) nos estabelecimentos, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2020.....	61
33. Comparação do ganho médio mensal (Euros), 2020, por sexo e setor de atividade	62
34. Taxa de emprego (%) à data dos Censos 2021, por Grupo etário e sexo	63
35. Taxa de desemprego (%) da população residente ativa por Local de residência	64
36. Avaliação Geral do Meio Envolvente e Conservação dos Espaços Exteriores e Edifícios	66
37. Estado de Conservação dos Edifícios por Componente	69
38. Acessibilidades	70
39. Conservação dos Espaços de Apoio	72
40. Conservação de Redes e Instalações	74
41. Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos	76
42. Adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética	77
43. Caracterização das salas de atividades	79
44. Avaliação geral do meio envolvente e conservação geral dos espaços exteriores e edifícios do 1º ciclo do ensino básico	80
45. Estado de conservação dos edifícios do 1º ciclo do ensino básico	81
46. Acessibilidades do edificado do 1º ciclo do ensino básico	83
47. Conservação de espaços de apoios do 1º ciclo do ensino básico.....	84
48. Conservação de redes e instalações do 1º ciclo do ensino básico.....	85
49. Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos do 1º ciclo do ensino básico	87
50. Caracterização das salas letivas e de atividades do II, III ensino básico e secundário da Nazaré	88
51. Avaliação geral do meio envolvente e conservação geral dos espaços exteriores e edifícios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário	90
52. Avaliação geral do meio envolvente e conservação geral dos espaços exteriores e edifícios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário	91
53. Acessibilidades do edificado do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário	92

54. Conservação de espaços de apoios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário	94
55. Conservação de redes e instalações do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário	95
56. Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos	96

Introdução

No panorama educativo europeu, Portugal apresentou historicamente um ritmo de reforma mais lento relativamente aos seus parceiros europeus. Durante o período do Estado Novo (1933–1974), a escolaridade obrigatória limitava-se ao 4.º ano, num contexto em que vários países europeus já tinham estabelecido a obrigatoriedade do ensino até ao 10.º ou 12.º ano. O carácter fechado e autossuficiente do regime ditatorial contribuiu para um atraso estrutural do sistema de ensino, evidenciado pelas taxas de analfabetismo que atingiam cerca de 25% da população portuguesa nas décadas de 60 e 70 do século XX. Com o fim do Estado Novo e a instauração da democracia, iniciou-se um processo de democratização universal do ensino, embora os condicionalismos económicos do período de transição tenham constituído um obstáculo relevante à reforma do sistema educativo (Comissão Europeia, 2021).

Em 1986, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo representou um marco estruturante na história da educação em Portugal, ao consagrar um modelo compreensivo de escolaridade longa. Esta lei introduziu novos programas e medidas de apoio ao ensino, nomeadamente a extensão da escolaridade obrigatória até aos 15 anos de idade, a criação de cantinas escolares, o apoio ao alojamento e os auxílios económicos às famílias. Foi igualmente estabelecida uma nova organização curricular, com a integração do 8.º e 9.º anos no curso geral unificado e a consolidação do 12.º ano como ano de acesso ao ensino superior. Posteriormente, a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alargou a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano ou aos 18 anos de idade, aproximando o quadro normativo português das orientações europeias em matéria de educação. Não obstante os avanços registados, persistem desafios que exigem uma adaptação contínua do sistema educativo às exigências e às realidades da sociedade contemporânea (Carvalho, 2018; Comissão Europeia, 2021).

O sucesso escolar é condicionado por um conjunto de fatores internos e externos ao sistema educativo, sendo o papel da escola e das estruturas de apoio e intervenção social determinante para a melhoria das aprendizagens e para a construção de percursos escolares bem-sucedidos. Entende-se por sucesso escolar o acesso de todas as crianças e jovens a aprendizagens que lhes permitam concluir a escolaridade obrigatória com os saberes, comportamentos, atitudes e competências necessárias à construção de um projeto de vida futuro (Direção-Geral da Educação, 2019). Neste enquadramento, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar reconhece nas comunidades

educativas os agentes privilegiados para a conceção de planos de ação estratégica orientados para a melhoria das aprendizagens, por serem quem melhor conhece as suas fragilidades, mas também as suas potencialidades (Direção-Geral da Educação, 2021).

A escola assume, neste contexto, um papel central na vida de cada aluno, sendo a responsabilidade partilhada entre os diferentes níveis — local, regional e nacional — um fator indispensável para o compromisso coletivo com o sucesso educativo, independentemente dos condicionalismos internos e externos que se lhe opõem. O desempenho dos professores e das escolas é igualmente determinante no âmbito das práticas educativas, cabendo à Escola Pública a missão de garantir o desenvolvimento das competências necessárias à plena participação em sociedade e o acesso a uma aprendizagem que fundamente uma escolaridade de qualidade (Direção-Geral da Educação, 2021).

1.1 Enquadramento da Carta Educativa

A presente Carta Educativa do Município da Nazaré insere-se no âmbito de um processo mais alargado de planeamento estratégico da educação, que engloba a elaboração do Plano Educativo Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Oeste e Cartas Educativas Municipais (PEEDIOCEM). Este instrumento de planeamento opera a três níveis articulados — agrupamento de escolas, município e comunidade intermunicipal —, assentando no princípio da mobilização dos parceiros locais e regionais para a prossecução de objetivos comuns e para uma partilha planeada e eficiente de recursos.

No âmbito da fase diagnóstica que sustenta a elaboração da Carta Educativa Municipal, foram prosseguidos os seguintes objetivos:

Procedeu-se à identificação dos projetos de requalificação, valorização e construção de equipamentos escolares, à avaliação da evolução quantitativa da rede educativa concelhia e da sua adequabilidade às necessidades presentes, bem como à identificação dos indicadores de resultado dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Profissionais do concelho.

- **Levantamento e análise de informação estatística** - Realizou-se o levantamento, a sistematização e a análise de informação estatística relativa à frequência escolar nos vários ciclos de ensino, com o enquadramento dos resultados educativos municipais à luz dos objetivos definidos no Programa Nacional Governamental em vigor.

1.2 Enquadramento Legal

A reforma do sistema educativo empreendida por Veiga Simão, consagrada na Lei n.º 5/73, de 25 de julho, constituiu um marco relevante no processo de mobilização educativa da sociedade portuguesa, ao promover o direito à educação para todos e introduzir a obrigatoriedade de uma educação básica. Contudo, a efetiva democratização da participação dos diferentes agentes no processo educativo só ganhou maior expressão a partir de 25 de abril de 1974. Essa participação nos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino foi sendo progressivamente atribuída a docentes, alunos e pessoal não docente — pelo Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro — e, posteriormente, às associações de pais e encarregados de educação, a quem foi reconhecido o direito de intervenção e de emissão de parecer sobre iniciativas legislativas e sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino (Lei n.º 7/77, de 1 de fevereiro; Despacho Normativo n.º 122/79, de 22 de maio; Decreto-Lei n.º 376/80, de 12 de setembro).

No plano da territorialização da educação, e perante a necessidade de desconcentrar e descentralizar funções, o Ministério da Educação procedeu à criação de serviços regionais com competências de coordenação pedagógica, orientação do processo de colocação de professores, controlo das verbas orçamentais, superintendência das direções escolares do ensino primário e da Ação Social Escolar, fiscalização dos estabelecimentos de ensino particular e articulação com as entidades locais para a resolução de problemas de âmbito local (Decreto-Lei n.º 137/77, de 6 de abril). Num passo subsequente, e com o objetivo de melhorar e racionalizar os seus serviços, foram criadas dezoito delegações da Direção-Geral de Pessoal no continente (Decreto-Lei n.º 259-A/80, de 6 de agosto), seguindo-se o estabelecimento de um novo regime jurídico de autonomia das escolas (Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro), de direção, administração e gestão democrática dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio) e a criação das Direções Regionais de Educação (Decreto-Lei n.º 133/93, de 26 de abril).

No que respeita às autarquias, em 1984 o governo transferiu para os municípios competências em matéria de investimentos públicos no domínio da educação, designadamente nos seguintes âmbitos: equipamentos para a educação de base de adultos; centros de educação pré-escolar; escolas do ensino básico; residências e centros de alojamento para estudantes; transportes escolares; e outras atividades complementares da ação educativa, nomeadamente nos domínios da ação social escolar e da ocupação de tempos livres [alínea e) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março].

Em dezembro de 1985, na sequência dos estudos realizados desde os Governos Provisórios e das propostas que culminariam na Lei de Bases do Sistema Educativo, o governo criou uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/86, de 22 de janeiro), incumbida de promover a reorganização do sistema educativo com base em três orientações fundamentais: a descentralização da administração educativa nos planos regional, local e institucional; a modernização do sistema de ensino na sua organização estrutural, curricular e metodológica; e a valorização dos recursos humanos e a melhoria da qualidade do serviço prestado [alíneas a), b) e c) do n.º 4 da citada Resolução].

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) veio concretizar estes princípios, determinando que o planeamento e a reorganização da rede de estabelecimentos e edifícios escolares públicos deveria cobrir as necessidades de toda a população; contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais; assentar numa política efetiva de regionalização com definição clara das competências dos intervenientes; e garantir a flexibilidade necessária à sua utilização em diferentes atividades da comunidade. A lei determinou igualmente que o sistema educativo deveria ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional e local, assegurando a sua interligação com a comunidade através da participação de professores, alunos, famílias, autarquias e entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais, cabendo ao Estado garantir a eficácia e a unidade de ação do sistema (artigos 37.º, 38.º, 39.º e 43.º da Lei n.º 46/86).

No início dos anos 90, foram configurados diversos programas e iniciativas orientados para uma resposta mais contextualizada aos problemas das comunidades locais, entre os quais se destacam: a criação de conselhos consultivos regionais de educação (Despacho Normativo n.º 105/91, de 16 de maio); o Programa Educação para Todos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91, de 16 de maio); a constituição dos Centros de Formação da Associação de Escolas (Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro); e o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto).

Paralelamente, foram aprofundados os mecanismos de autonomia das escolas, estimulando a sua inserção na comunidade e a sua participação no reordenamento da rede educativa. As escolas foram incentivadas a apresentar propostas de associação, a desenvolver projetos educativos próprios (Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de junho) e a constituir agrupamentos, com possibilidade de reforçar progressivamente as suas responsabilidades através da celebração de contratos de autonomia (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio). Neste reordenamento, privilegiou-se a constituição de

agrupamentos verticais, integrando os diferentes ciclos de ensino com o objetivo de favorecer "um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica" (Despacho n.º 13313/2003, de 8 de julho).

Este impulso à territorialização das políticas educativas afastou a escola de um modelo uniforme de gestão, incentivando-a a construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e das suas potencialidades (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115-A/98). Neste âmbito, o artigo 2.º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação determinou a criação de estruturas de participação dos diversos agentes e parceiros sociais, com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente em matéria de apoio socioeducativo, atividades de complemento curricular, rede escolar, horários e transportes escolares. A competência para a criação dessas estruturas — designadas conselhos locais de educação — e para a elaboração da carta escolar a integrar nos planos diretores municipais foi atribuída a cada município [alíneas a) e b) do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro].

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, veio regulamentar estas estruturas de coordenação e consulta e aprovar o processo de elaboração da carta escolar, que passou a ser designada de carta educativa. Este diploma consagrou a carta educativa como "um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino" ao nível municipal, visando o planeamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos de acordo com as necessidades da oferta formativa, e tendo em conta o desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (artigo 17.º). O mesmo decreto determina que a carta educativa deve conter a caracterização da localização e organização espacial dos equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública (n.º 1 do artigo 18.º).

O processo de descentralização administrativa foi posteriormente aprofundado por um conjunto articulado de diplomas legais. Em 2008, no âmbito do consenso negocial com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi concluída a transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nos termos previstos na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho). A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio aprovar o estatuto das entidades intermunicipais e estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para estas associações, determinando as suas atribuições no que respeita à articulação com os serviços da administração central relativamente à rede educativa e de formação profissional [n.º 2, alínea c) dos artigos 67.º e 81.º]. Finalmente, a Lei-quadro da

transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) foi concretizada para a área da educação pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sucessivamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 125/2023, de 12 de dezembro.

No quadro deste último diploma, a carta educativa passa a ser obrigatoriamente revista sempre que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa – por iniciativa do departamento governamental competente ou do próprio município –, devendo igualmente ser objeto de revisão obrigatória de dez em dez anos (n.º 2 e n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 125/2023).

1. Linha do tempo dos instrumentos normativos de enquadramento do Sistema Educativo Português

Ano	Legislação	Sumário
1964	Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964	Amplia o período de escolaridade obrigatória
1967	Decreto-Lei n.º 47480, de 2 de janeiro	Institui o ciclo preparatório do ensino secundário, que substitui tanto o 1.º ciclo do ensino liceal como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional
1973	Lei n.º 5/73, de 25 de julho	Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo
1977	Lei n.º 5/77, de 1 de fevereiro	Cria o sistema público de educação pré-escolar
	Lei n.º 3/79, de 10 de janeiro	Incumbe a eliminação do analfabetismo
1979	Lei n.º 9/79, de 19 de março	Relativa às bases do ensino particular e cooperativo
	Lei n.º 66/79, de 4 de outubro	Estabelece o conjunto de atividades e serviços educativos destinados a crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico
	Decreto-Lei n.º 76/80, de 15 de abril	Cria o Programa Especial de Execução de Escolas Preparatórias e Secundárias
1980	Decreto-Lei n.º 240/80, de 19 de julho	Cria o 12.º ano de escolaridade e extingue o Ano Propedêutico do ensino superior
	Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro	Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo
1983	Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de julho	Reestrutura o ensino da música, dança, teatro e cinema
1985	Decreto-Lei n.º 46/85, de 22 de fevereiro	Cria o tipo de escola preparatória e secundária C + S
1986	Decreto-Lei n.º 151-E/86, de 18 de junho	Cria a Direção-Geral dos Equipamentos Educativos e aprova a respetiva lei orgânica
—	Lei n.º 46/86, de 14 de outubro	Lei de Bases do Sistema Educativo
	Decreto-Lei n.º 277/88, de 5 de agosto	Reforma o sistema de gestão do parque desportivo escolar
1988	Decreto-Lei n.º 344/88, de 28 de setembro	Cria uma linha de crédito bonificado para instalações e equipamentos no ensino particular e cooperativo

Ano	Legislação	Sumário
	Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de outubro	Cria em cada escola dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário um fundo de manutenção e conservação do edifício escolar
	Decreto-Lei n.º 388/88, de 25 de outubro	Cria incentivos ao apoio de pessoas singulares ou coletivas à expansão da rede escolar e melhoramento de recursos educativos
1989	Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto	Aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 32/90, de 24 de janeiro	Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento das escolas profissionais
1990	Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de novembro	Estabelece as bases gerais da organização da educação artística pré-escolar, escolar e extraescolar
	Decreto-Lei n.º 74/91, de 9 de fevereiro	Estabelece o quadro geral da organização e desenvolvimento da educação de adultos
	Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro	Aprova o regime jurídico da Educação Física e do desporto escolar
1991	Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio	Cria nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação
	Decreto-Lei n.º 334/91, de 6 de setembro	Reforma a gestão do parque desportivo escolar
	Decreto-Lei n.º 70/93 - Diário da República n.º 58/1993, Série I-A de 26 de abril	Estabelece o regime de criação e funcionamento das escolas profissionais
1995	Decreto-Lei n.º 173/95, de 20 de julho	Define os mecanismos e as condições de atribuição dos apoios financeiros necessários à criação e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar
	Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro	Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar
1997	Decreto-lei 147/97, de 11 de junho	Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respetivo sistema de organização e financiamento
	Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro	Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais
	Decreto-Lei n.º 89-A/98, de 7 de abril	Visa criar, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar, uma linha de crédito bonificado e estabelecer a bonificação de juros que constituirá encargo do Estado
1998	Decreto-Lei n.º 329/98, de 2 de novembro	Regula o ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa, de diversas confissões religiosas, em regime de permanência e em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social
1999	Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de setembro	Cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
	Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de janeiro	Aprova a revisão curricular do ensino secundário
2001	Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro	Aprova a reorganização curricular do ensino básico
2003	Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro	Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais
2005	Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto	Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior
2006	Decreto-Lei n.º 54/2006, de 15 de março	Altera o Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento das escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior
2007	Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro	Cria a Parque Escolar, E. P. E., e aprova os respetivos estatutos
2008	Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação

Ano	Legislação	Sumário
—	Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril	Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 4/2008, de 7 de janeiro	Introduz alterações nos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação
	Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de abril	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, que criou a Parque Escolar, E. P. E., e aprovou os respetivos estatutos
2009	Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto	Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade
	Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
2010	Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro	Regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, procedendo à quarta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro
	Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho	Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
2012	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 150/2012, de 12 de julho	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior
	Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto	Sexta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro
2013	Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário
	Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho	Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas
2014	Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e determina a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade
2016	Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário
2018	Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho	Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
	Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
2019	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

Ano	Legislação	Sumário
2023	Decreto-Lei n.º 16/2023, de 27 de fevereiro	Concretiza o processo de descentralização de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais no domínio da educação
	Decreto-Lei n.º 42/2023, de 5 de junho	Procede à reestruturação da Parque Escolar, E. P. E., procedendo à sua redenominação para Construção Pública, E. P. E., e à alteração do respetivo objeto

1.3 Contexto da Carta Educativa

O concelho da Nazaré dispõe de uma Carta Educativa cuja primeira versão foi aprovada em 2007, precedida de um relatório de caracterização e diagnóstico elaborado em 2006, com a participação de elementos de três unidades orgânicas da Câmara Municipal. Esse documento foi posteriormente sujeito a um processo de revisão e atualização, concluído em 2016, da responsabilidade do Gabinete de Educação do Município da Nazaré, com a colaboração do Agrupamento de Escolas da Nazaré, do Externato Dom Fuas Roupinho, da Escola Profissional da Nazaré (For-Mar), da FORMAR, da CERCINA, da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, do Centro Social da Freguesia de Famalicão e do Centro Social de Valado dos Frades.

A Carta Educativa de 2016 centrou a política educativa municipal em quatro grandes áreas de intervenção, para cada uma das quais foram definidos objetivos estratégicos e medidas de intervenção específicas:

- **Promoção da conclusão da escolaridade obrigatória:** assente nos seguintes objetivos estratégicos: colaborar em ações previstas nos projetos socioeducativos dos agrupamentos de escolas; garantir uma rede de transportes acessível a todos os jovens em idade escolar; adequar a Ação Social Escolar às novas realidades; e alargar o Serviço de Apoio à Família.
- **Promoção do ensino integrado e integrador,** com especial atenção às necessidades educativas especiais, tendo por objetivos: promover o ensino integrado; garantir as Atividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico; promover a educação para a cidadania nas áreas da saúde e do ambiente; alargar o acesso às novas tecnologias; e apoiar os alunos com necessidades educativas especiais em todas as áreas lúdico-pedagógicas.
- **Combate ao insucesso e ao abandono escolar,** orientado para: oferecer uma sólida educação a todos, com prioridade para a educação de infância e o ensino básico; orientar os recursos para os alunos com maiores necessidades; e fixar objetivos concretos e quantificados para melhorar a equidade, em particular no que respeita ao insucesso e ao abandono escolar.

- **Estímulo às respostas formativas**, com os objetivos de apoiar as entidades competentes na criação e oferta de formação profissional para jovens e trabalhadores; proporcionar aos jovens informação sobre os seus percursos pessoal, escolar e profissional; incentivar os estudantes com bom aproveitamento a prosseguir estudos; e monitorizar os alunos do concelho que frequentem o ensino superior.

Do ponto de vista do ordenamento da rede escolar, a Carta Educativa de 2016 identificou como prioridades a conclusão do processo de reordenamento iniciado com a construção dos Centros Escolares da Nazaré e de Valado dos Frades; a construção do Centro Escolar de Famalicão, na altura em fase de candidatura no âmbito das Investigações Territoriais Integradas (ITI) da Comunidade Intermunicipal do Oeste; e a necessidade de equacionar intervenções na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, de forma a garantir a oferta do ensino secundário na sua área de influência. O documento identificou igualmente como fragilidade relevante o êxodo de alunos do concelho para estabelecimentos de ensino externos — em particular nas transições de ciclo —, propondo medidas de reforço da articulação institucional, da divulgação das ofertas formativas locais e da complementaridade entre estabelecimentos de ensino.

Para a monitorização da Carta Educativa, o documento de 2016 estabeleceu que o Agrupamento de Escolas da Nazaré e os restantes estabelecimentos de ensino deveriam fornecer anualmente os elementos necessários à avaliação da procura e da oferta, e que no final de cada ano letivo seriam elaborados relatórios de avaliação a apresentar ao Conselho Municipal de Educação. A gestão da monitorização foi atribuída à Autarquia, cabendo ao Conselho Municipal de Educação a função de órgão de reflexão e de decisão. A Carta Educativa ficou sujeita a revisão obrigatória de cinco em cinco anos, ou sempre que se verificassem situações que a justificassem, designadamente a criação ou encerramento de estabelecimentos de ensino ou a desadequação da rede educativa. A concretização das propostas foi calendarizada num horizonte máximo de dez anos, através de planos de ação anuais, apontando para o período 2016–2026.

A presente Carta Educativa, de 2026, constitui o segundo instrumento de planeamento educativo do Município da Nazaré, elaborado de raiz enquanto Carta Educativa de segunda geração, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e das suas sucessivas alterações, com destaque para o Decreto-Lei n.º 125/2023, de 12 de dezembro. A sua elaboração justifica-se pelas profundas mudanças ocorridas no enquadramento legal do sistema educativo português, nomeadamente no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, bem como pelas significativas transformações demográficas, sociais e escolares verificadas no

concelho desde 2016, que tornam necessário o reordenamento prospetivo da rede educativa municipal para o período 2026–2035.

1.4 Objetivos

A Carta Educativa constitui o principal instrumento de apoio à decisão dos responsáveis pela gestão da educação e formação no território municipal. Trata-se de um instrumento de orientação da política educativa local, de planeamento municipal e de ordenamento da rede escolar, que deve garantir a racionalização de recursos, a complementaridade de soluções e o equilíbrio entre a oferta e a procura, a nível local, regional e nacional. A sua elaboração pressupõe o envolvimento da Câmara Municipal, do Conselho Municipal de Educação e dos restantes parceiros locais, de forma que as propostas nela contidas sejam contextualizadas face à realidade e produzam resultados sustentados a médio e longo prazo.

Com base nestes princípios, a presente Carta Educativa procedeu à elaboração do diagnóstico estratégico e à caracterização da rede de estabelecimentos de ensino do Município da Nazaré, o que permitiu delinear um conjunto de propostas de desenvolvimento educativo orientadas para os desafios e necessidades identificados.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, os objetivos da Carta Educativa são os seguintes:

1. Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam, em cada momento, à procura efetiva existente.
2. Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.
3. Promover a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como à gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.
4. Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazos.

5. Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

1.5 Metodologia

O processo de avaliação que sustenta a presente Carta Educativa parte de um enquadramento teórico que abrange o contexto histórico e normativo do sistema educativo português, bem como a evolução das cartas educativas enquanto instrumentos de planeamento estratégico. Este enquadramento procura verificar a sua aplicabilidade no campo empírico — neste caso, à rede educativa do Município da Nazaré —, contemplando igualmente as representações sociais dos diferentes atores envolvidos no processo educativo local (Armstrong, 1972; Bravo, 2007; Seliger, 2009). O objetivo central é compreender a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, de forma a que a oferta educativa disponível ao nível municipal corresponda à procura existente e às necessidades da comunidade.

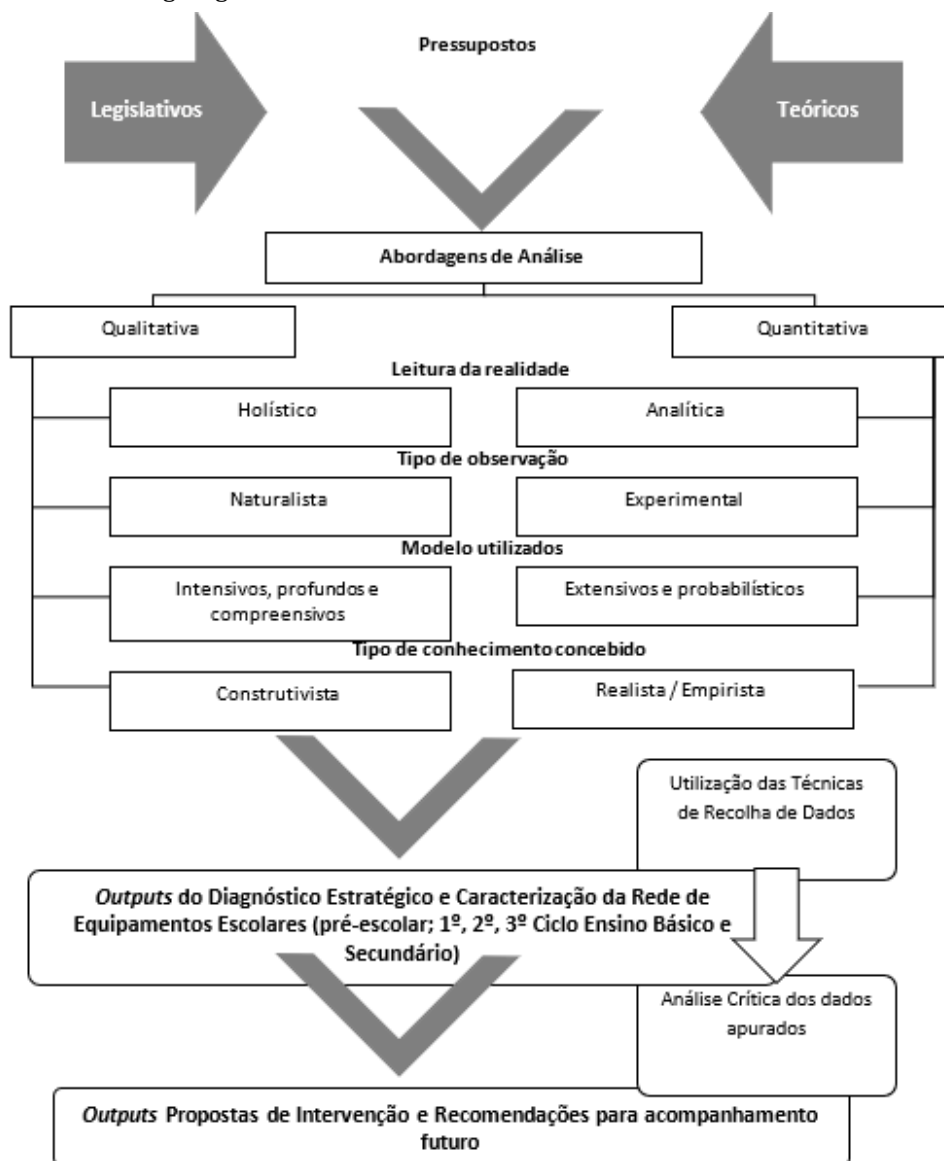
A metodologia adotada assenta numa abordagem mista, que combina estratégias de base quantitativa e qualitativa (Bogdan & Bilken, 1994; Casilimas, 1996; Freixo, 2009; Maxwell, 2005). Esta opção metodológica reflete a complexidade do objeto de estudo e a necessidade de articular diferentes níveis de análise para uma caracterização rigorosa e abrangente da realidade educativa concelhia.

A abordagem quantitativa sustenta-se numa análise estatística de dados recolhidos de forma extensiva junto dos estabelecimentos de ensino do Município da Nazaré, permitindo descrever e explicar os fenómenos sociais mensuráveis e compreender, ao nível municipal, o reflexo do processo de ordenamento nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação. A abordagem qualitativa, por sua vez, privilegia uma análise mais aprofundada, realizada a partir dos contributos dos diferentes atores da rede educativa recolhidos em entrevistas e em sessões de focus group. Esta dimensão permite revelar aspetos ocultos ou emergentes do objeto em estudo, através da experiência subjetiva dos seus intervenientes, e assegurar a coerência entre a estratégia da rede educativa e as políticas educativas definidas pelo Município da Nazaré (Freixo, 2009; Maxwell, 2005; Stern, 1980).

Embora complementares, estas duas abordagens apresentam diferenças significativas entre si — ilustradas na Figura 2 —, nomeadamente no que respeita ao tipo de leitura dos dados, ao modo de observação dos fenómenos sociais, aos modelos analíticos adotados e à natureza do conhecimento que produzem. A sua articulação constitui, precisamente,

uma mais-valia metodológica desta Carta Educativa, ao permitir conjugar o rigor da análise extensiva com a profundidade interpretativa da análise qualitativa.

2. Esquema metodológico geral



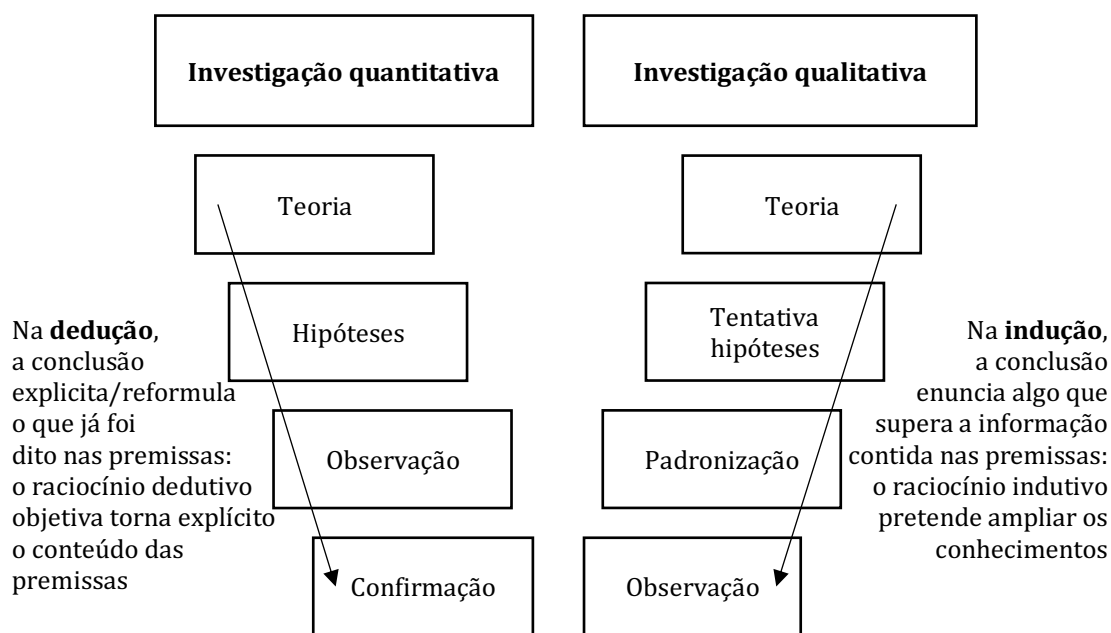
ISCSP-ULisboa, 2024.

A lógica dedutiva que caracteriza a investigação quantitativa assenta, numa perspetiva epistemológica, em três fases fundamentais: a abordagem inicial ao tema, a preparação do projeto de investigação e a sua implementação (Briones, 1996). O método quantitativo constitui, na sua essência, um processo sistemático de recolha e tratamento de dados observáveis e passíveis de quantificação, orientado para a descrição e explicação dos fenómenos em análise.

Neste quadro, e de acordo com Freixo (2009), o argumento lógico dedutivo organiza-se em torno de três componentes interdependentes: as hipóteses ou premissas, que

estabelecem o ponto de partida da investigação; as inferências, que traduzem o processo pelo qual se transita das hipóteses para a tese; e as conclusões, que se materializam em propostas e recomendações fundamentadas nos dados recolhidos e analisados. Esta estrutura lógica, representada na Figura 2, confere ao processo investigativo um carácter rigoroso e sistemático, essencial para a solidez dos resultados obtidos e para a credibilidade das orientações que deles decorrem.

3. Abordagens e funções da investigação dedutiva e indutiva



Fonte: Adaptado de Burney, 2008; Freixo, 2009

Os métodos dedutivo e indutivo não se excluem mutuamente — embora alguns autores defendam posições divergentes a este respeito — podendo, em determinadas investigações, assumir uma função complementar. É precisamente este o caso da presente Carta Educativa (Figura 3), em que ambos os métodos se articulam de forma integrada: através da indução, recolhem-se os dados iniciais sobre a realidade social e a rede educativa do Município da Nazaré; através do método dedutivo, estabelecem-se relações e correlações entre os conceitos, constructos e fenómenos identificados, com o objetivo de corroborar ou refutar determinadas hipóteses teóricas (Fereday & Muir-Cochrane, 2006; Freixo, 2009; Morse & Mitcham, 2002).

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Caderno de Encargos para a elaboração, revisão e atualização das Cartas Educativas Municipais, e em articulação com o Plano Educativo Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Oeste (PEEDIOCEM), a Carta Educativa da Nazaré fundamentou-se num modelo de coconstrução. Este modelo pressupõe uma colaboração ativa e estruturada entre a

Equipa de Investigação, os estabelecimentos de ensino do concelho, os representantes do Município da Nazaré e a Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), garantindo que o processo de elaboração refletisse, de forma participada e rigorosa, as realidades, as necessidades e as prioridades educativas do território.

1.5.1 Delimitação do Campo de Estudo

A delimitação do campo de estudo constitui um elemento fundamental em qualquer investigação social, na medida em que garante a clareza, a precisão e a relevância do trabalho realizado (Maxwell, 2013; Neuman, 2014). No âmbito da presente Carta Educativa, esta delimitação permitiu à equipa de investigação concentrar-se na identificação e mobilização dos recursos disponíveis de forma eficaz, evitando a dispersão e assegurando a obtenção de resultados significativos e aplicáveis ao contexto em estudo.

A definição cuidadosa dos limites do campo de estudo contribuiu igualmente para o estabelecimento dos parâmetros e indicadores de análise (Babbie, 2016; Bryman, 2016; Creswell, 2014), nomeadamente para a construção do modelo de análise e das fichas de caracterização dos diferentes ciclos de ensino. Permitiu ainda assegurar a viabilidade e a exequibilidade da elaboração da Carta Educativa da Nazaré (Marshall & Rossman, 2014), processo que, pela necessidade de obtenção de dados junto de toda a rede escolar do concelho, implicou uma multiplicidade de procedimentos técnicos e administrativos.

1.5.2 Procedimentos de Recolha e Tratamento da Informação

As técnicas de recolha e tratamento de dados adotadas na presente Carta Educativa — designadamente o *desk research*, a análise estruturada de bases de dados, o inquérito por questionário, as entrevistas e as sessões de *focus group* — constituem procedimentos operatórios claramente definidos, estruturados e transmissíveis, selecionados em função dos objetivos da investigação e do método escolhido (Carmo & Ferreira, 1998). Estes procedimentos foram igualmente adotados na elaboração do Plano Educativo Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Oeste (PEEDIOCEM), assegurando a coerência metodológica entre os dois instrumentos de planeamento.

1.5.2.1 Desk Research

O *desk research* é uma metodologia de recolha, análise e interpretação de dados e informações disponíveis publicamente, incluindo dados secundários, documentos, relatórios, artigos e outras fontes acessíveis (Remenyi, Williams, Money & Swartz, 1998). Distingue-se da pesquisa de campo por não requerer a recolha direta de dados através de inquérito por questionário, entrevista ou *focus group*, baseando-se antes na sistematização e análise crítica de informação já existente.

O recurso a esta técnica permitiu à equipa de investigação aceder de forma eficiente ao enquadramento normativo e legislativo do sistema educativo português, bem como analisar a documentação produzida pelos diferentes organismos públicos que se articulam com o sistema e a rede educativa a nível nacional e local, abrangendo diversas perspetivas, contextos e fontes (Saunders, Lewis & Thornhill, 2009; Wilson, 2014). O *desk research* desempenhou, assim, um papel central no diagnóstico da rede educativa e no suporte às recomendações formuladas, contribuindo para a qualidade e a relevância dos dados que fundamentam a presente Carta Educativa.

1.5.2.2 Análise Estruturada das Bases de Dados

A escassez de informação estatística que permita caracterizar e acompanhar de forma sistemática os contextos educativos ao nível local constitui um problema reconhecido por diversas entidades, incluindo organismos internacionais (UNICEF, 2013). A presente Carta Educativa procura dar resposta a este desafio, contribuindo para a identificação, levantamento e análise de um conjunto de indicadores pertinentes sobre a realidade educativa do Município da Nazaré.

A partir das bases estatísticas nacionais disponíveis e de fontes estatísticas secundárias, procedeu-se ao levantamento, sistematização e análise de indicadores que sustentam o diagnóstico estratégico educativo do município. Este diagnóstico foi concebido de forma a ser passível de atualização, permitindo acompanhar as alterações que ocorrem na realidade social da rede educativa e contextualizá-las no quadro territorial, populacional e socioeconómico mais abrangente.

Para a construção do modelo conceptual, foram mobilizados os métodos dedutivo e indutivo com o objetivo de identificar as dimensões de análise relevantes, tendo em conta tanto a literatura especializada como a disponibilidade efetiva de dados. A pesquisa organizou-se em torno de três grandes dimensões: 1) caracterização territorial; 2) dinâmica populacional; e 3) dinâmica socioeconómica, desdobradas em subdimensões definidas em função dos indicadores disponíveis. A lista de indicadores correspondentes a cada subdimensão encontra-se sistematizada no Quadro 2, permitindo clarificar as responsabilidades de recolha e disponibilização dos dados.

A recolha de dados foi realizada a partir das bases de dados do INE e do PORDATA, de publicações de organismos públicos — designadamente Ministérios, municípios e institutos públicos — e dos dados disponibilizados pela OesteCIM.

4. Modelo de conceptual de recolha de dados do diagnóstico estratégico [versão resumida]

Dimensão	Subdimensão	Indicadores
Caracterização Territorial	Indicadores de contextualização do concelho	Enquadramento histórico Características geográficas genéricas
	Caraterísticas biofísicas do concelho	Tipologia da paisagem Clima
	Rede rodoviária	Rede de estradas (nacionais e municipais) Rede ferroviária
	Rede de transportes públicos	Transportes públicos
Dinâmica Populacional	População residente	Evolução populacional Densidade populacional Idade população População residente Tipo e Grau de dificuldade da População residente
	Dependência da população	Índice de dependência da população
	Natalidade, fecundidade e mortalidade	Taxa crescimento natural
	Pendularidades	Proporção de pendularidades Duração média dos movimentos pendulares Saldo migratório
	População migrante	Taxa de crescimento migratório Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira Quantidade de agregados domésticos Quantidade e tipo de núcleo familiar
Dinâmica Socioeconómica	Condições de vida e dificuldades da população	Tipo de Alojamentos Valor médio mensal das rendas Escalão mensal de Encargos financeiros dos alojamentos familiares rendimento bruto declarado por agregado
	Educação, formação e aprendizagem	Taxa de analfabetismo Alunos matriculados por nível de ensino Taxa bruta de escolarização e taxa real de pré-escolarização Taxas de retenção e desistência Proporção da população residente vs. ciclos de ensino
	Mercado de Trabalho	Tipologia de contrato de trabalho População empregada Ganho médio mensal Taxa de emprego <i>Taxa de desemprego</i> Proporção da população empregada

ISCSP-ULisboa, 2023.

1.5.2.3 Inquérito por Questionário: Fichas de Caracterização dos Ciclos de Ensino

O inquérito por questionário constituiu uma das principais técnicas de recolha de dados adotadas na presente Carta Educativa, sendo o tratamento da informação recolhida realizado através de análise estatística — o método mais comumente utilizado para a

clarificação e estratificação de dados deste tipo. A escolha desta técnica justifica-se pelo facto de o inquérito por questionário ser um dos instrumentos mais consolidados nas ciências sociais para a recolha de dados, na medida em que as questões formuladas permitem compreender e avaliar as atitudes e as opiniões dos sujeitos inquiridos (Freixo, 2009; Jacoby, 1987; Sampieri, Collado & Lucio, 2007).

A opção pelo inquérito por questionário fundamenta-se igualmente na sua capacidade de abranger um maior número de observações e de assegurar uma recolha de dados mais extensiva do que outras técnicas disponíveis. Entre as suas características distintivas, destacam-se as seguintes:

- a observação indireta dos factos, sustentada nas declarações prestadas pelos próprios inquiridos;
- a possibilidade de comparação dos dados obtidos, tanto numa perspetiva geral como particular;
- a capacidade de analisar e estudar acontecimentos e fenómenos sociais de forma sistematizada (Bravo, 2007).

O instrumento utilizado integra um conjunto de questões com respostas pré-determinadas, perante as quais o inquirido se posiciona ou seleciona a opção que mais se aproxima da sua realidade profissional. Tendo por base os pressupostos definidos para a elaboração, revisão e atualização das Cartas Educativas Municipais, o inquérito por questionário foi estruturado em torno de um conjunto de perguntas que operacionalizam o conceito, as dimensões, as subdimensões e as categorias presentes no modelo de análise, conforme sistematizado na figura 3.

5. Modelo de conceptual de recolha de dados da caracterização da rede de estabelecimentos

Dimensão	Indicador	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º ou Escolas Secundárias
Caraterização Geral	Agrupamento de Escolas	x	x	X
	Estabelecimento de Ensino	x	x	X
	Rede (Pública ou Privada)	x	x	X
	Níveis de ensino	—	—	X
	Oferta Profissional	—	—	X
	Freguesia	x	x	X
	Tipo de construção dos edifícios	x	x	X
	Salas: Educação física/polivalente	—	x	X
	Salas: informática	—	x	X
	Salas de atividade com condições para a componente letiva (total)	—	X	—
	Com confeção para o exterior	—	X	—
	Salas de educação visual e tecnológica	—	—	X
	Laboratórios	—	—	X
	Oficinas (nº)	—	—	X
Carência de salas (nº)	—	x	X	

	Carência de salas (finalidade)	—	x	X
	Estado de conservação geral (edifícios)	x	x	X
	Serviço de almoço (refeições)	x	x	X
	Ano de construção (edifício original)	x	x	X
	Edifícios construídos de raiz	x	x	X
	Estado de conservação geral (espaços exteriores)	x	x	X
	Tipo de unidade de confeção de refeições	x	x	X
				2º e 3º ou Escolas Secundárias
Dimensão	Indicador	Pré-Escolar	1º Ciclo	
	Ano de construção (edifício mais recente)	x	x	X
	Edifícios adaptados	—	X	—
	Edifícios adaptados (nº)	—	—	X
	Ano da última reabilitação/intervenção (>50% do edifício)	x	x	X
	Edifícios de uso exclusivamente educativo (se não, que funções)	X	X	—
	Salas de atividade ocupadas com turma	x	x	X
	Acessibilidades para crianças com NEE – necessidades educativas especiais	x	x	X
	Educadores de Infância	X	—	—
Recursos Humanos	Docentes	—	x	X
	Assistentes Operacionais	x	x	X
	Assistentes técnicos	x	x	X
	Outros recursos humanos	x	x	X
	Evolução nº de crianças	x	x	X
	Residentes município	x	x	X
	Atividades de Animação e apoio à Família - AAAF (Antes da componente letiva): nº de crianças	X	—	—
Alunos	Turmas	—	x	X
	Atividades de Enriquecimento Curricular: nº de crianças	—	x	X
	Alunos retidos	—	x	X
	Alunos que abandonaram	—	x	X
	Componente de Apoio à Família (CAF): nº de crianças	—	x	X
	Educação de alunos cegos e com baixa visão	—	x	X
	Nº de crianças com NEE	x	x	X
	Intervenção precoce na infância	x	x	X
	Acesso geral	x	x	X
	Pedonais	x	x	X
	Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	x	x	X
	Transportes Públicos	x	x	X
	Proximidade à Rede de Metro	x	x	X
Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolverte	Estrutura	x	x	X
	Cobertura	x	x	X
	Salas	x	x	X
	Paredes exteriores	x	x	X
	Paredes interiores	x	x	X
	Revestimentos de pavimentos exteriores	x	x	X
	Revestimentos de pavimentos interiores	x	x	X
	Tetos	x	x	X

Escadas	x	x	X
Ascensores	x	x	X
Caixilharia e portas exteriores	x	x	X
Revestimentos de pavimentos interiores	x	x	X
Dispositivos de proteção contra queda	x	x	X

Dimensão	Indicador	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º ou Escolas Secundárias
—	Refeitório	x	x	X
	Sala polivalente	x	x	X
	Sanitários	x	x	X
	Recreio coberto	x	x	X
	Recreio descoberto	x	x	X
	Parque infantil	x	x	X
	Campo de jogos exterior	x	x	X
	Instalação de distribuição de água	x	x	X
	Instalação de gás natural	x	x	X
	Instalação elétrica e de iluminação	x	x	X
	Instalações de telecomunicações e contra intrusão	x	x	X
	Instalação de segurança contra incêndio	x	x	X
	Instalação e evacuação de lixo	x	x	X
	Esgotos	x	x	X
	Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos	x	x	X
	Equipamento de cozinha	x	x	X
	Instalação de ventilação	x	x	X
	Instalação de climatização	x	x	X
	Wi-Fi	x	x	X
	Instalação de drenagem de águas residuais	x	x	X
Instalação de meios e cuidados de saúde	x	x	X	

Fonte: ISCSP-ULisboa, 2023.

1.5.2.4 Entrevistas

A entrevista constitui uma técnica de recolha de dados cujas principais vantagens residem no grau de profundidade dos elementos de análise obtidos e na flexibilidade na apresentação das questões. Comparativamente ao inquérito por questionário, a entrevista permite recolher dados mais ricos e aprofundados, na medida em que os atores sociais da rede educativa podem expressar livremente os seus sentimentos e opiniões. A flexibilidade inerente a este instrumento permitiu à equipa de investigação conduzir as entrevistas de forma mais aberta, sem ficar limitada à sequência rígida das questões do guião. Destaca-se ainda que, ao longo do processo, a equipa esteve atenta às questões de comunicação não-verbal — como a postura corporal e a expressão facial —, que poderiam revelar constrangimentos por parte dos entrevistados (Carmo & Ferreira, 1998).

De entre os diferentes tipos de entrevista, a opção recaiu sobre a entrevista semidiretiva ou semidirigida, por ser a mais utilizada em investigação social e por não ser nem inteiramente aberta nem estruturada por um número elevado de perguntas. Dentro desta modalidade, Flick (2005) distingue a entrevista a especialistas, na qual os entrevistados são considerados não enquanto casos individuais, mas como representantes de um grupo — o que se aplica diretamente aos atores sociais da rede educativa entrevistados no âmbito da presente Carta Educativa.

O guião de entrevista foi estruturado em torno de quatro dimensões fundamentais. A primeira incide sobre o enquadramento na política urbana municipal no contexto da educação, identificando subdimensões e indicadores que permitem avaliar a integração das políticas educativas nas estratégias urbanas gerais. A segunda dimensão aprofunda as competências assumidas pelo município em matéria de educação, abrangendo a gestão de recursos, a implementação de programas e a colaboração com entidades governamentais e não governamentais. A terceira dimensão explora o posicionamento do município face às metas da atual política governamental, analisando o alinhamento das políticas locais com os objetivos nacionais em educação. Por fim, a quarta dimensão aborda uma possível calendarização de execução das propostas por eixo de intervenção e dos investimentos necessários, com vista a apoiar uma planificação eficiente das iniciativas educativas e a adequada alocação de recursos.

Os dados recolhidos através das entrevistas foram parcialmente transcritos e sintetizados de acordo com a abordagem proposta por Stake (2016), que enfatiza a importância de capturar e contextualizar as ideias principais, transcrevendo apenas os excertos mais significativos para ilustrar os aspetos em análise. Esta metodologia permitiu destacar os elementos mais relevantes e representativos, enriquecendo a análise qualitativa dos dados. No que respeita à codificação, as dimensões e subdimensões definidas no Quadro 3 foram incorporadas no *software* de tratamento de dados qualitativos MAXqda, facilitando a codificação sistemática de todos os segmentos das transcrições parciais realizadas.

1.5.3 Percurso de Recolha e Análise dos Dados

A descrição e análise do percurso de recolha e tratamento dos dados desempenham um papel fundamental em qualquer investigação social e científica, assegurando a transparência, o rigor metodológico e a compreensão do processo de elaboração das Cartas Educativas Municipais. A transparência constitui um princípio basilar da pesquisa científica, permitindo avaliar os métodos utilizados e aferir a robustez dos resultados obtidos. Segundo Denzin e Lincoln (2011), a descrição detalhada do percurso

metodológico é essencial para garantir a replicabilidade dos estudos, bem como para atestar a validade dos resultados (Creswell, 2014).

Diagnóstico estratégico

2.1 Caracterização Territorial

2.1.1 Enquadramento Geográfico e Administrativo

O concelho da Nazaré, integrado no distrito de Leiria e na Região Centro (NUTS II), insere-se na sub-região do Oeste (NUTS III), assumindo-se como um território de forte identidade litoral na freguesia da Nazaré, e de fortes raízes agrícolas nas freguesias de Valado dos Frades e Famalicão. Esta ligação estruturante não só condicionou a ocupação do espaço, como moldou práticas sociais, económicas e culturais que ainda hoje definem a singularidade deste território.

A Nazaré constitui um caso paradigmático de construção territorial a partir de núcleos com génese distinta, mas progressivamente articulados: a Praia, o Sítio e a Pederneira. Cada um destes espaços reflete momentos históricos e funções específicas no desenvolvimento local.

A Praia, inicialmente uma área de apoio às atividades piscatórias, evoluiu para um espaço de vivência comunitária intensiva e, mais tarde, para o principal polo turístico. O Sítio, situado no promontório sobranceiro ao mar, afirma-se como núcleo de forte centralidade religiosa e simbólica, associado ao culto de Nossa Senhora da Nazaré e à lenda de D. Fuas Roupinho, que permanece como um dos elementos identitários mais marcantes da cultura local. Já a Pederneira, com raízes medievais, desempenhou funções administrativas e portuárias relevantes, destacando-se a construção naval, sendo, durante séculos, sede de concelho e um dos principais núcleos populacionais da região.

Do ponto de vista histórico, a evolução da Freguesia da Nazaré está intrinsecamente ligada à exploração dos recursos marítimos. Durante largos períodos, a pesca constituiu a principal atividade económica, estruturando não apenas a subsistência das populações, mas também os seus modos de vida, práticas culturais e organização social. A dureza e imprevisibilidade do mar contribuíram para a construção de uma identidade coletiva resiliente, profundamente enraizada em valores de solidariedade e entreaajuda.

A partir da segunda metade do século XIX, a Nazaré começa a afirmar-se como estância balnear, atraindo visitantes pela sua paisagem natural, autenticidade cultural e tipicidade das suas gentes. Este processo intensificou-se ao longo do século XX, conduzindo a uma progressiva reconfiguração do território e das suas funções. A construção do porto de abrigo, inaugurado na década de 1980, constituiu um marco decisivo, permitindo melhorar as condições de segurança da atividade piscatória e impulsionar novas dinâmicas económicas, incluindo a náutica de recreio.

Paralelamente, o concelho integra outras unidades territoriais com características próprias e complementares. Famalicão, de matriz rural, apresenta uma forte ligação à agricultura e à ocupação tradicional do solo, mantendo uma paisagem marcada pela atividade agrícola e por formas de povoamento disperso. Valado dos Frades, por sua vez, evidencia uma herança histórica associada à intervenção dos monges cistercienses, que promoveram a drenagem e valorização agrícola dos terrenos, dando origem a um espaço produtivo que ainda hoje se destaca pela intensidade da exploração agrícola e pela presença de atividades industriais associadas.

A configuração física do território, marcada por falésias, extensos areais, zonas dunares e áreas agrícolas, contribui para a diversidade paisagística do concelho, conferindo-lhe um elevado valor ambiental e patrimonial. A Praia do Norte, em particular, assume notoriedade internacional não só pelas suas características naturais, mas também pelo fenómeno das ondas gigantes, que reforçam a projeção global da Nazaré.

Neste contexto, a Nazaré afirma-se como um território onde coexistem tradição e modernidade, resultando de um processo evolutivo contínuo que articula heranças históricas, transformações económicas e dinâmicas contemporâneas, configurando uma identidade territorial singular e fortemente marcada pelo seu contexto marítimo.

2.1.2 Características Biofísicas

O território do concelho da Nazaré caracteriza-se por uma considerável diversidade de ocupações do solo, associada tanto à estrutura fundiária da propriedade rural como à presença significativa de áreas de matos e florestas. Do ponto de vista topográfico, o concelho apresenta uma altitude mínima de -1 metro e uma altitude máxima de 208 metros, evidenciando um relevo predominantemente suave, com zonas planas e arenosas que caracterizam grande parte da sua extensão.

A estrutura pedológica do concelho organiza-se em quatro zonas principais:

- Zona Agrícola — abrange parte das freguesias de Valado dos Frades e Famalicão, incluindo a Zona dos Aluviões do Campo, vocacionada para culturas intensivas e caracterizada por solos férteis com forte tradição hortícola, em particular nos campos do Valado;
- Zona de Pinhal — localizada na parte norte do concelho, nas freguesias da Nazaré e do Valado dos Frades, com predominância de pinhal bravo e algumas baixas cultivadas;
- Zona de Culturas Permanentes — de menor dimensão, situada a sudoeste da freguesia de Famalicão;
- Zona de Cultura Arvensa — localizada entre as freguesias da Nazaré e de Famalicão.

Esta diversidade biofísica condiciona a distribuição da população pelo território e, conseqüentemente, os padrões de mobilidade escolar e as necessidades de organização da rede de transportes escolares.

2.1.3 Rede de Infraestruturas e Acessibilidades

A estrutura de acessibilidades do concelho da Nazaré é determinante para a compreensão das condições de mobilidade da população escolar e para o planeamento da rede de transportes escolares.

No que respeita à rede rodoviária, o concelho integra as seguintes infraestruturas, de acordo com o Plano Diretor Municipal:

Rede Nacional

- Itinerários complementares: IC9 e respetivas vias de ligação;
- Outras estradas: troço da EN 242 entre a Nazaré e Famalicão.

Rede de Estradas Nacionais Desclassificadas

- EN 242 (entre o km 27,700 e a vila da Nazaré), EN 242-5, EN 242-6 e ramal da EN 8-5.

A rede rodoviária municipal é composta pelas seguintes estradas e caminhos municipais:

- Estradas municipais: EM 551, EM 562, EM 604 e EM NZR1;

- Caminhos municipais: CM 1285, CM 1285-1, CM 1290, CM 1291, CM 1291-1, CM 1292 e CM 1293.

No que respeita à rede ferroviária, o concelho é atravessado por troços da Linha do Oeste, que assegura a ligação ferroviária da Nazaré à rede nacional.

A análise da rede de infraestruturas viárias revela um território com uma cobertura rodoviária razoável, embora com assimetrias entre as zonas mais urbanas e as áreas de menor densidade populacional. Estas assimetrias têm implicações diretas na organização dos circuitos de transporte escolar e na garantia de acesso equitativo aos estabelecimentos de ensino por parte de todos os alunos do concelho, independentemente da sua localização geográfica de residência.

2.1.4 Património e Identidade Cultural

O concelho da Nazaré possui um património histórico, cultural e paisagístico de assinalável riqueza, que constitui um recurso identitário de grande relevância para a comunidade local e um fator de atratividade turística de projeção internacional. Entre os elementos patrimoniais mais significativos destacam-se o Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, o Forte de São Miguel Arcanjo, a Igreja de São Gião, a Ermida da Memória, o Monumento à Mulher da Nazaré e o Teatro Chaby Pinheiro, entre outros.

2.2 Dinâmica Populacional

2.2.1 Evolução da População Residente

A região do Oeste tem registado, ao longo da última década, um desenvolvimento económico progressivo que se tem traduzido em dinâmicas populacionais específicas, nomeadamente num aumento gradual da densidade populacional. Este crescimento regional não se refletiu, contudo, de forma equivalente no Município da Nazaré, cujo comportamento demográfico evidencia uma trajetória distinta (figura 6).

6. Evolução da população residente e densidade populacional da Nazaré- 1991, 2001, 2011 e 2021

	População residente na Nazaré (N.º)	Densidade populacional da Nazaré (N.º / Km2)	Densidade populacional do Oeste (N.º / Km2)
1991	15313	185,54	141,58
2001	15060	182,47	152,53
2011	15158	183,89	163,29
2021	14881	180,53	163,73

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise da evolução demográfica do município entre 1991 e 2021 revela um comportamento irregular, tanto ao nível da população residente como da densidade

populacional. No período em análise, registou-se uma redução total de 432 habitantes, correspondendo a um decréscimo de aproximadamente 3% na densidade populacional, que passou de 185,54 para 180,53 habitantes por km². Em sentido contrário, a região do Oeste registou um crescimento contínuo da densidade populacional entre 1991 e 2011, estabilizando a partir dessa data em torno dos 163 habitantes por km².

A análise por freguesia (figura 7) permite identificar assimetrias internas relevantes. Com exceção da freguesia da Nazaré, que registou um ligeiro aumento da densidade populacional — de 244,29 para 246,30 habitantes por km² —, todas as restantes freguesias evidenciaram reduções, sendo a mais expressiva a verificada em Valado dos Frades, onde a densidade populacional diminuiu cerca de 9%, passando de 167,96 para 152,51 habitantes por km². A freguesia de Famalicão registou uma redução mais moderada, na ordem dos 4%.

7. Densidade populacional do concelho da Nazaré por freguesia - 2011 e 2021

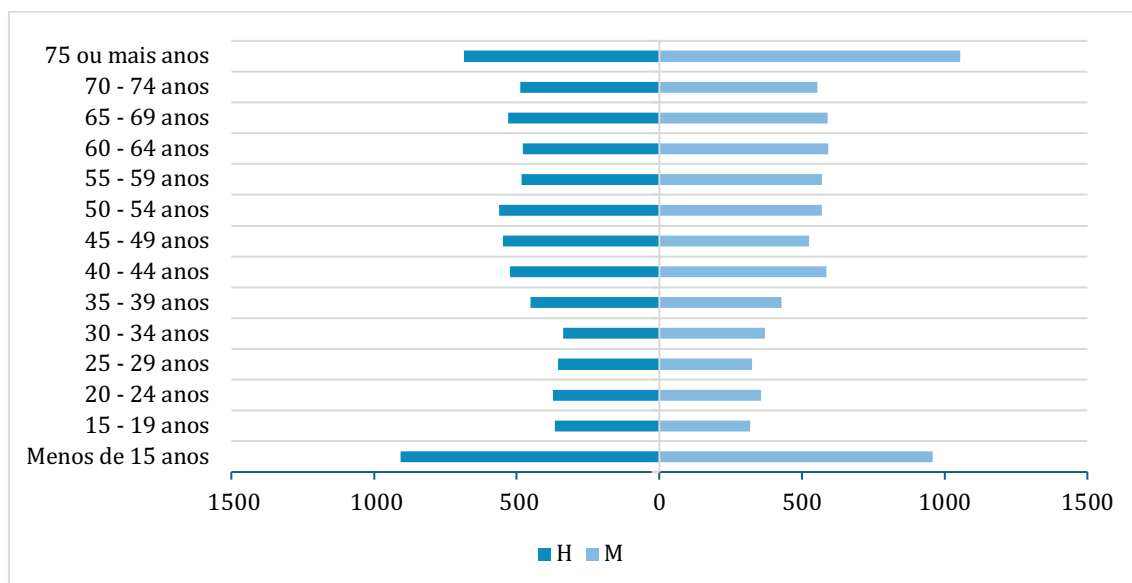
	2011	2021
	N.º/ km ²	N.º/ km ²
Nazaré	183,89	180,53
Famalicão	80,11	76,61
Nazaré	244,29	246,3
Valado dos Frades	167,96	152,51

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

2.2.2 Caracterização da População Residente

A estrutura etária da população residente no Município da Nazaré, representada na pirâmide etária de 2021 (Figura 8), evidencia um desequilíbrio entre os grupos etários extremos. A população jovem, com menos de 15 anos, totaliza 1 864 indivíduos, valor ligeiramente superior ao da população com 75 ou mais anos (1 738 indivíduos). Ainda assim, a proporção da população jovem é relativamente reduzida, não chegando a representar 13% da população total do concelho, o que reforça a tendência de envelhecimento demográfico. No que respeita à distribuição por sexo, verifica-se que os indivíduos do sexo masculino em idade jovem são em menor número do que os do sexo masculino em idade avançada, padrão que se replica na população feminina.

8. Pirâmide etária do concelho da Nazaré – 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A distribuição da população por freguesia confirma a predominância da freguesia da Nazaré, que concentra 10 394 dos 14 881 residentes do município. No que respeita à população jovem entre os 0 e os 14 anos, a freguesia da Nazaré apresenta o valor mais elevado, com 1 325 jovens, seguida de Valado dos Frades, com 323, e de Famalicão, com 216 jovens. A faixa etária idosa, com 65 ou mais anos, representa 23,3% da população total do concelho, correspondendo a 2 409 habitantes, sendo as mulheres o grupo predominante nesta faixa, representando quase o dobro dos homens.

9. População residente por freguesia (%) – 2021

	Famalicão			Nazaré			Valado dos Frades		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	1664	792	872	10394	4934	5460	2823	1359	1464
0 - 4 anos	63	28	35	390	179	211	83	46	37
5 - 9 anos	75	34	41	448	235	213	106	51	55
10 - 14 anos	78	37	41	487	232	255	134	64	70
15 - 19 anos	80	39	41	466	246	220	139	81	58
20 - 24 anos	64	32	32	513	268	245	152	73	79
25 - 29 anos	63	27	36	521	276	245	97	52	45
30 - 34 anos	79	42	37	515	243	272	111	51	60
35 - 39 anos	91	40	51	623	327	296	166	85	81
40 - 44 anos	108	53	55	810	377	433	192	94	98
45 - 49 anos	117	57	60	757	383	374	199	108	91
50 - 54 anos	124	69	55	766	376	390	242	117	125
55 - 59 anos	130	65	65	715	309	406	207	108	99
60 - 64 anos	143	62	81	712	323	389	215	93	122
65 - 69 anos	118	62	56	774	363	411	229	106	123
70 - 74 anos	105	54	51	740	344	396	196	90	106
75 - 79 anos	84	29	55	533	224	309	138	61	77

80 - 84 anos	64	34	30	364	147	217	119	50	69
85 e mais anos	78	28	50	260	82	178	98	29	69

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Estes indicadores assumem particular relevância para o planeamento da rede educativa, na medida em que a dimensão da população em idade escolar condiciona diretamente as necessidades de oferta de equipamentos e serviços educativos ao nível concelhio.

2.2.3 Índices de Dependência da População

Os índices de dependência constituem um instrumento fundamental para a análise da estrutura demográfica de um território, na medida em que permitem aferir a pressão relativa exercida pelos grupos etários dependentes, jovens e idosos, sobre a população em idade ativa. Importa destacar que estes índices não medem valores absolutos de população, mas antes rácios entre grupos etários. Assim, é possível que todos os grupos etários cresçam em termos absolutos e que, ainda assim, os índices de dependência aumentem, caso os grupos dependentes cresçam proporcionalmente mais do que a população ativa.

10. Evolução da População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário (2001 - 2030)

Ano	População Total	0 aos 14 anos	15 aos 24 anos	25 aos 64 anos	65+ anos
2001	15 060	2 278	2 175	8 093	2 514
2011	15 158	2 106	1 580	8 419	3 053
2021	14 881	1 864	1 414	7 703	3 900
2026	16436	2040	1629	8382	4385
2030	17609	2187	1664	8947	4811

Nota: Os valores relativos aos anos de 2001 e 2011 foram incluídos exclusivamente para efeitos de contextualização histórica, não integrando o horizonte temporal das projeções demográficas (2026–2030). Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Instituto Nacional de Estatística. (2022, 23 de novembro). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2007, 31 de maio). População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

No caso do Município da Nazaré, as projeções para o período 2026–2030 confirmam esta dinâmica: a população jovem (0–14 anos) passa de 2 040 para 2 187 indivíduos, a

população idosa (65 ou mais anos) de 4 385 para 4 811, e a população em idade ativa (15–64 anos) de 10 011 para 10 611 indivíduos. O crescimento proporcionalmente mais expressivo dos grupos dependentes, em especial da população idosa, explica o aumento dos índices de dependência no período projetado.

Índice de Dependência de Jovens (IDJ)

O Índice de Dependência de Jovens mede quantos jovens (0 anos–14 anos) existem por cada 100 pessoas em idade ativa (15 anos–64 anos). A fórmula é:

$$IDJ = \left(\frac{\text{População } 0 - 14 \text{ anos}}{\text{População } 15 - 64 \text{ anos}} \right) \times 100$$

Em 2026, a Nazaré registava 2 040 jovens e 10 011 indivíduos em idade ativa, resultando num:

$$IDJ \text{ 2026} = \left(\frac{2040}{10011} \right) \times 100 = 20,4$$

Em 2030, com 2 187 jovens e 10 611 ativos:

$$IDJ \text{ 2026} = \left(\frac{2187}{10611} \right) \times 100 = 20,6$$

Apesar de a população em idade ativa aumentar (+600 indivíduos), a população jovem também cresce (+147 indivíduos), conduzindo a um ligeiro aumento do índice de 20,4 para 20,6. Isto significa que, por cada 100 pessoas em idade ativa, existirão em 2030 aproximadamente 21 jovens, evidenciando um aumento relativo muito moderado da dependência jovem.

Índice de Dependência de Idosos (IDI)

O Índice de Dependência de Idosos mede quantos idosos (65 e/ou anos) existem por cada 100 pessoas em idade ativa (15 aos 64 anos). A fórmula é:

$$IDJ = \left(\frac{\text{População } 65 + \text{ anos}}{\text{População } 15 - 64 \text{ anos}} \right) \times 100$$

Em 2026:

$$IDJ \text{ 2026} = \left(\frac{4385}{10011} \right) \times 100 = 43,8$$

Em 2030:

$$IDJ \text{ 2026} = \left(\frac{4811}{10611} \right) \times 100 = 45,3$$

Entre 2026 e 2030, a população idosa aumenta em 426 indivíduos, enquanto a população ativa aumenta em 600. Contudo, proporcionalmente, o crescimento dos

idosos é superior, o que conduz à subida do índice de 43,8 para 45,3. Isto significa que, por cada 100 pessoas em idade ativa, existirão mais 1,5 idosos em 2030 comparativamente a 2026, reforçando o processo de envelhecimento demográfico do município.

Índice de Dependência Total (IDT)

O IDT mede a pressão demográfica combinada dos grupos dependentes (jovens e idosos) sobre a população em idade ativa, calculado pela fórmula:

O Índice de Dependência Total mede a carga demográfica conjunta dos grupos dependentes (jovens + idosos) sobre a população em idade ativa. A fórmula é:

$$IDJ = \left(\frac{(População\ 0 - 14\ anos) + (População\ 65 + anos)}{População\ 15 - 64\ anos} \right) \times 100$$

Em 2026, o total de dependentes era:

$$IDJ\ 2026 = \left(\frac{2040 + 4385}{10011} \right) \times 100 = 64,2$$

Em 2030, os dependentes totalizam:

$$IDJ\ 2030 = \left(\frac{2187 + 4811}{10611} \right) \times 100 = 20,6$$

O índice aumenta de 64,2 para 66,0, significando que, por cada 100 pessoas em idade ativa, existirão 66 dependentes em 2030. Embora a população ativa também cresça, o crescimento combinado dos grupos dependentes é proporcionalmente mais expressivo, o que explica a subida do índice.

11. Índices de Dependência do Município da Nazaré (2026 e 2030)

Índices de Dependência	2026	2030
Índice de Dependência de Jovens	20,4	20,6
Índice de Dependência de Idosos	43,8	45,3
Índice de Dependência Total	64,2	66,0

Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

A evolução observada demonstra que o aumento dos índices de dependência não decorre de uma redução da população em idade ativa, que também cresce, mas de um

crescimento relativamente mais expressivo dos grupos dependentes, em especial da população idosa. Entre 2026 e 2030, a estrutura etária do município torna-se ligeiramente mais dependente, consolidando a tendência de envelhecimento demográfico e reforçando a pressão relativa sobre a população ativa.

Validação das Projeções face às Estimativas Oficiais do INE

Com o objetivo de avaliar a coerência das projeções elaboradas para 2026 e 2030, procedeu-se à comparação entre a trajetória demográfica observada nas estimativas oficiais do INE até 2024 e o cenário projetado, confirmando-se a sua consistência e plausibilidade estatística.

Em termos de população total, os dados do INE indicam que a população residente passou de 15 056 habitantes em 2021 para 15 856 em 2024, correspondendo a um acréscimo de 800 habitantes em três anos, com uma taxa média de crescimento anual próxima de 1,7%. As projeções apontam para 16 436 habitantes em 2026 e 17 609 em 2030, mantendo taxas médias anuais de crescimento próximas de 1,8% e 1,7%, respetivamente, sem qualquer aceleração abrupta ou desvio estruturalmente desfasado face à tendência empírica recente.

Período de referência dos dados (1)	Local de residência (NUTS - 2024) (2)	População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual				
		Sexo				
		HM				
		Grupo etário (Por ciclos de vida)				
		Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2024	Nazaré	15 856	1 988	1 524	8 144	4 200
2023	Nazaré	15 698	2 008	1 497	8 060	4 133
2022	Nazaré	15 352	1 962	1 455	7 904	4 031
2021	Nazaré	15 056	1 919	1 421	7 753	3 963

População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Nota(s):

(1) Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021.

(2) Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

(2) Estimativas de População Residente segundo a divisão administrativa correspondente à versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor à data dos Censos 2021 (CAOP 2020) e à versão das NUTS (NUTS 2024) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024.

Última atualização destes dados: 18 de junho de 2025

No que respeita à estrutura etária, os dados do INE até 2024 revelam estabilidade relativa no IDJ (entre 20,6 e 21,0) e uma ligeira tendência de aumento no IDI (de 43,2 em 2021 para 43,4 em 2024), com o IDT a manter-se em torno dos 64 pontos. As projeções para 2026 e 2030 prolongam esta dinâmica estrutural, sem configurar qualquer descontinuidade face ao padrão recentemente observado. O modelo assume implicitamente a persistência das dinâmicas demográficas verificadas entre 2021 e 2024, assegurando coerência temporal, consistência interna e plausibilidade estatística no horizonte prospetivo considerado.

Local de residência (NUTS - 2024) (1)	Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual			
	Período de referência dos dados (2)			
	2024	2023	2022	2021
	N.º	N.º	N.º	N.º
Nazaré	20,6	21,0	21,0	20,9

Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Nota(s):

(1) Estimativas de População Residente segundo a divisão administrativa correspondente à versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor à data dos Censos 2021 (CAOP 2020) e à versão das NUTS (NUTS 2024) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024.

(2) Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021.

2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

Local de residência (NUTS - 2024) (1)	Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual			
	Período de referência dos dados (2)			
	2024	2023	2022	2021
	N.º	N.º	N.º	N.º
Nazaré	43,4	43,2	43,1	43,2

Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Nota(s):

(1) Estimativas de População Residente segundo a divisão administrativa correspondente à versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor à data dos Censos 2021 (CAOP 2020) e à versão das NUTS (NUTS 2024) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024.

(2) Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021.

2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

[> Incluir/retirar indicadores](#) [> Alterar condições de seleção](#) [> Alterar formato do quadro](#) [> Visualizar quadro](#)

Local de residência (NUTS - 2024) (1)	Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual			
	Período de referência dos dados (2)			
	2024	2023	2022	2021
	N.º	N.º	N.º	N.º
Nazaré	64,0	64,3	64,0	64,1

Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Nota(s):

(1) Estimativas de População Residente segundo a divisão administrativa correspondente à versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor à data dos Censos 2021 (CAOP 2020) e à versão das NUTS (NUTS 2024) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024.

(2) Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021.

2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

Última atualização destes dados: 18 de junho de 2025

2.2.4 Natalidade, Fecundidade e Mortalidade

A análise dos indicadores de natalidade, fecundidade e mortalidade no período 2011–2021 revela tendências preocupantes, tanto no Município da Nazaré como na região do Oeste, que importa considerar no contexto do planeamento educativo (figura 12).

12. Natalidade, fecundidade, mortalidade e de crescimento natural - 2011 e 2021

	Ano	Oeste	Nazaré
Nados-vivos (n.º)	2011	3188	141
	2021	2776	123
Óbitos (n.º)	2011	4008	181
	2021	4996	216
Taxa bruta de natalidade (‰)	2011	8,7	9,3
	2021	7,5	8,2
Taxa de fecundidade geral (‰)	2011	37,5	40,9
	2021	36,2	42,5
Taxa bruta de mortalidade (‰)	2011	11,0	11,9
	2021	13,5	14,4
Taxa de crescimento natural (%)	2011	-0,60	-0,26
	2021	-0,22	-0,62

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Entre 2011 e 2021, o número de nascimentos registou uma diminuição de aproximadamente 13% tanto no concelho da Nazaré como na região do Oeste. Em sentido oposto, o número de óbitos aumentou de forma expressiva mais 35 no concelho e mais 988 na região do Oeste, refletindo-se diretamente na taxa bruta de mortalidade, que passou de 11,9‰ para 14,4‰ na Nazaré, uma variação de 2,5 pontos percentuais. Na região do Oeste, o aumento foi ainda mais significativo, na ordem dos 22,7%.

A taxa bruta de natalidade acompanhou esta tendência, diminuindo de 9,3‰ para 8,2‰ na Nazaré e de 8,7‰ para 7,5‰ no Oeste. A taxa de fecundidade geral constitui uma exceção a esta tendência, registando um ligeiro aumento de cerca de dois pontos percentuais no período em análise.

As taxas de crescimento natural são negativas tanto no concelho como na região, refletindo o excesso de óbitos face aos nascimentos. Verifica-se ainda um agravamento desta tendência no concelho da Nazaré, cujo crescimento natural passou de -0,26% em

2011 para -0,62% em 2021. Estes indicadores têm implicações diretas sobre a evolução da população em idade escolar e deverão ser considerados nas projeções de procura educativa a médio e longo prazo.

2.2.5 Análise das Pendularidades

Os movimentos pendulares, deslocações diárias ou regulares entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, constituem um indicador relevante para a compreensão da mobilidade da população ativa e estudante, com implicações significativas na organização dos transportes escolares e na articulação entre a oferta educativa local e as necessidades da comunidade.

13. População residente que entre e sai do concelho da Nazaré (%) – 2021

	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (movimentos pendulares) %	Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares) %
Oeste	4,31	10,46
Nazaré	11,22	19,53

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os dados evidenciam que os movimentos de saída do concelho (19,53%) são consideravelmente superiores aos de entrada (11,22%), o que sugere uma dependência funcional relativamente a concelhos vizinhos, nomeadamente no que respeita à oferta de emprego e de serviços educativos de nível superior. A proximidade geográfica com outros concelhos da região do Oeste e com a Área Metropolitana de Lisboa, onde se concentra uma oferta educativa e laboral mais diversificada, poderá explicar esta tendência de saída.

14. Duração média dos movimentos pendulares no concelho e nas freguesias – 2021

	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante min	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo min	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual min
Oeste	19,28	37,78	18,21
Nazaré	15,82	24,56	16,21
Famalicão	17,67	23,90	17,81
Nazaré	15,87	27,29	16,38
Valado dos Frades	14,54	19,25	14,64

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que respeita à duração média das deslocações, os dados do Censos 2021 (figura 14) revelam que os movimentos pendulares da população empregada ou estudante no concelho da Nazaré têm uma duração média de cerca de 16 minutos em transporte individual, valor relativamente homogéneo entre as três freguesias. As deslocações em transporte coletivo apresentam durações médias consideravelmente superiores, com particular expressão nas freguesias da Nazaré (27,29 minutos) e de Famalicão (23,90 minutos), o que poderá refletir limitações na cobertura e na frequência dos serviços de transporte público disponíveis.

2.2.6 População Migrante

A análise das dinâmicas migratórias constitui um elemento indispensável à caracterização do contexto demográfico do município, na medida em que os fluxos populacionais de entrada e saída influenciam a composição etária da população e, consequentemente, a procura de serviços educativos.

15. Saldo migratório e Taxa de crescimento migratório no Oeste e no concelho da Nazaré - 2011 e 2021

	Saldo migratório (N.º)		Taxa de crescimento migratório (%)	
	2011	2021	2011	2021
	N.º	N.º	%	%
Oeste	-96	8831	-0,03	2,39
Nazaré	-13	237	-0,09	1,58

Fonte: Saldo migratório (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

Os dados revelam uma inversão significativa das dinâmicas migratórias no município da Nazaré. Em 2011, o saldo migratório era negativo (-13 indivíduos), refletindo uma tendência de saída de população. Em 2021, este saldo tornou-se positivo (237 indivíduos), com uma taxa de crescimento migratório de 1,58%, acompanhando a tendência de recuperação registada na região do Oeste (2,39%). Esta inversão poderá estar associada a melhorias nas condições de vida e na atratividade do território, constituindo um fator positivo no contexto do envelhecimento demográfico identificado.

16. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira em Nazaré - 2011 e 2021

	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)					
	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Oeste	3,9	4,0	3,8	5,8	6,1	5,5
Nazaré	3,1	3,0	3,2	5,5	5,4	5,6
Famalicão	3,2	3,6	2,8	4,9	4,8	4,9
Nazaré	3,5	3,1	3,8	6,4	6,2	6,6
Valado dos Frades	1,7	2,0	1,5	2,5	2,5	2,5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A proporção de população residente de nacionalidade estrangeira cresceu igualmente de forma expressiva entre 2011 e 2021, de 3,1% para 5,5% no concelho, com aumentos registados em todas as freguesias. A freguesia da Nazaré apresenta o valor mais elevado, com 6,4% da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021. Quanto à origem geográfica desta população, cerca de 52% é proveniente do continente europeu, seguindo-se o continente americano e o africano, ambos com aproximadamente 23%.

Este crescimento da população estrangeira residente tem implicações relevantes para a rede educativa, nomeando a necessidade de assegurar respostas adequadas às necessidades linguísticas, culturais e de integração dos alunos provenientes de outros países, reforçando o papel da escola enquanto espaço de inclusão e coesão social.

2.3 Dinâmica Socioeconómica

2.3.1 Condições de Vida e Dificuldades da População

À data dos Censos 2021, existiam no Município da Nazaré 5 987 agregados domésticos privados residentes. A estrutura mais comum correspondia a agregados de duas pessoas (33%), seguidos de agregados de três pessoas (23%) e unipessoais (22%), representando estas três tipologias cerca de 79% do total. A freguesia da Nazaré concentrava 69% dos agregados domésticos do município, refletindo a sua maior densidade populacional.

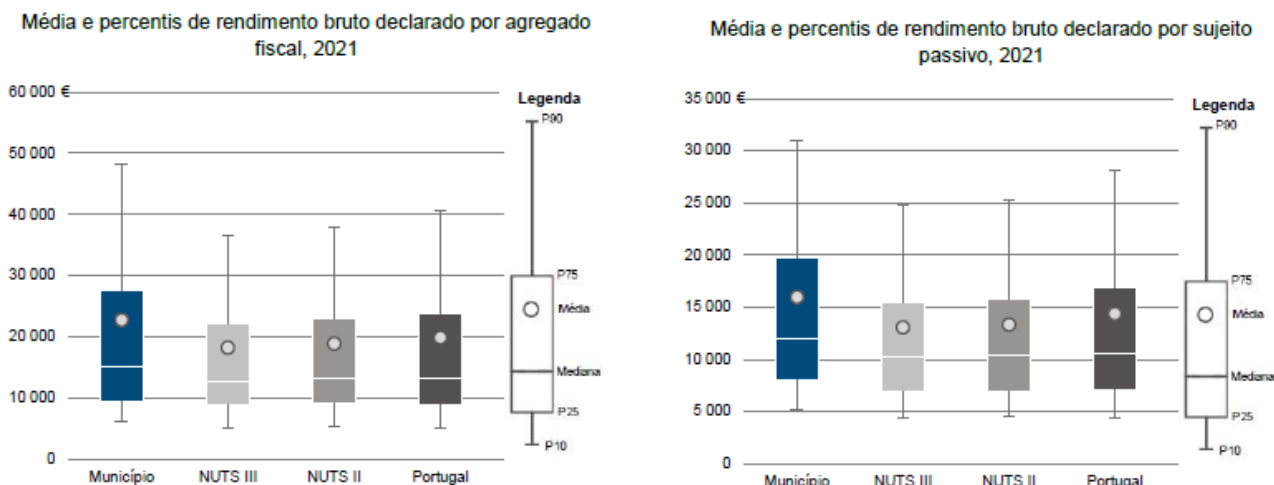
A análise da estrutura etária dos agregados revela a predominância de composições com pessoas de idade mais avançada, com 1 267 agregados compostos por duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 ou mais anos. No que respeita aos núcleos familiares com crianças até 15 anos de idade, registavam-se 952 casais de direito, 540 casais de facto, 323 casos de mãe com filhos e 29 casos de pai com filhos. Entre estes núcleos, é

relevante assinalar que 285 casais de direito e 195 casais de facto tinham pelo menos um dos membros desempregado ou sem atividade económica, situação que pode constituir um fator de vulnerabilidade socioeconómica com impacto direto nas condições de frequência escolar dos alunos.

Relativamente às condições de habitação, o parque habitacional do município integrava, em 2021, 13 739 alojamentos, dos quais 13 726 eram alojamentos familiares clássicos. Face a 2011, registou-se um aumento de 627 alojamentos familiares clássicos. A tipologia mais frequente corresponde a habitações com quatro (34%) ou cinco divisões (30%), com áreas úteis predominantemente entre os 60 e os 149 m², representando estas situações 65% do total. A distribuição dos alojamentos por uso revela, contudo, uma particularidade relevante: 44% correspondem a residências secundárias e apenas 45% a residências habituais, o que reflete a forte componente turística do concelho.

No que respeita ao rendimento da população, o rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal em 2021 situava-se próximo dos 17 000 euros, com uma mediana de cerca de 12 000 euros brutos. O rendimento bruto médio por sujeito passivo era próximo dos 12 000 euros, com uma mediana ligeiramente inferior a 10 000 euros. Estes valores, inferiores às médias regionais, reforçam a relevância dos mecanismos de apoio social escolar como instrumentos de equidade no acesso à educação.

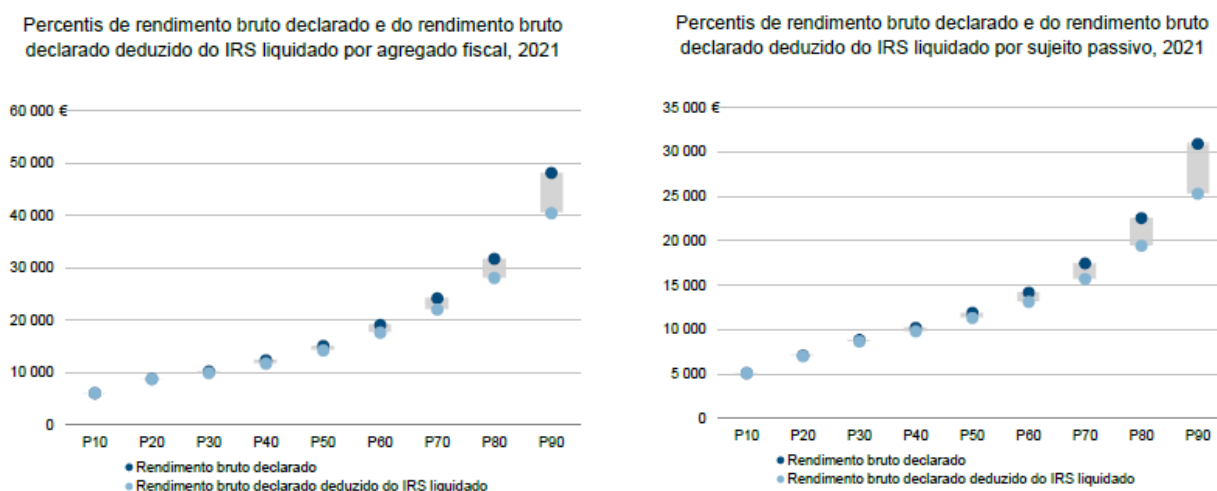
17. Média e percentis de rendimento bruto declarado por agregado fiscal e sujeito passivo (2021)



Quanto às dificuldades da população, 43,96% dos residentes no município com mais de cinco anos de idade declarava ter pelo menos uma dificuldade, valor próximo da média da região do Oeste (44,88%). As mulheres apresentavam uma proporção mais elevada de dificuldades (48,96%) comparativamente aos homens (38,47%), e a freguesia de Famalicão registava os valores mais expressivos em ambos os sexos. As dificuldades mais prevalentes eram as relacionadas com a visão (27% da população), seguidas das dificuldades de memória ou concentração (18%), de mobilidade, andar ou subir degraus (16%) e de audição (15%). Estas dificuldades tendem a concentrar-se sobretudo na população com 40 ou mais anos de idade, assumindo maior gravidade na população sénior, e têm implicações indiretas na identificação de alunos que possam necessitar de apoio educativo especializado, nomeadamente no âmbito da educação inclusiva.

Comparando os referidos valores com os do rendimento bruto declarado deduzido o IRS liquidado, é possível observar que entre os percentis 10 e 50 não existe uma diferença significativa entre o rendimento bruto declarado e esse rendimento deduzido do IRS liquidado, bem como que essa diferença só se torna expressiva a partir do percentil 80 (Figura 18), tanto por agregado fiscal como por sujeito passivo.

18. Percentis de rendimento bruto declarado e do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal e sujeito passivo (2021)



Fonte: INE, STATSLAB – Estatísticas em desenvolvimento

À data dos Censos 2021, 43,96% da população residente no Município da Nazaré com cinco ou mais anos de idade declarava ter pelo menos uma dificuldade, valor ligeiramente inferior à média da região do Oeste (44,88%). A análise por sexo revela que as mulheres apresentavam uma proporção de dificuldades significativamente superior à

dos homens — 48,96% face a 38,47% —, padrão que se replica em todas as freguesias do concelho e na região do Oeste.

A nível intramunicipal, a freguesia de Famalicão registava a maior proporção de residentes com pelo menos uma dificuldade (48,53%), seguida de Valado dos Frades (46,35%) e da freguesia da Nazaré (42,57%). Nas freguesias de Famalicão e de Valado dos Frades, a proporção de mulheres com pelo menos uma dificuldade ultrapassa os 50% — 51,02% e 52,63%, respetivamente —, valores que merecem particular atenção no contexto do planeamento de respostas de apoio à população.

19. Proporção da população residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	População residente com pelo menos uma dificuldade		
	H	M	HM
Nazaré	38,47	48,96	43,96
Famalicão	45,81	51,02	48,53
Nazaré	36,99	47,63	42,57
Valado dos Frades	39,53	52,63	46,35
Oeste	40,35	49,07	44,88

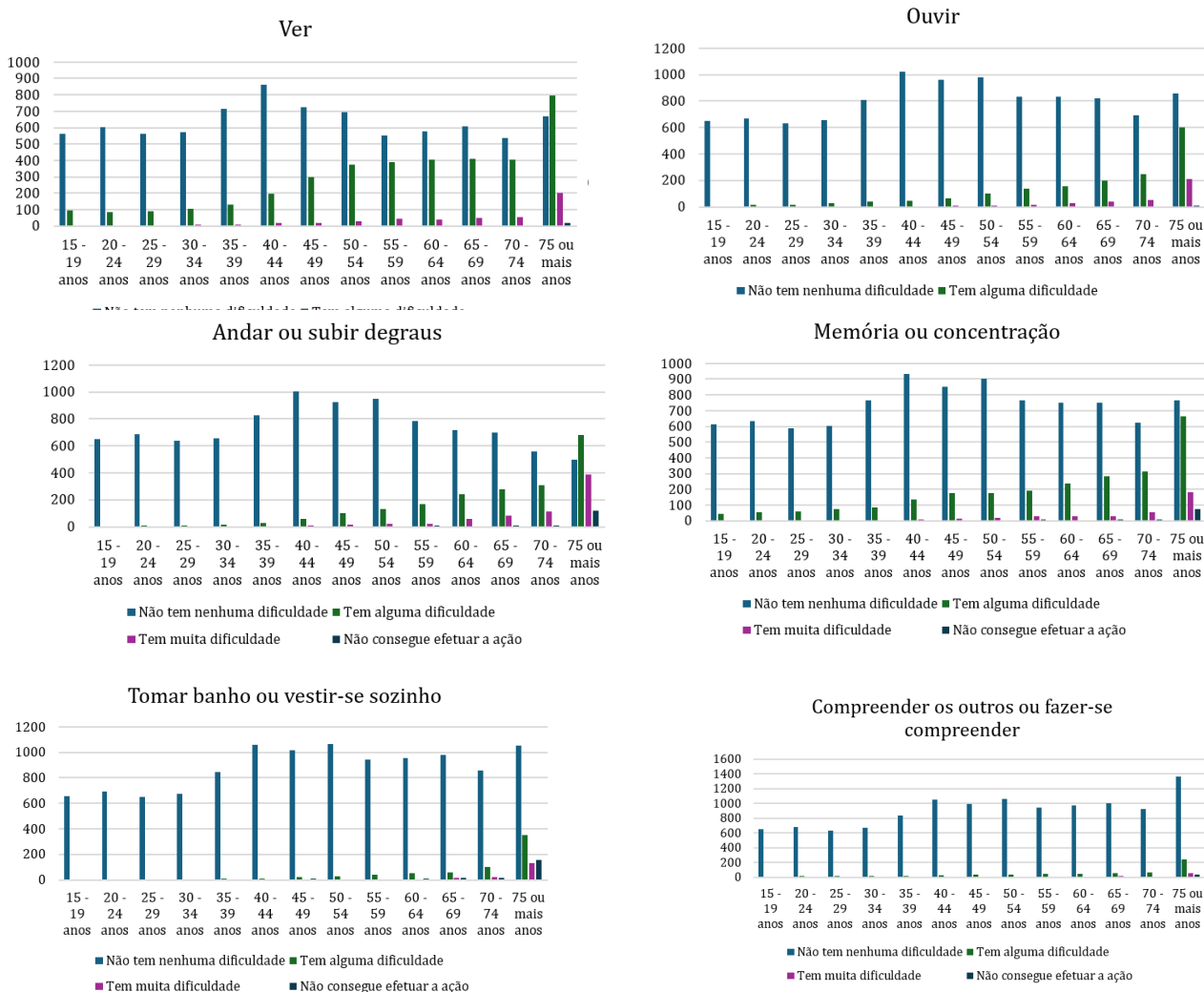
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que respeita ao tipo e grau de dificuldade, a dificuldade em ver constitui a condição mais prevalente no município, afetando 27% da população com cinco ou mais anos de idade. Dos 1 745 indivíduos afetados, 1 559 revelavam alguma dificuldade, 165 muita dificuldade e 21 não conseguiam efetuar a ação. Seguem-se, por ordem decrescente de prevalência, as dificuldades em memorizar ou concentrar-se, que afetavam 1 195 pessoas (18%); em andar ou subir degraus, com 1 069 casos (16%); em ouvir, com 984 indivíduos (15%); e em tomar banho ou vestir-se sozinho e em compreender os outros ou fazer-se compreender, ambas com uma proporção de 6%, correspondendo a 400 e 390 indivíduos, respetivamente.

A análise do grau de dificuldade permite identificar os casos de incapacidade total para a realização de determinadas ações, que, embora em menor número, representam situações de particular vulnerabilidade: 80 pessoas não conseguiam tomar banho ou vestir-se sozinhas, 61 não conseguiam andar ou subir degraus, 45 não conseguiam memorizar ou concentrar-se, 24 não conseguiam compreender os outros ou fazer-se compreender, 21 não conseguiam ver e 12 não conseguiam ouvir.

Estas dificuldades tendem a concentrar-se sobretudo na população com 40 ou mais anos de idade, assumindo maior gravidade e prevalência na população sénior, para quem as limitações visuais, auditivas, de mobilidade e cognitivas constituem os principais condicionalismos. Embora estas dificuldades se associem predominantemente ao envelhecimento populacional, importa considerar o seu impacto indireto no contexto educativo, nomeadamente no que respeita à identificação de famílias em situação de maior vulnerabilidade e à eventual necessidade de respostas de apoio especializadas para alunos provenientes destes agregados, no âmbito de uma escola verdadeiramente inclusiva.

20. Tipo e Grau de dificuldade da População residente no Município da Nazaré com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (à data dos Censos 2021), por Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

2.3.2 Educação, Formação e Aprendizagem

Literacia e Analfabetismo

À data dos Censos 2021, a taxa de analfabetismo no Município da Nazaré situava-se em 3,03%, valor ligeiramente inferior à média da sub-região do Oeste (3,19%). A análise por sexo revela, contudo, uma assimetria significativa: a taxa de analfabetismo masculino no município (1,60%) é inferior à registada no Oeste (2,34%), enquanto a taxa feminina (4,32%) supera a média regional (3,97%). Em termos globais, o município não apresenta um desvio expressivo face à média da sub-região, ainda que a situação das mulheres mereça particular atenção.

A análise intramunicipal evidencia que as freguesias de Famalicão (3,28%) e Valado dos Frades (3,23%) registam as taxas de analfabetismo mais elevadas do concelho, ambas acima da média municipal. Em todas as freguesias, a taxa de analfabetismo feminino supera a média da sub-região do Oeste, o que configura uma tendência transversal ao território concelhio que importa considerar no âmbito das políticas de educação e formação de adultos (figura 21).

21. Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	Taxa de analfabetismo (%)		
	Sexo		
	H	M	HM
Nazaré	1,60	4,32	3,03
Famalicão	2,19	4,27	3,28
Nazaré	1,57	4,15	2,93
Valado dos Frades	1,35	4,96	3,23
Oeste	2,34	3,97	3,19

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Em termos absolutos, o município contava com 415 residentes analfabetos com 10 ou mais anos de idade, sendo a freguesia da Nazaré a que concentrava o maior número — 280 indivíduos —, reflexo direto da sua maior dimensão populacional. A assimetria entre sexos é particularmente expressiva: em todas as freguesias, o número de mulheres analfabetas é substancialmente superior ao dos homens, atingindo uma proporção de aproximadamente três para um ao nível do município (311 mulheres face a 104 homens) (figura 22).

22. População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (N.º)		
	Sexo		
	H	M	HM
Nazaré	104	311	415
Famalicão	16	34	50
Nazaré	71	209	280
Valado dos Frades	17	68	85
Oeste	75 162	22 552	52 610

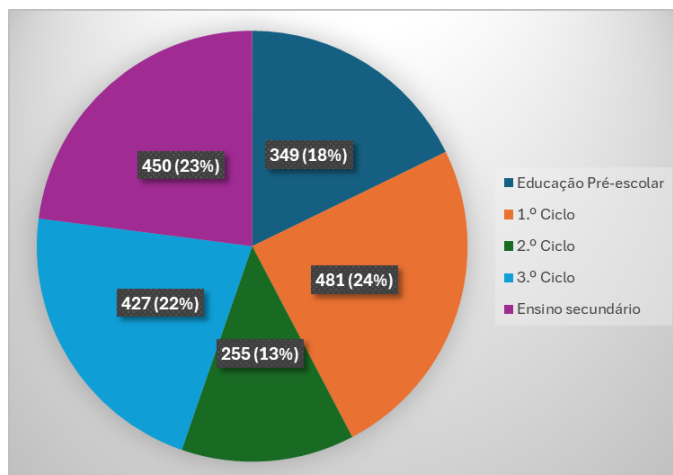
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Frequência Escolar e Níveis de Ensino

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), no ano letivo de 2020/21 matricularam-se no conjunto das instituições de ensino pré-escolar, básico e secundário — públicas e privadas — do Município da Nazaré um total de 1 962 alunos. Este valor representa uma redução de 314 alunos face ao ano letivo de 2011/12, tendência coerente com a evolução demográfica observada no concelho, nomeadamente a diminuição da população jovem e o agravamento do crescimento natural negativo identificados nas secções anteriores.

A distribuição dos alunos pelos diferentes níveis de ensino evidencia uma concentração nos ciclos de maior dimensão: o 1.º ciclo do ensino básico era frequentado por 481 alunos (24% do total), o ensino secundário por 450 (23%) e o 3.º ciclo do ensino básico por 427 (22%), constituindo estes três níveis de ensino os que absorviam maior número de alunos matriculados no município (Figura 23). Esta distribuição deverá ser considerada no planeamento da rede educativa, nomeadamente na adequação da oferta de equipamentos e recursos aos níveis de ensino com maior procura.

23. Alunos matriculados por nível de ensino e ciclo de estudos



Fonte: DGEEC, Regiões em Números 2020/2021 - Educação

O ensino básico geral correspondeu a 66% do total da oferta formativa, enquanto os cursos gerais e científico-humanísticos do ensino secundário representaram 8%. A maior diversidade de oferta formativa concentrou-se nos níveis do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, cada um com quatro tipos de oferta distintos. No 3.º ciclo, o ensino básico geral abrangia 78% dos alunos matriculados nesse nível, seguindo-se os cursos de educação e formação e os cursos de educação e formação para adultos, com 9% cada, e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), com 4%. No ensino secundário, os cursos profissionais constituíam a modalidade mais frequentada, com 57% dos alunos, seguidos dos cursos científico-humanísticos (28%), dos cursos de educação e formação para adultos (8%) e dos processos RVCC (7%). O ensino público correspondeu a 77% do total de alunos matriculados em todos os cursos e níveis de ensino do município.

Taxas de Escolarização

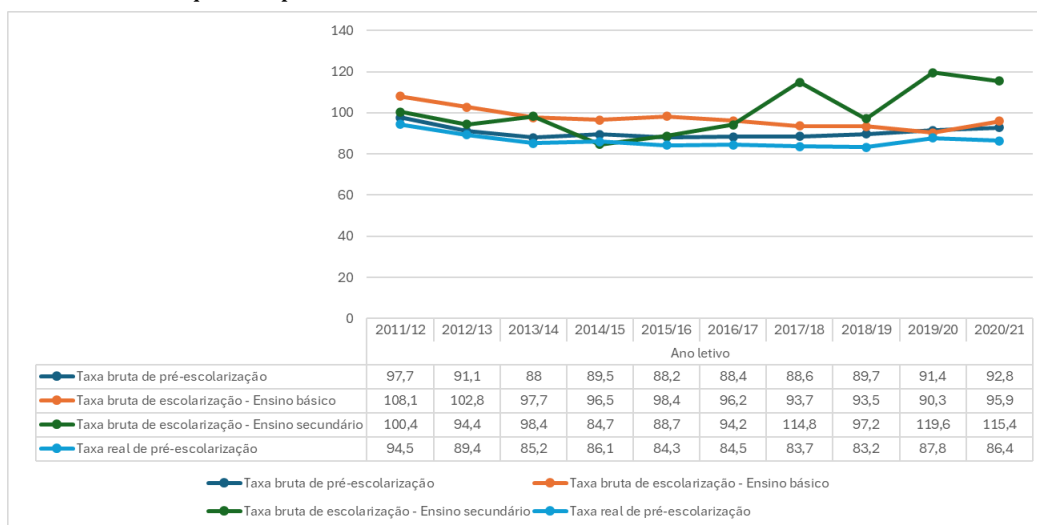
No ano letivo de 2020/21, a taxa real de pré-escolarização da população residente em idade normal de frequência do ensino pré-escolar no Município da Nazaré situava-se em 89,6%, com uma taxa bruta de 92,8%. Estes valores ficavam abaixo da média da sub-região do Oeste, onde a taxa real era de 93,5% e a taxa bruta atingia 99,1%, evidenciando uma margem de progressão relevante no acesso à educação pré-escolar no município.

Quanto aos restantes níveis de ensino, as taxas brutas de escolarização no Município da Nazaré eram de 95,9% no ensino básico e de 115,4% no ensino secundário. No Oeste, esses valores situavam-se, respetivamente, em 107,9% e 111,6%, verificando-se que, ao contrário do que ocorre no ensino básico, o município apresenta uma taxa bruta de

escolarização no ensino secundário superior à média regional, o que poderá refletir uma maior atratividade da oferta formativa disponível neste nível de ensino.

A evolução destas taxas ao longo da última década (Figura 24) evidencia dinâmicas específicas em cada ciclo de ensino. No que respeita à taxa bruta de pré-escolarização, entre os anos letivos de 2013/14 e 2018/19 os valores tenderam a situar-se abaixo da média do período 2011/12–2020/21 (90,54%), tendo nos dois anos mais recentes voltado a superar esse valor. No ensino básico, a partir do ano letivo de 2016/17 a taxa bruta de escolarização passou a situar-se abaixo da média do período (97,31%), sugerindo uma pressão decrescente da procura neste nível de ensino, consistente com a redução da população em idade escolar. No ensino secundário, a partir de 2017/18 os valores tenderam a ser mais elevados do que nos cinco anos anteriores, com os anos letivos de 2019/20 e 2020/21 a fixarem-se marcadamente acima da média do período (100,78%), o que indicia um reforço da permanência dos jovens no sistema de ensino até à conclusão da escolaridade obrigatória. Em termos globais, a tendência de evolução das taxas de escolarização no município assemelha-se à verificada na sub-região do Oeste.

24. Taxa bruta de escolarização e taxa real de pré-escolarização (%) da população residente em idade normal de frequência por ciclo de estudo



Fonte: DGEEC, Regiões em Números 2020/2021 - Educação

Taxas de Retenção e Desistência

Um dos indicadores mais relevantes para a avaliação da qualidade e equidade do sistema educativo local é a taxa de retenção e desistência, que mede a proporção de alunos que não transita para o ano de escolaridade seguinte ou abandona o sistema de ensino. No período compreendido entre os anos letivos de 2011/12 e 2020/21, o Município da Nazaré registou uma redução expressiva e consistente destas taxas, evidenciando uma tendência sustentada de melhoria dos resultados escolares.

No ensino básico, a taxa de retenção e desistência passou de 9,9% em 2011/12 para 1,2% em 2020/21, uma redução de 8,7 pontos percentuais. No ensino secundário, a redução foi igualmente significativa, de 17,8% para 5,0% no mesmo período. Esta evolução positiva é particularmente expressiva quando comparada com os valores registados na sub-região do Oeste: em 2020/21, as taxas do município (1,2% no ensino básico e 5,0% no ensino secundário) eram substancialmente inferiores às da sub-região (3,6% e 10,0%, respetivamente), o que posiciona o Município da Nazaré de forma favorável no contexto regional.

25. Taxas de retenção e desistência (%) por nível e ciclo de ensino

		Ano Letivo									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
		/12	/13	/14	/15	/16	/17	/18	/19	/20	/21
Nazaré	Ensino básico	9,9	10,6	9,1	5,4	5,1	5,5	5,5	4	1,8	1,2
	1.º Ciclo do ensino básico	4,1	6,6	5,6	2	2,7	3	2,2	1,4	1,7	2,1
	2.º Ciclo do ensino básico	12,4	13,6	12,2	4,8	3,6	7,6	2,7	5,4	0,9	0
	3.º Ciclo do ensino básico	15,9	14	11,4	10,2	9,5	7,9	12	7,1	2,6	0,9
	Ensino secundário	17,8	14,2	14,1	17,6	16,2	10,7	14,2	17,4	13	5
	Ensino básico	10,3	11,1	10,5	8,4	7,1	5,9	5,6	4,3	2,5	3,6
Oeste	1.º Ciclo do ensino básico	4,5	5,3	5,2	4,5	4,8	3,4	3,1	2,6	1,8	2,7
	2.º Ciclo do ensino básico	11,9	13,4	12,6	8,7	7,3	5,5	5,6	4,0	2,5	3,2
	3.º Ciclo do ensino básico	16,8	16,9	15,5	12,9	9,6	9,0	8,6	6,5	3,5	4,8
	Ensino secundário	22,1	19,7	19,1	17,3	16,2	14,8	14,5	14,3	9,4	10,0

Fonte: DGEEC, Regiões em Números 2020/2021 – Educação

A análise por ciclo de ensino permite identificar os níveis onde a melhoria foi mais expressiva. No 2.º ciclo do ensino básico, a taxa de retenção e desistência passou de 12,4% em 2011/12 para 0,0% em 2020/21, e no 3.º ciclo de 15,9% para 0,9% no mesmo período. Também no ensino secundário a redução foi notável, ainda que este nível de ensino continue a apresentar a taxa mais elevada do município. No contexto da sub-região do Oeste, os valores do município são consistentemente inferiores em todos os ciclos e ao longo de todo o período analisado, o que constitui um indicador positivo da qualidade e eficácia do sistema educativo local.

Habilitações Académicas da População Residente

À data dos Censos 2021, 6,66% da população residente no Município da Nazaré com 15 ou mais anos de idade não possuía qualquer nível de escolaridade completo, valor ligeiramente superior ao registado na sub-região do Oeste (6,06%). A análise por sexo revela uma assimetria significativa: enquanto a proporção de homens sem nenhum nível de escolaridade completo era de 4,45%, no caso das mulheres esse valor atingia 8,66%, superando a média feminina do Oeste (7,37%). Esta tendência é transversal a todas as freguesias do concelho, sendo particularmente expressiva em Valado dos Frades, onde a proporção de mulheres nesta situação (10,60%) e o valor global (7,60%) se situavam acima da média municipal e da média da sub-região, constituindo um indicador que merece atenção no âmbito das políticas locais de educação e formação de adultos (figura 26).

26. Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%)		
	Sexo		
	H	M	HM
Nazaré	4,45	8,66	6,66
Famalicão	4,62	7,81	6,28
Nazaré	4,45	8,26	6,46
Valado dos Frades	4,34	10,60	7,60
Oeste	4,62	7,37	6,06

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

3.º Ciclo do Ensino Básico

No que respeita à proporção de residentes com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo, o valor global no município era de 56,13%, ficando abaixo da média da sub-região do Oeste (59,89%). Esta situação verifica-se em todas as freguesias do concelho, sendo Valado dos Frades a que apresenta o valor mais baixo (49,80%). Contudo, quando se considera especificamente a faixa etária dos 18 aos 24 anos — população jovem que concluiu ou deveria ter concluído este nível de ensino e que não se encontrava a frequentar o sistema de ensino —, o município apresenta valores superiores aos da sub-

região, tanto no conjunto de ambos os sexos (46,76% face a 44,43%) como separadamente para cada sexo. A diferença mais expressiva diz respeito aos homens, com uma vantagem de aproximadamente 2,3 pontos percentuais face à média regional, o que sugere uma maior taxa de saída precoce do sistema de ensino neste grupo (figura 27).

27. Proporção da população residente e da população com idade entre 18 e 24 anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%)			Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%)		
	H	M	HM	H	M	HM
Nazaré	58,20	54,26	56,13	51,16	42,09	46,76
Famalicão	55,70	55,76	55,73	46,81	34,00	40,21
Nazaré	60,26	55,85	57,93	51,90	41,96	47,16
Valado dos Frades	52,25	47,54	49,80	50,50	46,53	48,51
Oeste	60,05	59,75	59,89	47,11	41,55	44,43

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ensino Secundário

A proporção de residentes com o ensino secundário completo no Município da Nazaré era de 39,04%, valor inferior à média da sub-região do Oeste (42,00%). O sexo masculino apresenta a menor proporção de conclusão deste nível de ensino, tanto no município (37,91%) como no Oeste (39,46%). Esta tendência inverte-se, contudo, quando se analisa a faixa etária dos 20 aos 24 anos: neste grupo, 79,56% dos residentes havia completado o ensino secundário, sendo as mulheres o grupo com maior proporção de conclusão (82,02%). Esta diferença geracional sugere uma melhoria progressiva das qualificações da população mais jovem, em linha com a tendência nacional de aumento da escolaridade.

A análise por freguesia revela algumas especificidades relevantes: Famalicão apresenta, tanto para homens como para mulheres, proporções de residentes com o ensino secundário completo superiores à média do Oeste, e Valado dos Frades supera igualmente essa média no caso dos homens. A freguesia da Nazaré, por sua vez, regista o

valor global mais elevado do município (41,56%), ainda que ligeiramente inferior à média regional (Figura 28).

28. Proporção da população residente e da população com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%)			Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo (%)		
	H	M	HM	H	M	HM
Nazaré	37,91	40,05	39,04	77,21	82,02	79,56
Famalicão	34,68	40,44	37,69	84,38	96,88	90,63
Nazaré	40,80	42,24	41,56	76,12	79,18	77,58
Valado dos Frades	29,34	31,75	30,61	78,08	84,81	81,58
Oeste	39,46	44,31	42,00	76,88	86,59	81,56

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ensino Superior

A proporção de residentes com o ensino superior completo no Município da Nazaré era de 15,46%, ligeiramente abaixo da média da sub-região do Oeste (16,65%). As mulheres apresentavam a proporção mais elevada de conclusão deste nível de ensino (17,49%), tanto no município como no contexto regional, o que constitui uma tendência consistente com os padrões nacionais de feminização do ensino superior.

A freguesia da Nazaré registava a proporção mais elevada do município relativamente a ambos os sexos (17,00%), valor ligeiramente superior à média da sub-região. Em sentido oposto, Valado dos Frades apresentava a proporção mais baixa (10,09%), evidenciando assimetrias intramunicipais relevantes no que respeita ao nível de qualificação da população.

Considerando especificamente a faixa etária dos 30 aos 34 anos, a proporção de residentes com o ensino superior completo subia para 29,22%, com uma diferença expressiva entre sexos: 36,04% no caso das mulheres face a 21,73% nos homens, uma diferença de cerca de 14 pontos percentuais. Esta assimetria reproduz-se em todas as

freguesias, sendo particularmente marcada na freguesia da Nazaré (39,71% nas mulheres face a 23,46% nos homens) (figura 29).

29. Proporção da população residente e da população com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo

	Proporção da população residente com o ensino superior completo (%)			Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo (%)		
	H	M	HM	H	M	HM
Nazaré	13,18	17,49	15,46	21,73	36,04	29,22
Famalicão	11,32	18,30	14,96	16,67	29,73	22,78
Nazaré	14,73	19,02	17,00	23,46	39,71	32,04
Valado dos Frades	8,68	11,37	10,09	17,65	23,33	20,72
Oeste	13,34	19,62	16,65	21,80	37,42	29,53

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise dos indicadores de habilitações académicas da população residente no Município da Nazaré revela, no conjunto, uma tendência de evolução positiva ao longo da última década, em linha com a trajetória registada na sub-região do Oeste. Esta evolução é particularmente expressiva nas faixas etárias mais jovens e no caso das mulheres, que apresentam progressos mais significativos nos níveis de qualificação mais elevados, ensino secundário e ensino superior, ainda que persistam desvantagens no que respeita à proporção sem nenhum nível de escolaridade completo.

Subsistem, contudo, assimetrias intermunicipais relevantes, com Valado dos Frades a registar sistematicamente os valores menos favoráveis nos diferentes indicadores analisados. Estas disparidades deverão ser consideradas no planeamento de respostas educativas e formativas ajustadas às necessidades específicas de cada freguesia, reforçando o papel do município na promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva em todo o território concelhio.

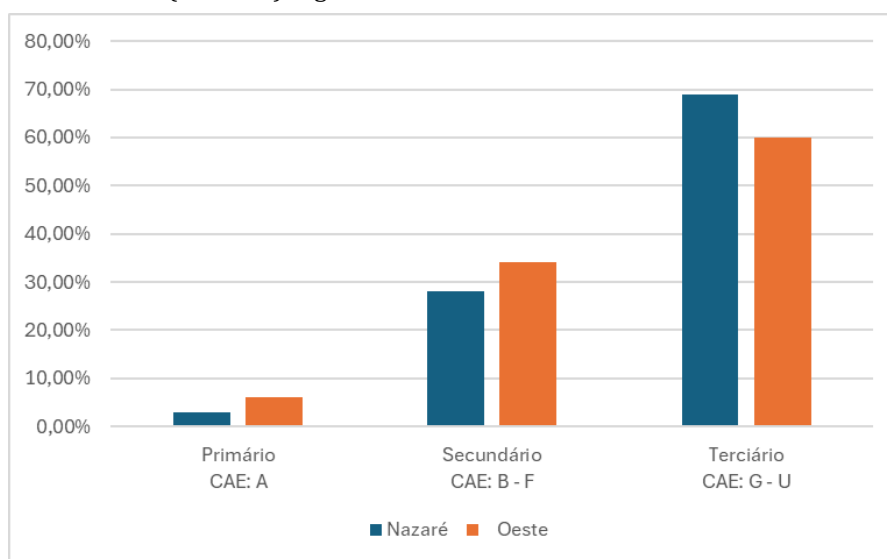
2.3.3 Mercado de Trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE nos Anuários Estatísticos Regionais (AER) de dezembro de 2023, a população residente no Município da Nazaré era, em 2022, de 15 119 indivíduos, correspondendo a 4% do total de residentes nos municípios

da sub-região do Oeste (NUT III). Destes, 7 240 (48%) eram homens e 7 879 (52%) eram mulheres. Do ponto de vista da estrutura etária, 1 924 indivíduos (13%) tinham menos de 15 anos e 4 019 (27%) tinham 65 ou mais anos de idade, dados que reforçam a tendência de envelhecimento demográfico já identificada nas secções anteriores.

No que respeita à distribuição dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do município segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), no ano de 2020, 3% exerciam a sua atividade no setor primário, 28% no setor secundário e 69% no setor terciário (Figura 30). Esta distribuição acompanha, em termos gerais, a tendência verificada na sub-região do Oeste, onde o setor terciário é igualmente predominante, seguido pelo setor secundário. Contudo, o município da Nazaré distingue-se por apresentar um peso do setor terciário mais elevado e uma expressão dos setores primário e secundário mais reduzida do que no conjunto da sub-região, o que reflete a vocação turística e de serviços que caracteriza a sua estrutura económica.

30. Comparação dos trabalhadores por conta de outrem (%) nos estabelecimentos do município da Nazaré e Oeste (NUTS III) segundo o setor de atividade



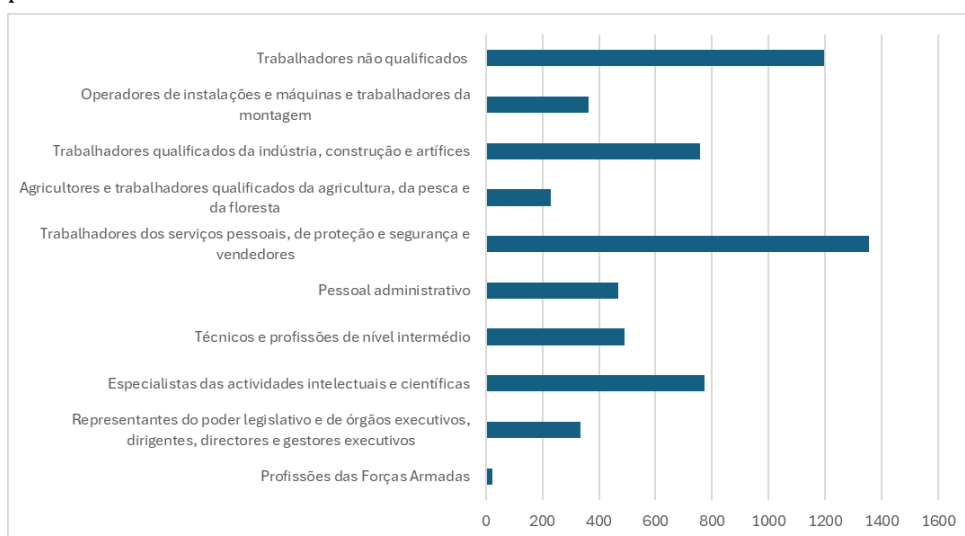
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais – AER, dezembro de 2023

No que respeita à situação na profissão da população empregada residente no município, os dados dos Censos 2021 revelam que os trabalhadores por conta de outrem constituíam o grupo mais numeroso, representando 76% do total. Seguiam-se os trabalhadores por conta própria ou isolados (11%), os empregadores com menos de dez empregados (7%), os empregadores com dez ou mais empregados (4%) e os trabalhadores noutras situações (2%).

A análise da classificação da atividade profissional permite identificar as categorias com maior expressão no município. Os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e

segurança e vendedores constituíam o grupo mais numeroso, representando 23% do total dos trabalhadores. Seguiam-se os trabalhadores não qualificados (20%), os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (14%) e os especialistas das atividades intelectuais e científicas (13%) (Figura 31). A predominância de profissões nos serviços e de trabalhadores não qualificados é coerente com a estrutura económica do município, fortemente orientada para o turismo e para o comércio, e tem implicações relevantes para o planeamento da oferta formativa e profissionalizante ao nível local.

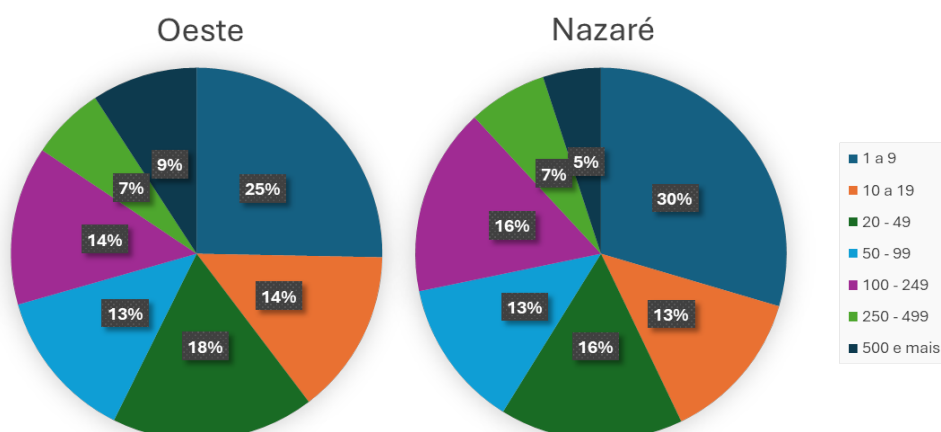
31. População empregada (N.º) residente no município da Nazaré (à data dos Censos 2021), por profissão



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que respeita à dimensão dos estabelecimentos empregadores, os dados dos AER de dezembro de 2023 indicam que, em 2021, 30% dos trabalhadores por conta de outrem no município estavam empregados em empresas com menos de 10 trabalhadores, evidenciando o predomínio de micro e pequenas empresas no tecido económico local. Os trabalhadores em empresas com 20 a 49 trabalhadores e os empregados em empresas com 100 a 249 trabalhadores representavam, cada um, 16% do total (Figura 32). A distribuição destes valores não se diferenciava de forma significativa da registada no conjunto da sub-região do Oeste, sugerindo que a estrutura empresarial do município segue um padrão semelhante ao regional, com clara predominância de unidades de menor dimensão.

32. Trabalhadores por conta de outrem (%) nos estabelecimentos, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2020



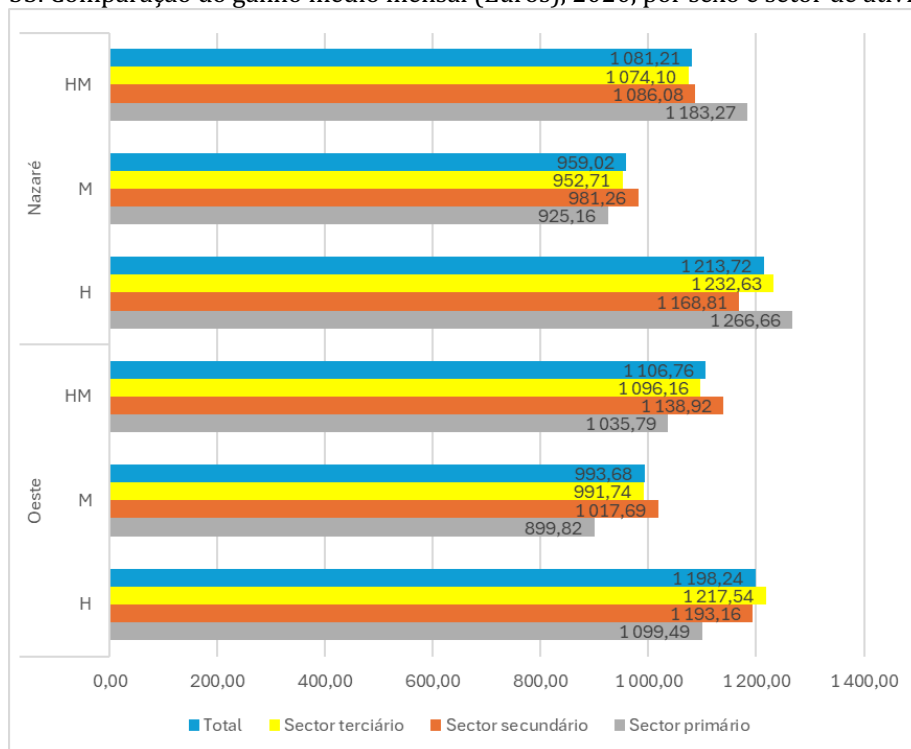
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais – AER, dezembro de 2023

Remunerações e Estrutura Empresarial

Em 2021, o ganho médio mensal por trabalhador no Município da Nazaré era de 1 081,21 euros, valor inferior em 25,55 euros à média da sub-região do Oeste (1 106,76 euros). A desagregação por setor de atividade revela que os valores se situavam em 1 183,27 euros no setor primário, 1 086,08 euros no setor secundário e 1 074,10 euros no setor terciário. A diferença face à média regional verificava-se em todos os setores, com exceção do setor primário — onde o município apresentava um ganho médio superior ao do Oeste, tanto para homens como para mulheres — e do setor terciário no caso dos homens.

Registava-se igualmente uma assimetria salarial entre sexos, transversal ao município e à sub-região. Na Nazaré, os homens auferiram em média mais 254,70 euros mensais do que as mulheres, diferença superior à registada no Oeste (204,56 euros), o que configura uma situação de particular atenção no contexto das políticas de igualdade de género e de valorização profissional (Figura 33).

33. Comparação do ganho médio mensal (Euros), 2020, por sexo e setor de atividade



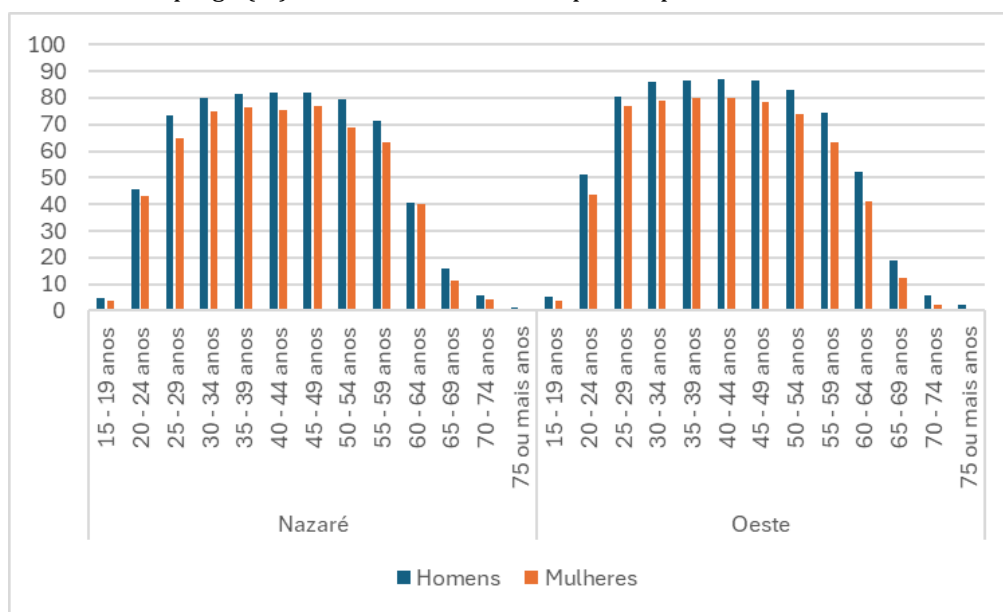
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais – AER, dezembro de 2023

A análise da estrutura empresarial do município confirma o predomínio de unidades de muito reduzida dimensão: 74,37% das empresas eram empresas individuais e 97,6% eram microempresas com menos de 10 trabalhadores, com um valor médio de 2,1 trabalhadores por empresa. As maiores empregadoras do concelho eram, na sua maioria, empresas de média dimensão. De acordo com o ranking das 250 maiores empresas do Oeste, publicado em dezembro de 2020 pela Gazeta das Caldas com base em informação da Iberinform, a maior empregadora do concelho era a Spal – Sociedade de Porcelanas de Alcobaça, S.A., com 403 trabalhadores, seguida da Transportes Rodoviários de Mercadorias do Valado, Lda. (93 trabalhadores), da Valbopan – Fibras de Madeiras, S.A. (62 trabalhadores) e da Gelsítio – Produtos Alimentares Congelados, S.A. (17 trabalhadores), perfazendo um total de 575 trabalhadores nas quatro empresas do concelho incluídas no ranking. Segundo os dados do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), em 2021 os serviços municipais empregavam 252 trabalhadores, dos quais 78 eram homens e 174 eram mulheres.

Taxa de Emprego

A distribuição da taxa de emprego da população residente no Município da Nazaré segue uma tendência semelhante à verificada na sub-região do Oeste. Os grupos etários entre os 25 e os 59 anos são os que apresentam as taxas de emprego mais elevadas (Figura 34). A taxa de emprego global situava-se em 46,06%, valor inferior à média do Oeste (49,83%). A análise por sexo revela que a taxa de emprego masculina (49,78%) era superior à feminina (42,69%), tendência igualmente observada na sub-região, refletindo a persistência de desequilíbrios de género no mercado de trabalho local.

34. Taxa de emprego (%) à data dos Censos 2021, por Grupo etário e sexo



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Taxa de Desemprego

À data dos Censos 2021, a taxa de desemprego no Município da Nazaré situava-se em 8,01%, sendo de 7,10% no caso dos homens e de 8,95% no caso das mulheres. Estes valores eram inferiores aos registados na sub-região do Oeste (11,36% no total; 10,48% nos homens e 12,34% nas mulheres), o que posiciona o município de forma relativamente favorável no contexto regional.

Contudo, a análise por grupo etário revela uma situação preocupante no que respeita aos jovens entre os 15 e os 24 anos: a taxa de desemprego neste grupo etário atingia 17,82% no município, valor superior à média do Oeste (15,03%). Esta situação é particularmente expressiva no caso dos homens jovens, cuja taxa de desemprego (19,23%) superava em

larga medida a média regional masculina neste grupo etário (13,91%). A análise intramunicipal revela ainda assimetrias entre freguesias, com a freguesia da Nazaré a registar a taxa de desemprego juvenil mais elevada (19,93%) e Valado dos Frades a apresentar o valor mais baixo (9,38%) (Tabela 35).

35. Taxa de desemprego (%) da população residente ativa por Local de residência

	Taxa de desemprego (%) da população residente			Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos		
	H	M	HM	H	M	HM
Nazaré	7,10	8,95	8,01	19,23	16,16	17,82
Famalicão	5,77	5,90	5,83	21,05	25,00	22,86
Nazaré	7,97	9,67	8,81	22,29	17,04	19,93
Valado dos Frades	4,69	7,97	6,29	8,16	10,64	9,38
Oeste	10,48	12,34	11,36	13,91	16,44	15,03

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Procura de Emprego

De acordo com os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em janeiro de 2024 encontravam-se inscritos no centro de emprego 434 indivíduos — 208 homens e 226 mulheres —, o que evidencia uma ligeira predominância feminina na procura de emprego. Dos inscritos, 348 estavam registados há menos de um ano e 86 há um ano ou mais, indicando que uma parcela relevante da população desempregada enfrenta situações de desemprego de longa duração. No que respeita à natureza da procura, 17 indivíduos procuravam o primeiro emprego e 417 um novo emprego, sugerindo que o desemprego no município decorre maioritariamente de situações de perda de emprego e não de dificuldades de inserção inicial no mercado de trabalho.

A caracterização do mercado de trabalho do Município da Nazaré evidencia uma estrutura económica marcada pelo predomínio do setor dos serviços e de micro e pequenas empresas, com níveis salariais inferiores à média regional, assimetrias de género nas remunerações e taxas de emprego e uma situação de desemprego juvenil que merece particular atenção no âmbito das políticas educativas e formativas locais. Estes indicadores reforçam a pertinência de uma oferta educativa e profissionalizante ajustada às necessidades reais do mercado de trabalho concelhio, capaz de contribuir para a

elevação das qualificações da população ativa e para a criação de condições mais favoráveis à fixação dos jovens no território.

Cenário de partida e projeções de desenvolvimento

3.1 Rede de Estabelecimentos

A rede de estabelecimentos de ensino no concelho da Nazaré apresenta uma organização estruturada e articulada, assente predominantemente na oferta pública. Esta rede é constituída por cinco estabelecimentos de ensino integrados num único agrupamento, o Agrupamento de Escolas da Nazaré, o que favorece a coerência pedagógica e a gestão integrada dos recursos educativos. Este agrupamento inclui a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, a Escola Básica Norte (Centro Escolar da Nazaré), a Escola Básica de Valado dos Frades (Centro Escolar do Valado), a Escola Básica de Famalicão (Centro Escolar de Famalicão) e o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, assegurando uma resposta educativa contínua desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Paralelamente, a rede educativa do concelho é complementada por duas instituições de ensino privado, o Externato Dom Fuas Roupinho e a Escola Profissional da Nazaré, ambas cofinanciadas pelo programa temático Pessoas 2030. Estas entidades desempenham um papel relevante na diversificação da oferta formativa, nomeadamente ao nível do ensino profissional, contribuindo para uma maior adequação às necessidades do tecido económico e social local.

Importa ainda salientar o contributo das instituições particulares de solidariedade social, designadamente a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, o Centro Social de Valado dos Frades e o Centro Social de Famalicão. Estas instituições asseguram respostas essenciais nas valências de creche e educação pré-escolar, educação pré-escolar apenas no caso da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e do Centro Social de Valado dos Frades, e atividades de tempos livres, reforçando a dimensão socioeducativa do concelho e promovendo a conciliação entre a vida familiar e profissional.

3.1.1 Creche

3.1.1.1 Diagnóstico do parque escolar – Creche

3.1.1.1.1 Edificado

O concelho da Nazaré dispõe de três instituições de cariz privado sem fins lucrativos (IPSS) com resposta social de creche, distribuídas por diferentes freguesias do território. A sua caracterização física é a seguinte:

Instituição	Localização	Tipologia	Capacidade (acordo)	Instalações relevantes
Centro Social Valado dos Frades (CSVF)	Rua Carlos O'Neill, 18 Valado dos Frades	IPSS Edifício único multivalência	Creche: 54 lugares Jardim de Infância: 56 lugares	Parque exterior (tartan); refeitório; gabinete das educadoras; lavandaria; cozinha equipada com nutricionista
Confraria Nossa Senhora da Nazaré	Largo N.ª Sr.ª da Nazaré Nazaré	IPSS Edifício próprio	Creche: capacidade definida por acordo com ISS	2 berçários; 3 salas de atividades; casa de banho (8 lavat.); copa; ludoteca; gabinetes; refeitório; espaço exterior com escorrega
Centro Social Freguesia de Famalicão	Rua Elisa Maria Santos, 1 Famalicão	IPSS Edifício próprio (2014)	Creche: capacidade 82 crianças (2025/26)	5 salas; refeitório; 4 IS; gabinete pedagógico; 2 espaços de recreio (relva sintética e natural); horta pedagógica

O Centro Social de Valado dos Frades (CSVF) ocupa um edifício único que integra cinco respostas sociais - creche, jardim de infância, CATL, centro de dia e serviço de apoio domiciliário, o que facilita a gestão integrada e a otimização de recursos. O espaço exterior encontra-se vedado e dispõe de parques distintos para as valências infantis, com pavimento adequado a cada faixa etária.

A Confraria Nossa Senhora da Nazaré, com sede no Largo de Nossa Senhora da Nazaré, dispõe de instalações próprias de apoio à creche, incluindo berçários, salas de atividades, ludoteca e espaço exterior equipado, em conformidade com as normas definidas no respetivo Regulamento Interno de Funcionamento (homologado em outubro de 2015).

O Centro Social da Freguesia de Famalicão instalou-se em edifício próprio em agosto de 2014, reunindo todas as respostas sociais num único espaço. Em 2025/2026, a valência

de creche passou a contar com cinco salas de atividades, além do berçário, dispondo ainda de espaços exteriores com horta pedagógica.

3.1.2 Educação Pré-Escolar

A rede de educação pré-escolar no concelho da Nazaré caracteriza-se por uma organização diversificada e territorialmente distribuída, assegurando uma resposta educativa adequada às necessidades das famílias.

O parque pré-escolar é constituído por seis estabelecimentos, dos quais três correspondem a jardins de infância, dois de natureza privada e um público, sendo a restante oferta integrada no âmbito da rede de escolas básicas do 1.º ciclo, o que reflete uma clara articulação vertical entre os diferentes níveis de ensino. Todos os estabelecimentos públicos integram o Agrupamento de Escolas da Nazaré, promovendo a continuidade pedagógica e a coerência na gestão curricular.

3.1.2.1 Diagnóstico do parque escolar – Pré-Escolar

3.1.2.1.1 Edificado

A análise do período de construção dos edifícios afetos à educação pré-escolar no concelho da Nazaré evidencia realidades distintas ao nível da antiguidade e da adequação funcional. De acordo com a informação disponível, o Centro Social de Valado dos Frades corresponde ao edifício mais antigo, datado de 1943, tendo, contudo, sido alvo de diversas intervenções de requalificação ao longo do tempo, a mais recente em 2010. Destaca-se ainda por ser o único equipamento originalmente não concebido para fins educativos, tendo sido posteriormente adaptado para esse efeito. Em contraste, o edifício do jardim de infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré apresenta uma construção mais recente, datando de 2003. Já o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, integrado no Agrupamento de Escolas da Nazaré, insere-se numa lógica de infraestrutura educativa pública planeada de raiz, orientada para responder às necessidades da população escolar local.

No que respeita à utilização dos edifícios, o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, integrado no Agrupamento de Escolas da Nazaré, apresenta uma utilização exclusivamente dedicada à componente educativa, evidenciando uma afetação integral dos espaços à atividade letiva.

Por sua vez, a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré distingue-se pela natureza multifuncional da sua atuação, integrando diversas valências de carácter social e de saúde, como centro hospitalar, lar e apoio domiciliário. Ainda assim, importa salientar que o

respetivo jardim de infância funciona em instalações próprias, integralmente destinadas à atividade educativa, garantindo condições adequadas ao desenvolvimento pedagógico das crianças.

Considerando o conjunto dos estabelecimentos, identificam-se 34 salas com condições para a atividade letiva, das quais apenas 23 se encontram atualmente em utilização, correspondendo a uma taxa de ocupação de 67,6%. Verifica-se que apenas quatro das seis escolas utilizam a totalidade da sua capacidade instalada. O Centro Social de Valado dos Frades destaca-se pelo menor nível de aproveitamento, com apenas 2 das 12 salas em funcionamento (16,6%). Também a Escola Básica do Norte evidencia alguma subutilização, dispondo de quatro salas, das quais apenas três se encontram ocupadas com turmas. No caso do Centro Escolar de Famalicão, integrado no Agrupamento de Escolas da Nazaré, para além das duas salas existentes no edifício destinadas ao ensino Pré-Escolar, o aumento da procura obrigou o Município a instalar uma estrutura modular provisória no espaço de recreio exterior, de forma a assegurar o acolhimento de uma terceira turma. A evolução recente da procura aponta, ainda, para a necessidade de expansão da capacidade instalada no curto prazo, sendo previsível a criação de uma quarta turma já no próximo ano letivo, o que reforça a necessidade de uma solução estrutural e definitiva para este estabelecimento.

Relativamente ao serviço de refeições, verifica-se que todos os estabelecimentos asseguram o fornecimento de almoço, dispondo de confeção própria, o que constitui um fator relevante para a qualidade e adequação nutricional das respostas educativas. Contudo, nenhum dos estabelecimentos disponibiliza a confeção de refeições para o exterior, concentrando-se exclusivamente na resposta às necessidades internas da comunidade educativa.

Por fim, importa salientar que todos os estabelecimentos dispõem de condições de acessibilidade para crianças com necessidades educativas especiais, o que constitui um indicador relevante de inclusão e de equidade no acesso à educação pré-escolar no concelho.

3.1.2.1.2 Avaliação geral, acessibilidades e conservação dos edifícios

36. Avaliação Geral do Meio Envolverte e Conservação dos Espaços Exteriores e Edifícios

ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL...			
	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (MEIO ENVOLVENTE DA ESCOLA)
■ Inexistente	0	0	0
■ Muito Mau	0	0	0
■ Mau	0	0	0
■ Razoável	3	3	0
■ Bom	2	2	5

Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

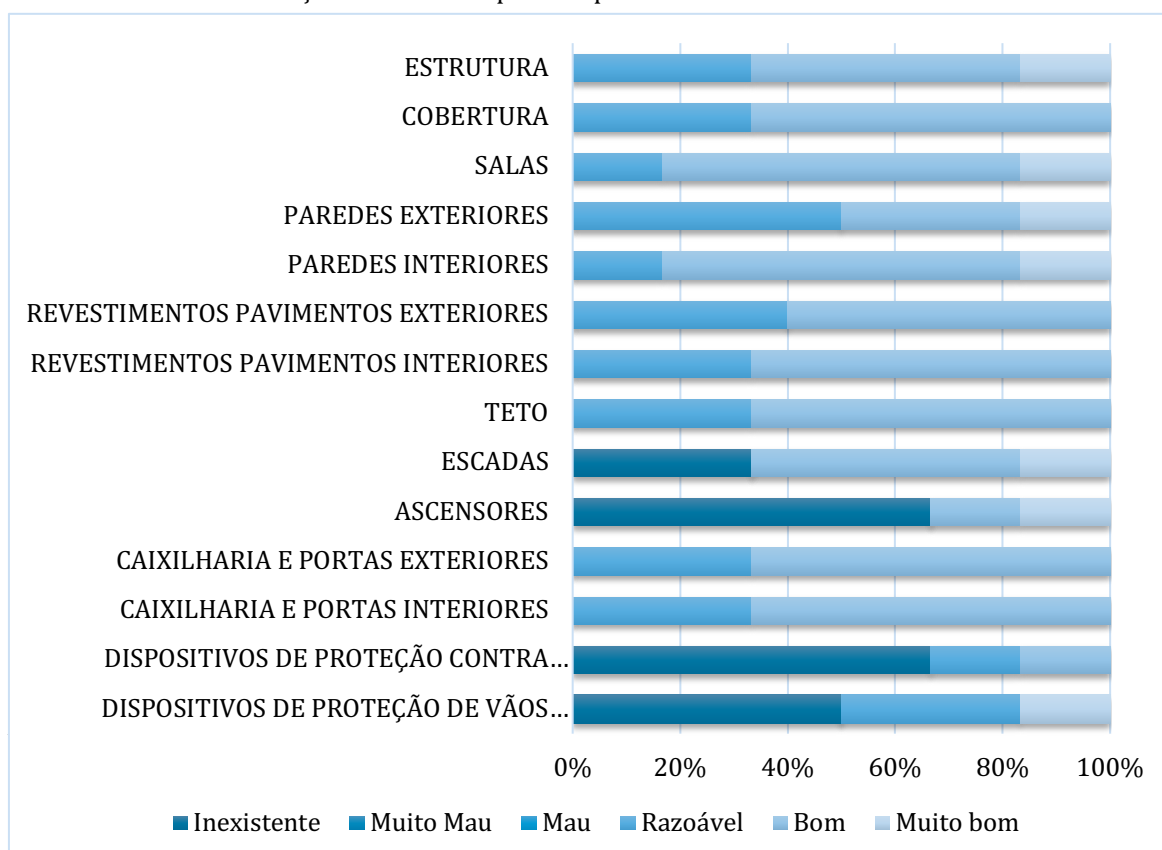
A avaliação incidiu sobre seis estabelecimentos de ensino do concelho, abrangendo três dimensões: o estado de conservação geral dos edifícios, o estado de conservação geral dos espaços exteriores e o meio envolvente da escola.

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios, nenhum estabelecimento registou classificações negativas. A maioria, três estabelecimentos, foi classificada como Razoável, dois como Bom e um como Muito Bom, traduzindo um estado de conservação globalmente satisfatório, ainda que com margem de melhoria.

O estado de conservação dos espaços exteriores apresenta uma distribuição idêntica: três estabelecimentos avaliados como Razoável, dois como Bom e um como Muito Bom, evidenciando coerência entre a manutenção dos espaços interiores e exteriores.

Quanto ao meio envolvente da escola, a avaliação é francamente positiva: cinco estabelecimentos classificados como Bom e um como Muito Bom, sem qualquer avaliação negativa ou Razoável, o perfil mais favorável das três dimensões analisadas.

37 — Estado de Conservação dos Edifícios por Componente

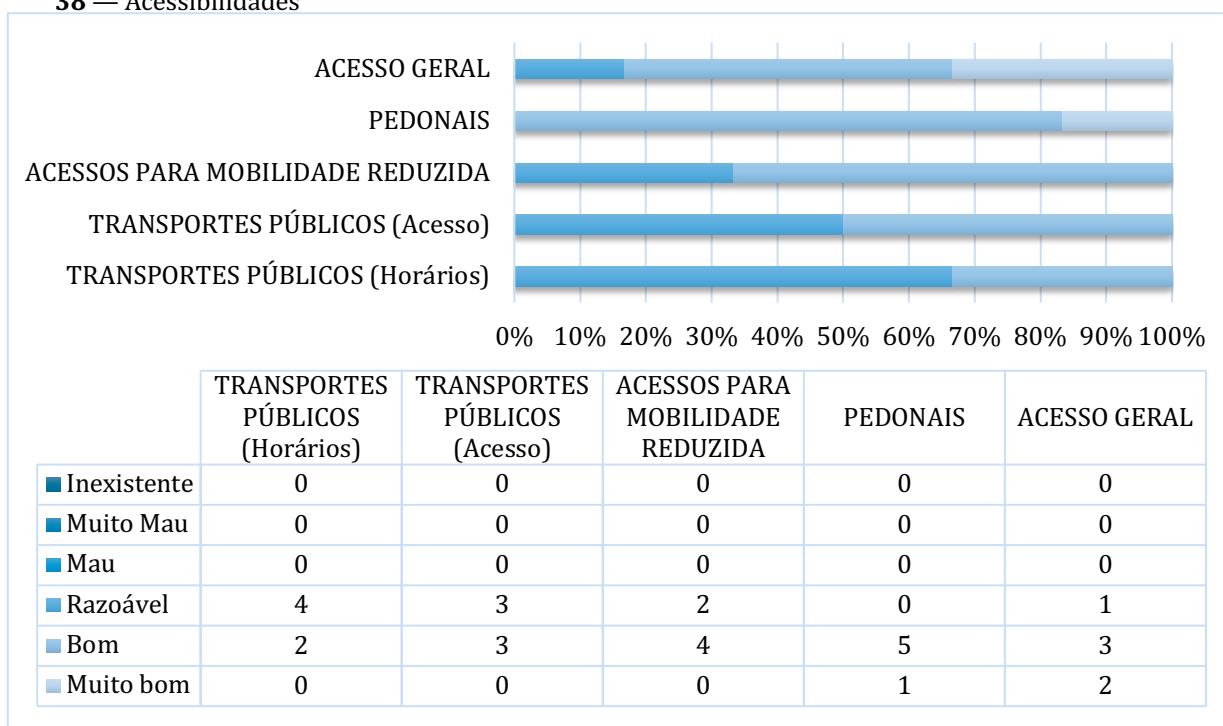


interiores, o teto, a caixilharia e portas interiores e a caixilharia e portas exteriores, sugerindo uma maior atenção aos espaços de uso direto pelos alunos.

Por outro lado, as componentes que apresentam maior fragilidade são os ascensores e os dispositivos de proteção contra incêndio, ambos com uma proporção significativa de classificações Inexistente ou Muito Mau, o que representa uma preocupação relevante em termos de segurança. As escadas e os dispositivos de proteção de vãos registam igualmente avaliações menos favoráveis, com presença assinalável de classificações negativas.

As componentes estrutura, cobertura e paredes exteriores apresentam um perfil intermédio, com predominância de Razoável, indicando necessidade de intervenção de manutenção a médio prazo.

38 — Acessibilidades



Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A avaliação das acessibilidades abrangeu seis estabelecimentos de ensino do concelho, considerando cinco dimensões: horários dos transportes públicos, acesso aos transportes públicos, acessos para mobilidade reduzida, acessos pedonais e acesso geral.

De forma global, os resultados são positivos, não se registando qualquer classificação negativa (Inexistente, Muito Mau ou Mau) em nenhuma das dimensões avaliadas.

No que respeita aos horários dos transportes públicos, quatro estabelecimentos atribuíram a classificação Razoável e os dois restantes Bom, sendo esta a dimensão com o perfil menos favorável, o que poderá refletir limitações na adequação das frequências e horários às necessidades das comunidades escolares.

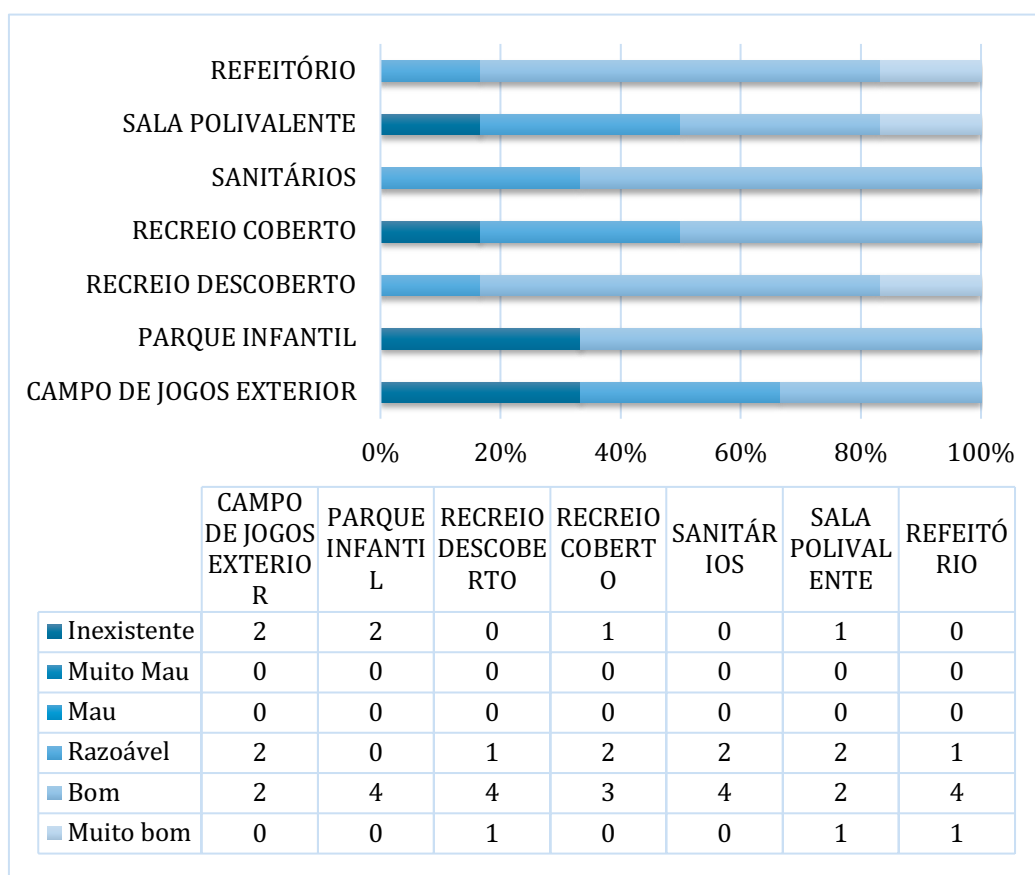
Quanto ao acesso aos transportes públicos, a avaliação divide-se de forma equitativa: três estabelecimentos classificaram-no como Razoável e três como Bom, evidenciando uma cobertura aceitável, mas ainda com margem de melhoria.

Os acessos para mobilidade reduzida foram classificados como Bom por quatro estabelecimentos e como Razoável por dois, sugerindo que, embora a generalidade dos espaços apresente condições adequadas, subsistem situações que requerem intervenção para garantir a plena inclusão de pessoas com mobilidade condicionada.

Os acessos pedonais destacam-se pela avaliação mais uniforme e positiva: cinco estabelecimentos classificaram-nos como Bom e um, o Centro Social de Valado dos Frades, como Muito Bom, não se registando qualquer classificação abaixo de Bom.

No que concerne ao acesso geral, a maioria dos estabelecimentos (três) avaliou-o como Bom e dois como Muito Bom, com apenas um estabelecimento, o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, a atribuir a classificação Razoável.

Relativamente às distâncias e tempos de deslocação entre a escola e a residência dos alunos, verifica-se uma variação considerável entre estabelecimentos. O Centro Social de Valado dos Frades apresenta a maior área de irradiação, com uma distância máxima de 17 km, seguido da Escola Básica Norte, com 6 km. Os restantes estabelecimentos registam uma irradiação máxima de 5 km, à exceção do Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, que apresenta o valor mais baixo, de 3 km. Esta disparidade reflete, naturalmente, as diferenças de densidade populacional e de localização geográfica dos estabelecimentos, sendo particularmente expressiva no caso do Centro Social de Valado dos Frades, cuja área de captação abrange um território rural de maior extensão.



Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A avaliação dos espaços de apoio abrangeu sete componentes: refeitório, sala polivalente, sanitários, recreio coberto, recreio descoberto, parque infantil e campo de jogos exterior.

No que respeita à sala polivalente, a Escola Básica de Famalicão é o único estabelecimento que não dispõe deste espaço. Nos restantes, a avaliação distribui-se entre Razoável (dois estabelecimentos), Bom (dois) e Muito Bom (um), revelando um estado de conservação globalmente satisfatório.

Os sanitários apresentam um perfil positivo, sendo avaliados como Bom pela maioria dos estabelecimentos, com exceção de dois que os classificam como Razoável, sem qualquer registo de avaliação negativa.

Quanto ao recreio coberto, o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores é o único estabelecimento sem este espaço. Nos demais, três avaliam-no como Bom e dois como Razoável.

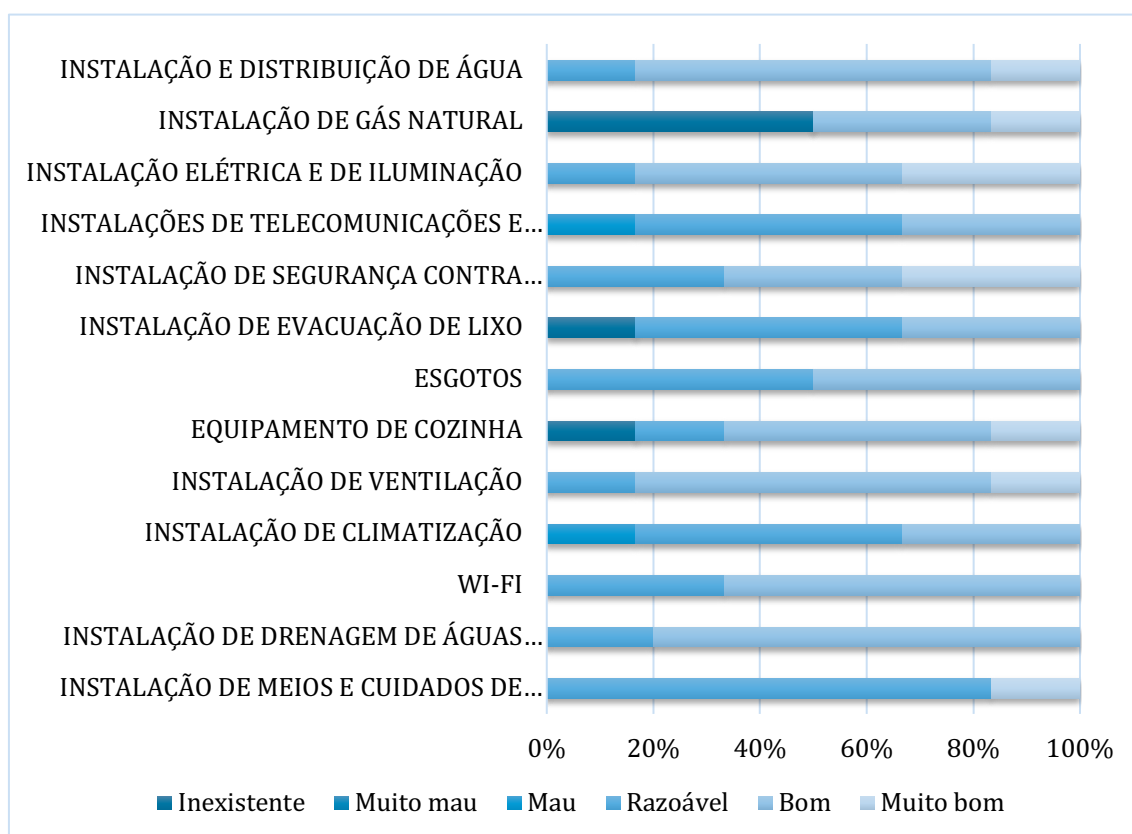
O recreio descoberto é avaliado de forma positiva pela generalidade dos estabelecimentos, com classificação Bom na maioria dos casos. O Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores atribui a classificação Razoável, enquanto o Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré se destaca com a avaliação Muito Bom.

Relativamente ao parque infantil, a Escola Básica Norte e o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores não dispõem deste equipamento. Os quatro estabelecimentos que o possuem avaliam-no unanimemente como Bom.

O campo de jogos exterior é inexistente no Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores. Dos restantes, dois classificam-no como Razoável e dois como Bom.

O refeitório apresenta o perfil mais favorável, com quatro estabelecimentos a avaliá-lo como Bom e um como Muito Bom, registando apenas um caso de Razoável.

Em síntese, os espaços de apoio apresentam condições geralmente satisfatórias, ainda que se verifiquem lacunas pontuais na disponibilidade de determinados equipamentos — sobretudo no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores —, que merecem atenção no âmbito de eventuais intervenções de requalificação.



Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A avaliação das redes e instalações contemplou treze componentes, permitindo uma leitura detalhada das condições técnicas dos estabelecimentos.

A instalação e distribuição de água é avaliada positivamente pela generalidade dos estabelecimentos, a maioria atribui Bom, um classifica Muito Bom e apenas o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores regista Razoável.

A instalação de gás natural é inexistente em três estabelecimentos (Escola Básica de Famalicão, Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores e Centro Social de Valado dos Frades), sendo avaliada como Bom em dois e Muito Bom num, constituindo a componente com maior taxa de inexistência.

A instalação elétrica e de iluminação apresenta um perfil favorável, com a maioria das avaliações entre Bom e Muito Bom, sendo o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores o único a registar Razoável.

As instalações de telecomunicações e contra intrusão revelam maior heterogeneidade: três estabelecimentos classificam-nas como Razoável, dois como Bom e um, o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, como Mau, constituindo uma das situações mais preocupantes do conjunto.

A instalação de segurança contra incêndio apresenta uma distribuição equilibrada entre Razoável, Bom e Muito Bom, sem avaliações negativas, o que é positivo face à importância crítica desta componente para a segurança dos ocupantes.

A instalação de evacuação de lixo é classificada como Inexistente pelo Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, sendo avaliada como Razoável pela maioria e apenas como Bom em dois estabelecimentos, revelando ser uma das componentes com pior desempenho global.

Os esgotos apresentam avaliações distribuídas entre Razoável e Bom, sem registos negativos, o que traduz condições funcionais aceitáveis.

No que respeita ao equipamento de cozinha, o Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré não dispõe deste equipamento. A Escola Básica de Famalicão destaca-se com a avaliação Muito Bom, enquanto os restantes estabelecimentos se situam entre Razoável e Bom.

A instalação de ventilação é avaliada positivamente na maioria dos casos, com Muito Bom no Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e Razoável no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores.

A instalação de climatização regista a classificação Mau no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, Razoável em três estabelecimentos e Bom nos restantes, sendo uma das componentes com maior variabilidade avaliativa.

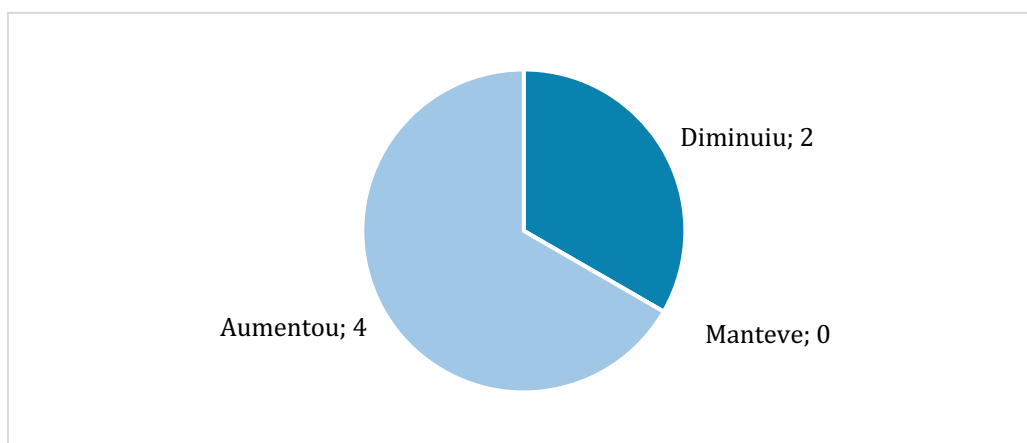
A ligação Wi-Fi é considerada Razoável ou Bom pela generalidade dos estabelecimentos, sem avaliações extremas, o que sugere uma cobertura funcional, mas com potencial de melhoria.

A instalação de drenagem de águas residuais é inexistente no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores; o Centro Social de Valado dos Frades avalia-a como Razoável, enquanto os restantes estabelecimentos a classificam como Bom.

Por fim, a instalação de meios e cuidados de saúde é avaliada como Razoável pela quase totalidade dos estabelecimentos, com exceção do Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, que a classifica como Muito Bom. Esta componente apresenta o perfil mais homogêneo, ainda que num patamar intermédio.

A análise conjunta dos Gráficos 39 e 40 evidencia um padrão comum: o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores concentra o maior número de fragilidades, registando simultaneamente ausências de equipamentos e as avaliações mais baixas em múltiplas componentes, tanto nos espaços de apoio como nas redes e instalações. Esta situação sugere a necessidade de uma intervenção prioritária e abrangente neste estabelecimento. De forma mais global, os resultados apontam para a importância de um programa de manutenção e requalificação que responda às assimetrias identificadas, garantindo condições funcionais e de segurança adequadas em todos os estabelecimentos do concelho.

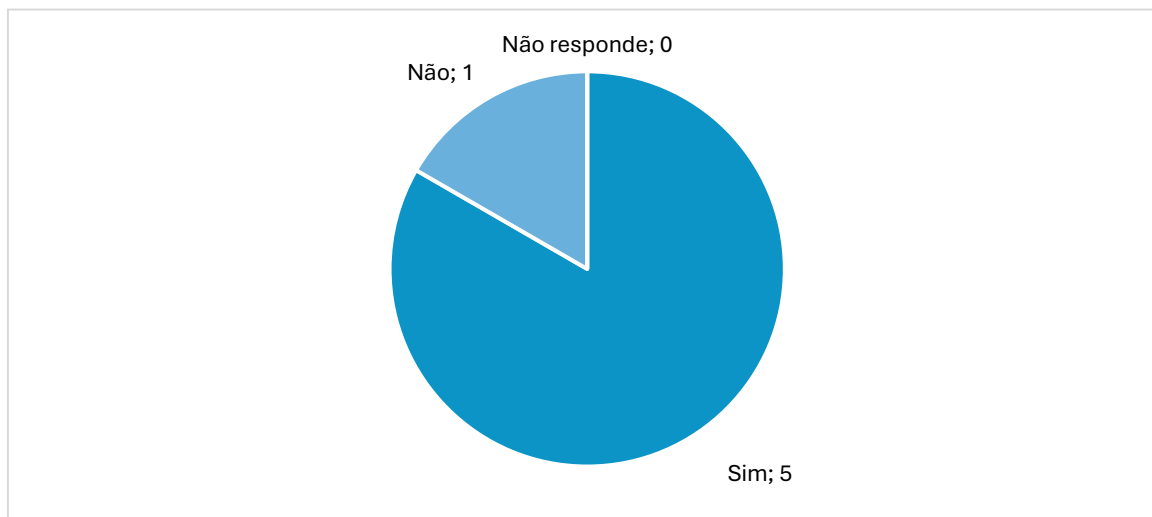
41 - Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos



Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

No que respeita ao consumo energético nos últimos três anos (figura 41), a maioria dos estabelecimentos, quatro em seis, registou um aumento do consumo, ao passo que dois indicaram uma redução, nomeadamente o Centro Social de Valado dos Frades e o Jardim de Infância da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré. Nenhum estabelecimento reportou manutenção dos níveis de consumo face ao período anterior. Estes dados sugerem que, globalmente, a pressão sobre os recursos energéticos tem vindo a crescer na rede de equipamentos educativos do concelho, o que poderá estar associado ao aumento da utilização dos espaços, à expansão de valências ou ao envelhecimento das infraestruturas.

42 - Adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética



Fonte: Fichas de caracterização das escolas com pré-escolar (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

Relativamente à adoção de medidas de eficiência energética (Gráfico 42), cinco dos seis estabelecimentos confirmaram ter implementado este tipo de iniciativas, correspondendo a uma taxa de adesão de aproximadamente 83%. O único estabelecimento que indicou não ter adotado medidas específicas de eficiência energética foi o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores.

A leitura conjunta de ambos os gráficos revela uma aparente contradição entre o aumento generalizado do consumo e a elevada adesão a medidas de eficiência energética, o que poderá indicar que as medidas implementadas, embora pertinentes, não têm sido suficientes para inverter a tendência de crescimento do consumo. Esta situação aponta para a necessidade de aprofundar o diagnóstico energético dos estabelecimentos e de reforçar as intervenções em curso, designadamente nos equipamentos com maior pressão de utilização.

3.1.3 I Ciclo do Ensino Básico

A oferta educativa do 1.º Ciclo do Ensino Básico no concelho da Nazaré engloba três estabelecimentos de ensino, todos pertencentes à rede pública e integrados no Agrupamento de Escolas da Nazaré.

Os estabelecimentos encontram-se distribuídos geograficamente pelas três freguesias do concelho: a Escola Básica de Famalicão e a Escola Básica de Valado dos Frades estão situadas nas respetivas freguesias homónimas, e a Escola Básica do Norte localiza-se na freguesia da Nazaré. De destacar que os três estabelecimentos asseguram, em

simultâneo, a oferta do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, funcionando assim como equipamentos de articulação vertical entre estes dois níveis de ensino.

3.1.3.1 Diagnóstico do parque escolar – 1º Ciclo do Ensino Básico

3.1.3.1.1 Edificado

No concelho da Nazaré existem três centros escolares que asseguram o funcionamento do 1.º ciclo do ensino básico, integrando também a educação pré-escolar. Estes equipamentos educativos foram construídos em momentos distintos, no âmbito da reorganização da rede escolar do concelho, com o objetivo de concentrar a oferta educativa em infraestruturas mais modernas e adequadas às necessidades pedagógicas atuais.

O Centro Escolar da Nazaré (EB Norte) foi construído em 2010, constituindo a principal resposta educativa para a população escolar da vila. O Centro Escolar de Valado dos Frades construído em 2008, servindo a freguesia de Valado dos Frades e áreas envolventes. Mais recentemente, foi edificado o Centro Escolar de Famalicão, concluído em 2021, permitindo completar a cobertura territorial do concelho com um equipamento moderno destinado às crianças da freguesia de Famalicão.

Desde a sua construção, nenhum destes edifícios foi alvo de obras estruturais de grande dimensão. As intervenções realizadas ao longo dos anos têm incidido sobretudo em trabalhos de manutenção, pequenas reparações e melhorias funcionais, particularmente nos espaços exteriores de recreio. Entre estas intervenções destacam-se a instalação ou renovação de coberturas em zonas de recreio, bem como ajustes e reconfigurações nos campos de jogos, com o objetivo de melhorar as condições de utilização pelos alunos e promover ambientes escolares mais seguros e adequados à prática de atividades lúdicas e desportivas.

Todos os edifícios do parque escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho são de utilização exclusivamente educativa.

No que respeita à caracterização das salas de atividades (figura 43), e de acordo com a informação fornecida pelos estabelecimentos, foi possível apurar que os três estabelecimentos dispõem, em conjunto, de 26 salas com condições para a atividade letiva: a Escola Básica de Famalicão conta com 4 salas, a Escola Básica de Valado dos Frades com 6 e a Escola Básica do Norte (Centro Escolar da Nazaré) com 16 salas, das quais 14 estão afetas a turmas e as restantes 2 são destinadas a apoios educativos,

projetos e terapias. Nos dois primeiros estabelecimentos, a totalidade das salas está ocupada por turmas, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 100% da capacidade instalada. Todos os estabelecimentos dispõem de sala de informática, bem como de sala de educação física ou polivalente, à exceção da Escola Básica de Famalicão, que também reporta carência de salas de aula e de salas de apoio.

43. Caracterização das salas de atividades

Estabelecimento de ensino	Salas de atividade com condições para atividade letiva (total)	Salas de atividade ocupadas com turmas (nº)	Salas educação física/polivalente (nº)	Salas informática (nº)	Carência de salas (nº)	Carência de salas (finalidade)
Escola Básica de Famalicão	4	4	0	1	5	Aulas e Apoio
Escola Básica de Valado dos Frades	6	6	1	1	—	—
Escola Básica do Norte	14	14	1	1	—	—

Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2025 /2026.

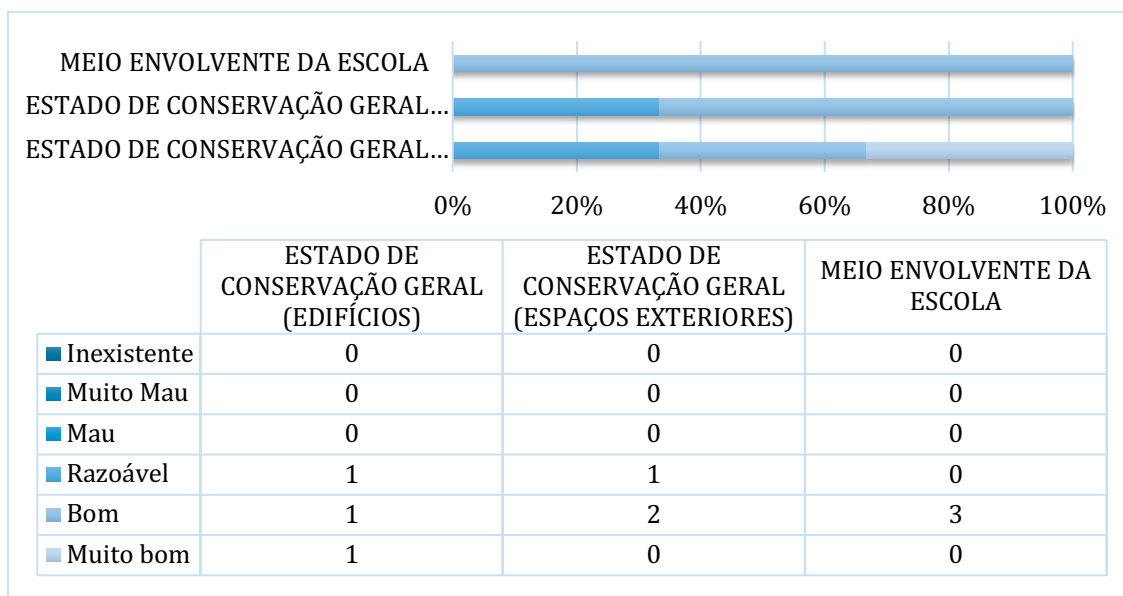
3.1.3.1.2 Avaliação geral, acessibilidades e conservação dos edifícios

No que respeita à avaliação geral das condições físicas dos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré (figura 44), os dados recolhidos permitem traçar um quadro globalmente positivo, ainda que com algumas assimetrias entre estabelecimentos.

Quanto ao meio envolvente da escola, a avaliação é unanimemente favorável: os três estabelecimentos classificaram-no como "bom", o que traduz uma perceção consistente e positiva do contexto territorial e urbanístico em que se inserem.

Relativamente ao estado de conservação geral dos edifícios, as avaliações divergem entre estabelecimentos. A Escola Básica de Famalicão atribuiu a classificação de "muito bom", a Escola Básica do Norte classificou-o como "bom" e a Escola Básica de Valado dos Frades como "razoável". Esta última avaliação merece atenção, uma vez que poderá refletir a necessidade de intervenções de manutenção ou requalificação no referido equipamento.

44 - Avaliação geral do meio envolvente e conservação geral dos espaços exteriores e edifícios do 1º ciclo do ensino básico

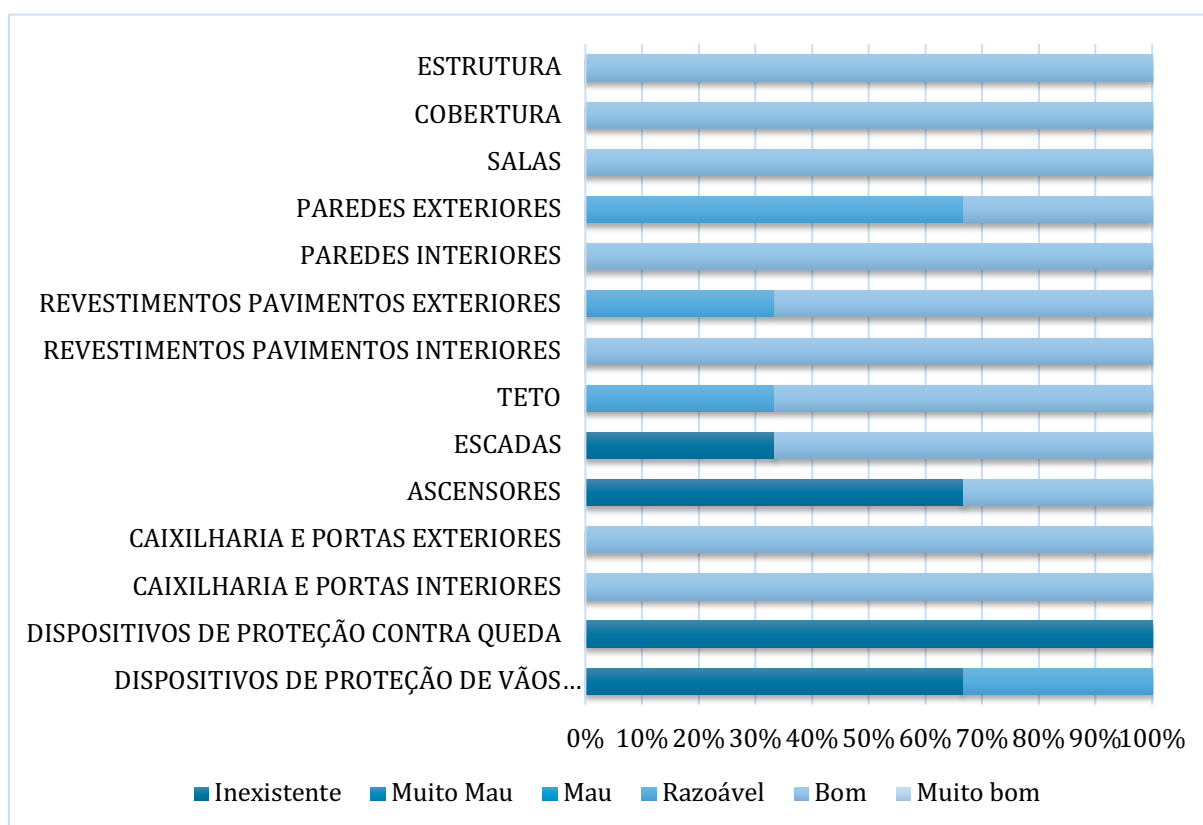


Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

No que concerne ao estado de conservação dos espaços exteriores, dois estabelecimentos atribuíram a classificação de "bom" e um, a Escola Básica de Valado dos Frades, classificou-os como "razoável", reforçando a perceção de que este estabelecimento apresenta as condições físicas mais débeis do conjunto.

Em síntese, nenhum estabelecimento registou avaliações negativas nas dimensões analisadas, o que é indicador de um parque escolar em razoável a bom estado de conservação. Ainda assim, a Escola Básica de Valado dos Frades destaca-se como o equipamento com maior necessidade de acompanhamento e eventual investimento em obras de conservação e manutenção.

45 - Estado de conservação dos edifícios do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A análise do estado de conservação dos edifícios do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré (figura 45) permite identificar um quadro globalmente satisfatório, com a maioria dos elementos construtivos e funcionais avaliados positivamente, embora com algumas lacunas relevantes.

Os elementos estruturais e de acabamento interior — nomeadamente a estrutura, a cobertura, as salas, as paredes interiores, os revestimentos de pavimentos interiores e a caixilharia e portas exteriores e interiores — obtiveram a classificação de "bom" por parte de todos os estabelecimentos, o que atesta um nível de conservação adequado nestas componentes.

Nas paredes exteriores, a avaliação é diferenciada: a Escola Básica de Famalicão classifica-as como "bom", ao passo que os restantes dois estabelecimentos as avaliam como "razoável". Situação semelhante verifica-se nos revestimentos de pavimentos exteriores, onde a Escola Básica de Valado dos Frades atribui a classificação de "razoável", enquanto os outros dois estabelecimentos as consideram em "bom" estado. O teto segue o mesmo padrão, com a Escola Básica de Valado dos Frades a destacar-se negativamente face às demais, com uma avaliação de "razoável".

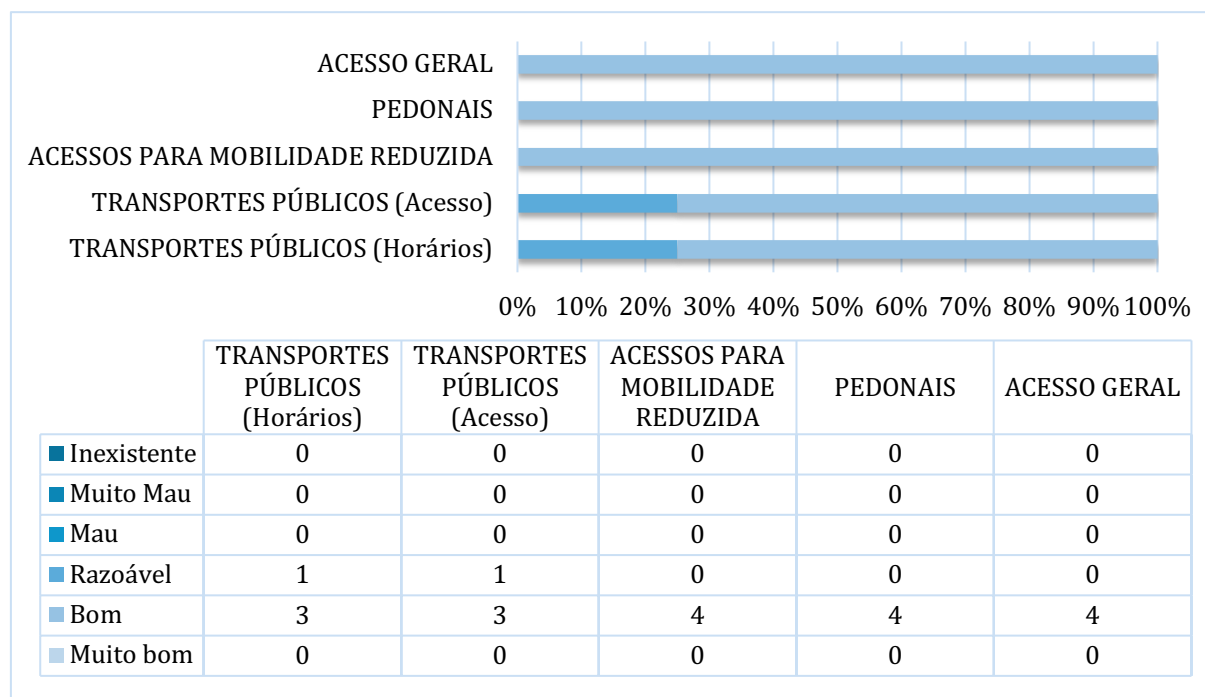
No que respeita às escadas, a leitura do gráfico indica que um estabelecimento as classifica como "muito mau", o que merece particular atenção do ponto de vista da segurança dos utilizadores.

Quanto aos ascensores, estes são inexistentes na Escola Básica de Famalicão e na Escola Básica de Valado dos Frades, estando apenas presentes na Escola Básica do Norte, onde são avaliados como "bom".

Os dispositivos de proteção contra queda são inexistentes nos três estabelecimentos, o que representa uma lacuna transversal a toda a rede e que deverá ser objeto de avaliação e eventual intervenção corretiva. Os dispositivos de proteção de vãos exteriores estão apenas presentes na Escola Básica do Norte, onde são classificados como "razoável", sendo inexistentes nos restantes estabelecimentos.

Em síntese, a Escola Básica de Valado dos Frades é o equipamento que acumula um maior número de componentes com avaliação inferior, consolidando a perceção já evidenciada na análise anterior de que este estabelecimento é o que apresenta maiores necessidades de intervenção. A ausência transversal de dispositivos de proteção contra queda é um aspeto que merece prioridade na definição de estratégias de requalificação do parque escolar.

46 - Acessibilidades do edificado do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A análise das acessibilidades dos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré revela um quadro globalmente positivo, sem qualquer avaliação negativa registada em nenhuma das dimensões analisadas.

O acesso geral, os acessos pedonais e os acessos para mobilidade reduzida obtiveram a classificação de "bom" por parte da totalidade dos estabelecimentos, o que evidencia condições de acessibilidade física adequadas em toda a rede. Este resultado é particularmente relevante no que respeita à mobilidade reduzida, uma vez que a classificação uniforme de "bom" sugere que os três equipamentos reúnem as condições mínimas de acessibilidade universal.

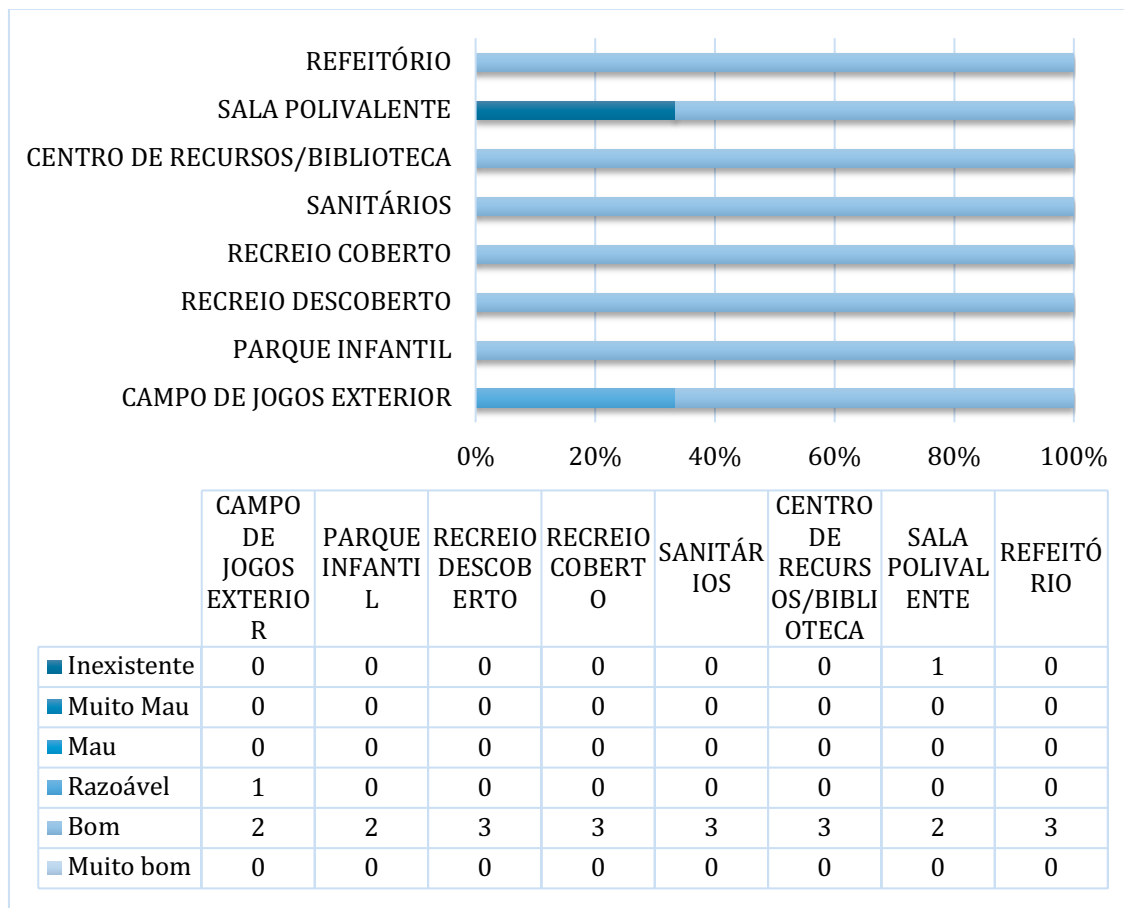
No que respeita aos transportes públicos, tanto no acesso físico às paragens como nos horários disponíveis, a avaliação é ligeiramente menos favorável. Três estabelecimentos classificaram ambas as dimensões como "bom" e um atribuiu a classificação de "razoável", correspondendo este último, de acordo com o texto de suporte, à Escola Básica de Valado dos Frades ou à Escola Básica de Famalicão. A Escola Básica do Norte é o único estabelecimento que avalia os transportes públicos como "bom", o que poderá refletir a sua localização mais central e urbana, com maior cobertura e frequência de serviço.

Em síntese, as acessibilidades físicas dos estabelecimentos são as dimensões mais bem avaliadas, ao passo que a oferta de transportes públicos constitui o aspeto com maior

margem de melhoria, em especial nos estabelecimentos situados em freguesias mais periféricas, onde a cobertura de transporte coletivo tende a ser menos densa e regular.

3.1.3.1.3. Conservação de espaços de apoios, redes e energia

47 - Conservação de espaços de apoios do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré (figura 47) apresenta um quadro globalmente positivo, com a generalidade dos espaços a obter a classificação de "bom" e sem qualquer avaliação negativa registada.

O refeitório, o centro de recursos/biblioteca, os sanitários, o recreio coberto e o recreio descoberto foram avaliados como "bom" pela totalidade dos três estabelecimentos, o que traduz um nível de conservação adequado nestas valências, essenciais ao funcionamento quotidiano das escolas.

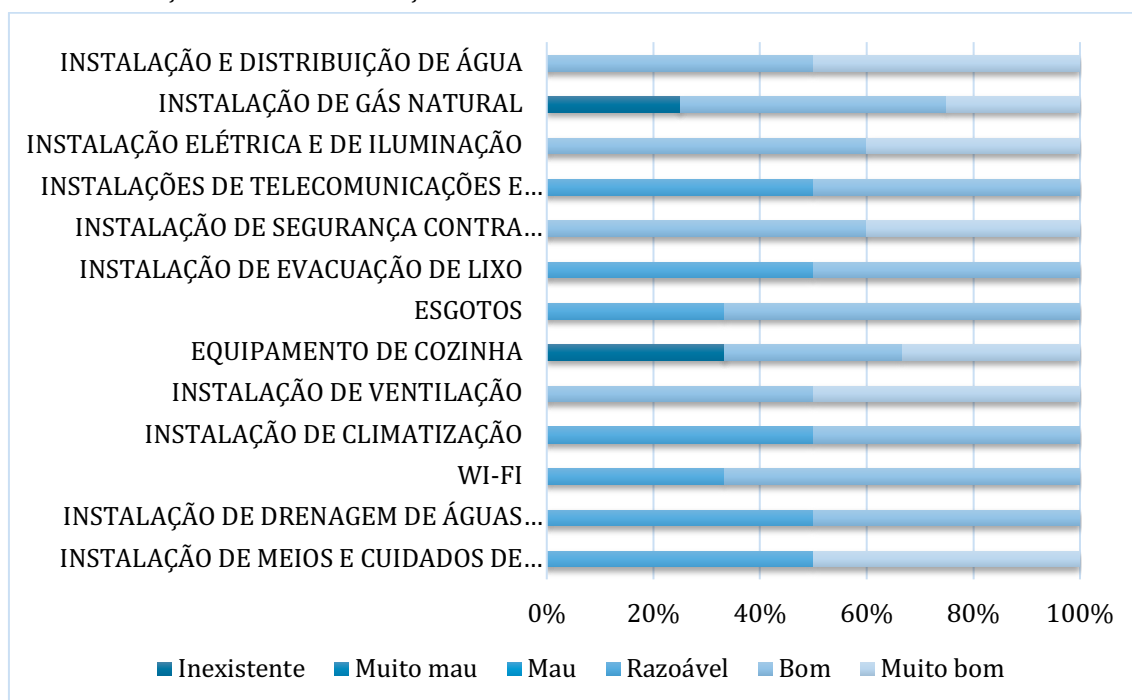
No que respeita à sala polivalente, a Escola Básica de Famalicão é o único estabelecimento que não dispõe desta infraestrutura, classificando-a como "inexistente".

Os restantes dois estabelecimentos avaliam-na como "bom", o que reforça a identificação prévia da Escola Básica de Famalicão como o equipamento com maiores carências ao nível das infraestruturas de apoio.

Quanto ao parque infantil, é a Escola Básica do Norte o estabelecimento que não dispõe desta valência, ao passo que os outros dois estabelecimentos a avaliam como "bom". Relativamente ao campo de jogos exterior, a Escola Básica de Valado dos Frades atribui a classificação de "razoável", enquanto os restantes estabelecimentos o consideram em "bom" estado de conservação.

Em síntese, os espaços de apoio dos três estabelecimentos encontram-se, na sua maioria, em bom estado de conservação. As principais lacunas identificadas prendem-se com a inexistência de sala polivalente na Escola Básica de Famalicão e de parque infantil na Escola Básica do Norte, bem como com o estado menos satisfatório do campo de jogos exterior na Escola Básica de Valado dos Frades, aspetos que deverão ser considerados em futuras intervenções de requalificação do parque escolar.

48 - Conservação de redes e instalações do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A análise do estado de conservação das redes e instalações dos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré (Figura 48) revela um quadro heterogéneo, com algumas instalações em bom estado de conservação e outras a merecer atenção e eventual intervenção.

As instalações com avaliação mais favorável e transversal a todos os estabelecimentos são a instalação e distribuição de água, a instalação elétrica e de iluminação, a instalação de segurança contra incêndio, a instalação de ventilação e a instalação de drenagem de águas residuais, todas classificadas como "bom" pela totalidade das escolas. Estes resultados indicam que as infraestruturas de maior relevância para a segurança e o funcionamento básico dos edifícios se encontram em condições adequadas.

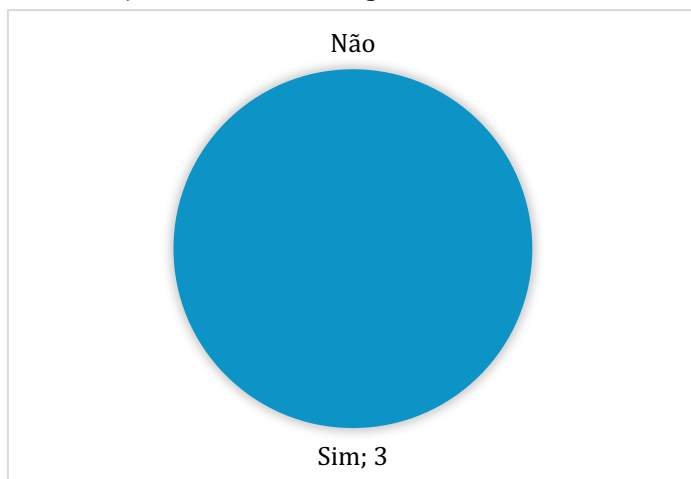
Em contrapartida, a instalação de meios e cuidados de saúde foi classificada como "razoável" por todos os estabelecimentos, o que merece atenção, uma vez que esta valência tem impacto direto no bem-estar e na segurança das crianças. A instalação de climatização apresenta igualmente uma avaliação preocupante: apenas a Escola Básica de Famalicão a classifica como "bom", sendo que os restantes estabelecimentos a avaliam de forma menos favorável, o que poderá comprometer o conforto térmico dos espaços letivos, em particular nos meses de maior calor ou frio.

A instalação de gás natural é inexistente na Escola Básica de Famalicão, o que poderá condicionar determinadas soluções de climatização ou confeção de refeições neste estabelecimento. As instalações de telecomunicações e de contraintrusão são avaliadas como "razoável" em dois estabelecimentos, sendo a Escola Básica de Famalicão a única a classificá-las como "bom".

No que respeita à instalação de evacuação de lixo e aos esgotos, a Escola Básica de Valado dos Frades atribui a classificação de "razoável" a ambas, enquanto os restantes estabelecimentos as consideram em "bom" estado, reforçando a tendência já identificada de que este equipamento apresenta as condições de conservação mais débeis do conjunto.

Em síntese, as principais fragilidades identificadas concentram-se na instalação de climatização, com cobertura insuficiente em dois dos três estabelecimentos, e na instalação de meios e cuidados de saúde, transversalmente avaliada como "razoável". A Escola Básica de Valado dos Frades volta a destacar-se como o equipamento com maior número de componentes a necessitar de intervenção, consolidando a necessidade de uma estratégia prioritária de requalificação para este estabelecimento.

49 - Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Fichas de caracterização das escolas 1º ciclo do ensino básico (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

No que respeita ao consumo energético e à eficiência energética nos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Nazaré (figura 49), os dados recolhidos apresentam um quadro uniforme e consistente.

O consumo energético aumentou nos três estabelecimentos ao longo dos últimos três anos, o que poderá estar associado ao crescimento da utilização dos espaços, à expansão de equipamentos tecnológicos nas salas de aula ou ao envelhecimento das infraestruturas, que tende a reduzir a eficiência dos sistemas instalados.

Face a este cenário, todos os estabelecimentos confirmaram ter adotado medidas específicas de aumento de eficiência energética, como ilustra o gráfico, onde a totalidade das respostas recai na categoria "Sim" — correspondendo aos três estabelecimentos —, sem qualquer resposta negativa registada. Esta adesão universal às medidas de eficiência energética é um indicador positivo, refletindo uma consciência crescente da importância da gestão sustentável dos recursos energéticos no contexto escolar.

Contudo, a conjugação entre o aumento generalizado do consumo e a adoção de medidas de eficiência energética sugere que as iniciativas implementadas, embora pertinentes, não têm sido suficientes para inverter ou estabilizar a tendência de crescimento do consumo. Esta situação reforça a necessidade de aprofundar e diversificar as estratégias de eficiência energética, nomeadamente através de investimentos em requalificação dos sistemas de climatização — identificados na análise anterior como uma das principais fragilidades do parque escolar —, bem como na adoção de fontes de energia renovável e na sensibilização da comunidade educativa para práticas de consumo mais sustentáveis.

3.1.4 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário

3.1.4.1 Diagnóstico do parque escolar – 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário

3.1.4.1.1 Edificado

50 - Caracterização das salas letivas e de atividades do II, III ensino básico e secundário da Nazaré

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA ATIVIDADE LETIVA (TOTAL)	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMAS (Nº)	SALAS EDUCAÇÃO FÍSICA/POLIVALENTE (Nº)	SALAS INFORMÁTICA (Nº)
Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio	30	30	1	1
Escola Profissional da Nazaré	12	17	—	2
Externato Dom Fuas Roupinho	20	10	0	2

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	SALAS DE EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA (Nº)	LABORATÓRIOS (Nº)	OFICINAS (Nº)	CARÊNCIA DE SALAS (Nº)	CARÊNCIA DE SALAS (FINALIDADE)
Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio	2	5	0	8	Ocupação com turmas
Escola Profissional da Nazaré	—	—	2	—	
Externato Dom Fuas Roupinho	0	2	1	—	

Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

Os três estabelecimentos de ensino secundário do concelho da Nazaré, a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, o Externato Dom Fuas Roupinho e a Escola Profissional da Nazaré, encontram-se todos situados na freguesia da Nazaré.

A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio é o estabelecimento com maior antiguidade do conjunto, tendo o seu edifício original sido construído em 1987 e o edifício mais recente em 1991. Em 2017, o estabelecimento foi alvo de obras de reabilitação. No que respeita à caracterização dos espaços letivos, a escola dispõe de 36 salas com condições para a atividade letiva, todas ocupadas por turmas, 5 laboratórios, 2 salas de educação visual e tecnológica, 1 sala de informática e 2 pavilhões

gimnodesportivos externos à escola, partilhados com os outros dois estabelecimentos letivos. Os responsáveis do estabelecimento reportam uma carência de 8 salas para ocupação com turmas, o que evidencia uma pressão significativa sobre a capacidade instalada e aponta para a necessidade de expansão ou requalificação do edificado.

O Externato Dom Fuas Roupinho possui uma história construtiva mais longa: o edifício original data de 1958, tendo sido posteriormente complementado por um edifício mais recente, construído em 2007, um adaptado e outro de raiz, e sujeito a obras de reabilitação em 2010. Todos os edifícios são de uso exclusivamente educativo. Em termos de espaços letivos, o estabelecimento dispõe de 20 salas com condições para a atividade letiva, das quais apenas 10 se encontram ocupadas por turmas, correspondendo a uma taxa de ocupação de 50%. Dispõe ainda de 2 laboratórios, 2 salas de informática e 1 oficina, não apresentando carência de espaços reportada.

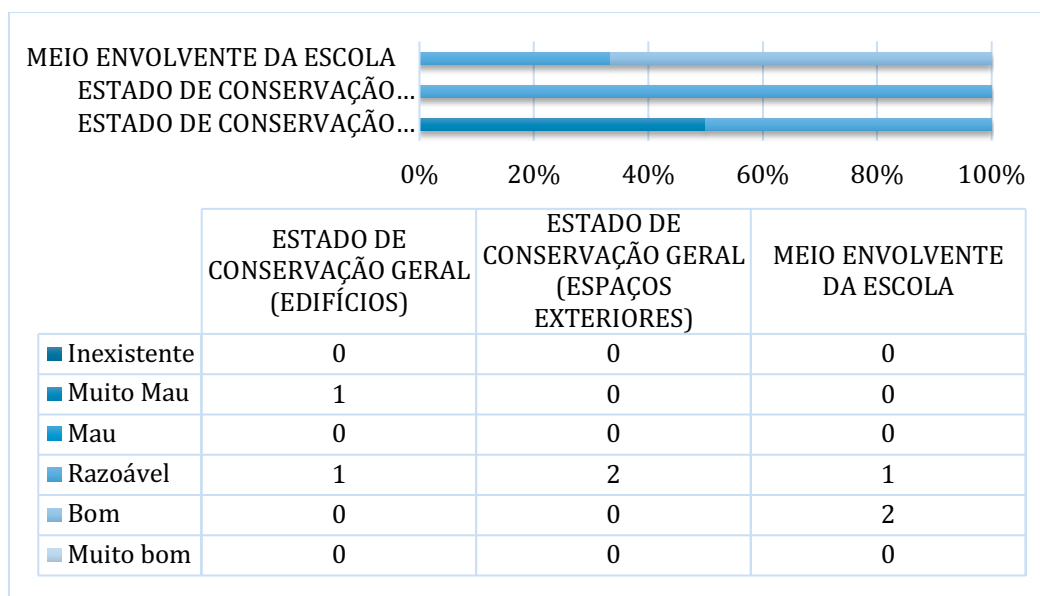
A Escola profissional da Nazaré está igualmente situada na freguesia da Nazaré. A construção do edifício sede data do ano 2005 e o polo situado no edifício da antiga escola primária n.º 2 é de 1958. Neste último edifício foram ainda feitas obras de reabilitação da cozinha em 2011, para permitir a sua utilização para fins de formação profissional. Todos os edifícios são utilizados exclusivamente para fins educativos, apesar do edifício sede não ter sido concebido para tal. Por sua vez, conta com 12 salas com condições para a atividade letiva, 2 salas de informática e 2 oficinas. A totalidade das salas encontram-se ocupadas com atividades formativas, com exceção das oficinas e das salas de informática, cuja utilização é parcial.

No cômputo geral, os três estabelecimentos totalizam 62 salas com condições para a atividade letiva, às quais acrescem 7 laboratórios, 5 salas de informática, 3 oficinas, 2 salas de educação visual e tecnológica e 2 pavilhões gimnodesportivos, constituindo uma oferta de espaços diversificada e ajustada aos diferentes perfis de ensino que cada estabelecimento serve.

No que respeita ao serviço de refeições, os três estabelecimentos confirmam a sua disponibilização. Quanto ao modelo de confeção, a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio e a Escola Profissional da Nazaré asseguram a confeção das refeições em cozinha própria, ao passo que o Externato Dom Fuas Roupinho recorre a serviço externo. Relativamente às acessibilidades para alunos com necessidades educativas especiais, todos os estabelecimentos afirmam dispor das condições necessárias no seu edificado para acolher estes alunos.

3.1.4.1.2 Avaliação geral, acessibilidades e conservação dos edifícios

51 - Avaliação geral do meio envolvente e conservação geral dos espaços exteriores e edifícios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário



Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A avaliação do estado de conservação geral dos edifícios, dos espaços exteriores e do meio envolvente dos estabelecimentos de ensino não básico do concelho da Nazaré (figura 51) apresenta um quadro preocupante, contrastando significativamente com os resultados obtidos nos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico anteriormente analisados.

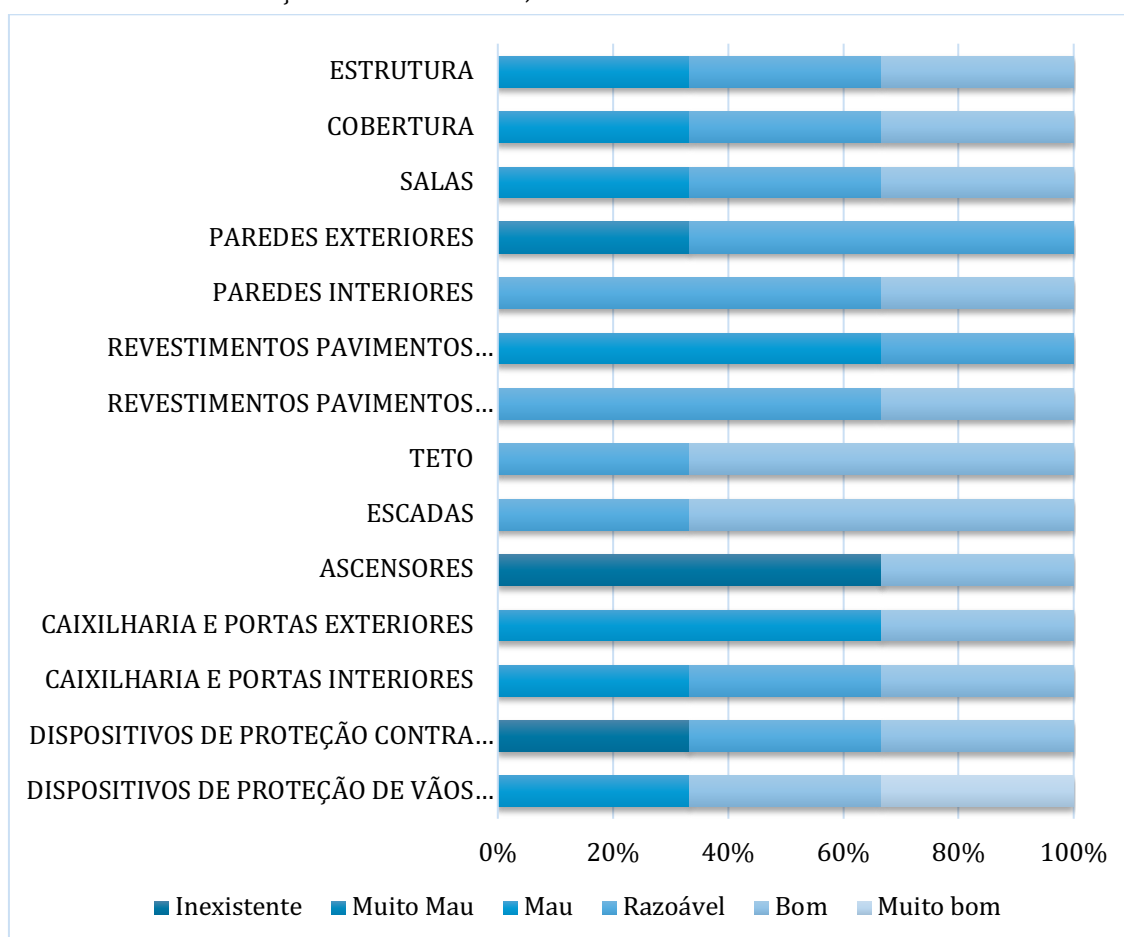
No que respeita ao estado de conservação geral dos edifícios, as avaliações são as mais negativas do conjunto. Tanto a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio como a Escola Profissional da Nazaré classificam os seus edifícios como "muito mau", o que representa um sinal de alerta inequívoco quanto às condições físicas destes equipamentos e à necessidade urgente de intervenção. O Externato Dom Fuas Roupinho apresenta uma avaliação menos crítica, classificando os seus edifícios como "razoável", o que, ainda assim, não pode ser considerado satisfatório.

Relativamente ao estado de conservação dos espaços exteriores, os três estabelecimentos atribuem a classificação de "razoável", sem qualquer avaliação positiva registada, o que sugere que também este domínio carece de atenção e investimento.

Quanto ao meio envolvente da escola, as avaliações são ligeiramente mais favoráveis: dois estabelecimentos classificam-no como "bom" e um como "razoável", indicando que o contexto territorial e urbanístico envolvente é percebido de forma mais positiva do que as condições internas dos próprios edifícios.

Em síntese, os dados revelam um parque edificado em estado de conservação claramente insatisfatório, em particular na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio e na Escola Profissional da Nazaré, cujos edifícios obtêm a classificação mais negativa de toda a análise. Esta situação aponta para a necessidade de uma intervenção prioritária e estruturada de requalificação, cujas motivações específicas serão abordadas no ponto seguinte.

52 - Estado de conservação dos edifícios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário



Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A análise do estado de conservação dos edifícios dos estabelecimentos de ensino secundário do concelho da Nazaré (figura 52) revela um quadro globalmente intermédio, com avaliações distribuídas entre o "razoável" e o "bom", mas com situações pontuais que merecem atenção prioritária.

De forma transversal, a maioria dos elementos analisados, estrutura, cobertura, salas, paredes interiores e exteriores, revestimentos de pavimentos interiores e exteriores, teto, escadas, ascensores, caixilharia e portas exteriores e interiores, dispositivos de proteção contra queda e dispositivos de proteção de vãos exteriores, foi avaliada num intervalo

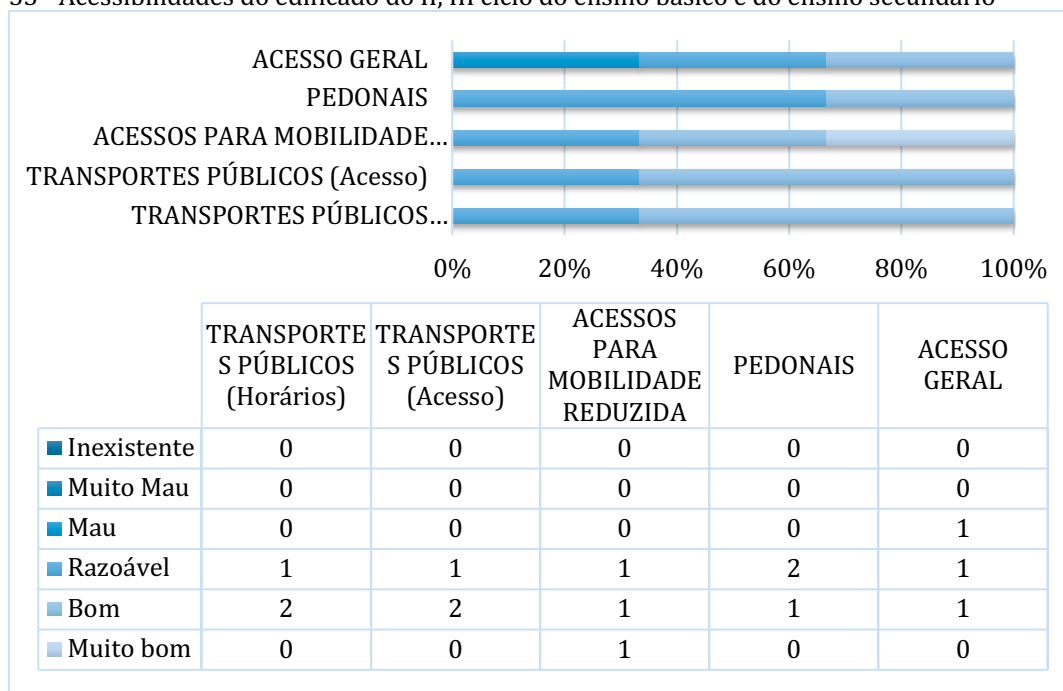
entre "razoável" e "muito bom", sendo "bom" a classificação mais frequente. Este resultado sugere que, na generalidade, o edificado encontra-se em condições funcionais aceitáveis, ainda que com margem considerável para melhoria.

Contudo, destacam-se duas situações que merecem particular atenção. A Escola Profissional da Nazaré classifica os revestimentos dos pavimentos exteriores como "mau" e as paredes exteriores como "muito mau", constituindo as avaliações mais negativas de todo o conjunto analisado. Estas classificações justificam uma diligência junto dos responsáveis do estabelecimento, no sentido de apurar com maior detalhe a extensão dos problemas identificados e definir as intervenções necessárias.

Por sua vez, a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio avalia a generalidade dos elementos entre "mau" e "razoável", o que, conjugado com a classificação de "muito mau" atribuída ao estado geral do edifício na análise anterior, confirma a degradação progressiva deste equipamento. Acresce que os dispositivos de proteção de vãos exteriores são referidos como inexistentes, o que representa uma lacuna com implicações diretas na segurança dos utilizadores.

Em síntese, a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio e a Escola Profissional da Nazaré são os estabelecimentos que apresentam as condições de conservação mais preocupantes, com elementos construtivos avaliados negativamente e lacunas em componentes de segurança. Estes dados reforçam a urgência de uma intervenção estruturada de requalificação nestes dois equipamentos, a definir em articulação com os respetivos responsáveis.

53 - Acessibilidades do edificado do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário



Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

No que respeita às acessibilidades dos estabelecimentos de ensino secundário do concelho da Nazaré (figura 53), os dados revelam um quadro mais heterogéneo do que o observado nos estabelecimentos do 1.º Ciclo, com avaliações distribuídas por um espectro mais amplo de classificações.

Quanto ao acesso geral, as avaliações dividem-se entre "mau", "razoável" e "bom", com um estabelecimento a atribuir cada uma destas classificações, o que evidencia realidades distintas entre equipamentos. Os acessos pedonais apresentam um perfil ligeiramente mais favorável, com dois estabelecimentos a classificá-los como "razoável" e um como "bom". Relativamente aos acessos para mobilidade reduzida, as avaliações distribuem-se de forma equitativa entre "razoável", "bom" e "muito bom", sugerindo que, nesta dimensão, os estabelecimentos têm vindo a adaptar os seus espaços, ainda que de forma desigual.

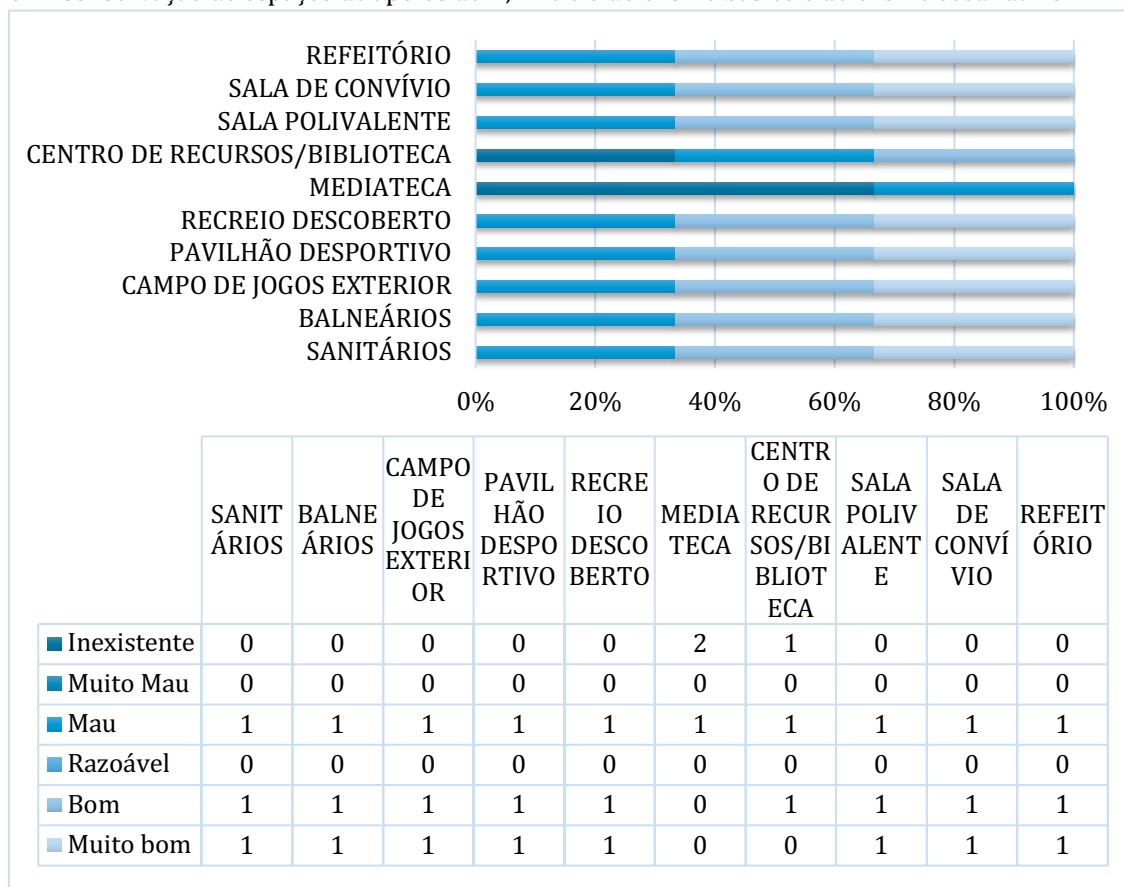
No que concerne aos transportes públicos — tanto no acesso físico como nos horários disponíveis —, dois estabelecimentos atribuem a classificação de "bom" e um de "razoável", o que traduz uma cobertura de transporte coletivo globalmente aceitável, embora com margem de melhoria.

Relativamente às distâncias percorridas entre a residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino, apenas a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio e o Externato Dom Fuas Roupinho disponibilizaram esta informação. A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio serve alunos provenientes de até três freguesias, com uma distância máxima de 10 km, sendo o percurso a pé estimado em 10 minutos. O Externato Dom Fuas Roupinho apresenta uma área de influência consideravelmente mais alargada, abrangendo nove freguesias e uma distância máxima de 45 km, com um percurso a pé máximo de 45 minutos. A Escola Profissional da Nazaré não forneceu dados sobre esta matéria, o que limita a caracterização completa da mobilidade escolar neste estabelecimento.

Em síntese, as acessibilidades dos estabelecimentos de ensino secundário apresentam um desempenho globalmente intermédio, com a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio a destacar-se negativamente no acesso geral, classificado como "mau", e o Externato Dom Fuas Roupinho a evidenciar uma área de influência territorial significativamente mais extensa, o que reforça a sua relevância no contexto educativo supramunicipal.

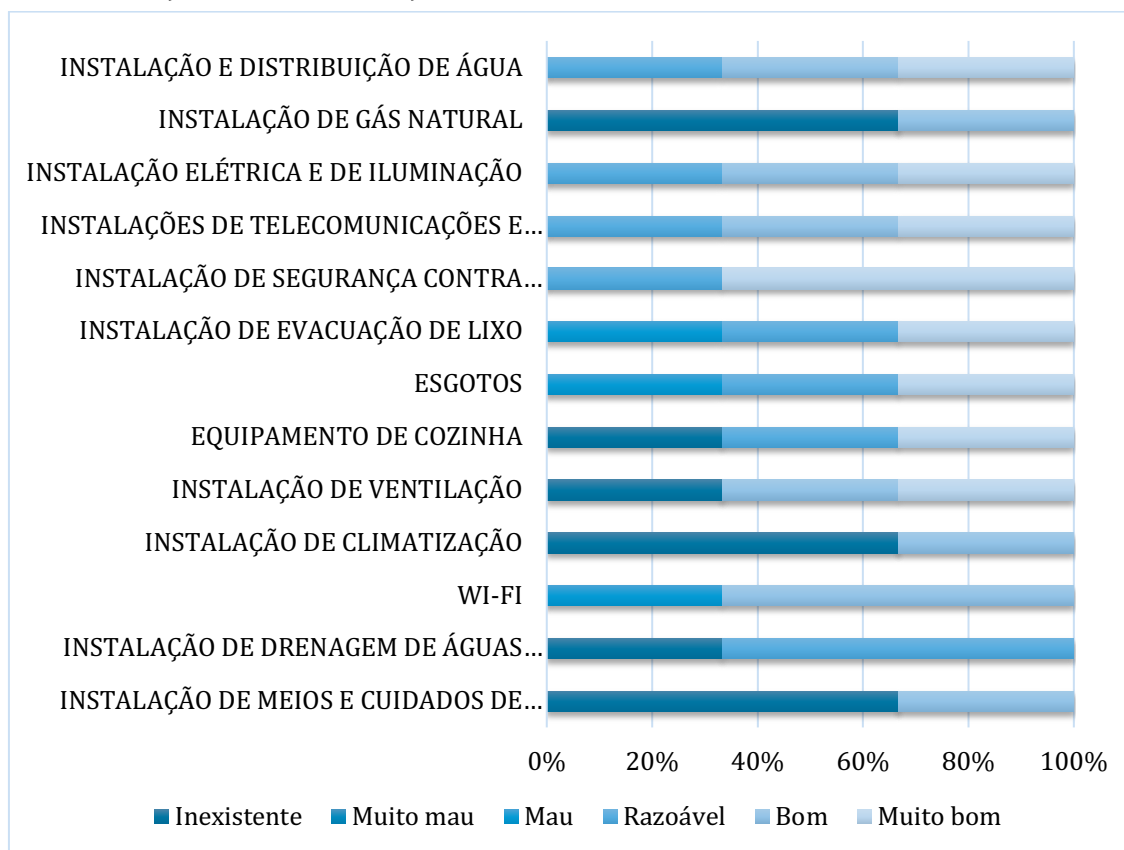
3.1.4.1.3. Conservação de espaços de apoios, redes e energia

54 - Conservação de espaços de apoios do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário



Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

55 - Conservação de redes e instalações do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário



Fonte: Fichas de caracterização das escolas II, III ensino básico e secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

A análise do estado de conservação das redes e instalações dos estabelecimentos de ensino secundário do concelho da Nazaré (figura 55) revela um quadro heterogéneo, com perfis de avaliação marcadamente distintos entre os três estabelecimentos.

A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio apresenta o perfil mais preocupante: a generalidade das instalações é classificada entre "razoável" e "mau", sendo a instalação de gás natural a única a obter uma avaliação positiva, com a classificação de "bom". Acresce a inexistência de três componentes fundamentais — instalação de ventilação, instalação de climatização e instalação de meios e cuidados de saúde —, o que configura lacunas com impacto direto nas condições de conforto, salubridade e segurança dos utilizadores. Este quadro é coerente com as avaliações negativas já identificadas nas análises anteriores relativas ao edificado e aos espaços de apoio deste estabelecimento, reforçando a urgência de uma intervenção estruturada e abrangente.

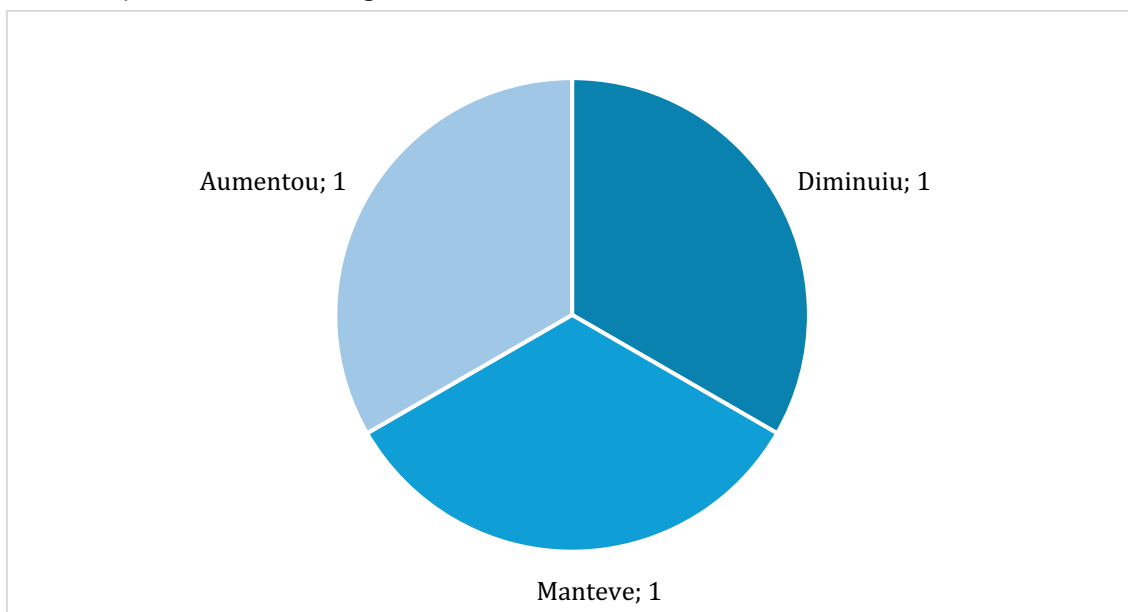
A Escola Profissional da Nazaré apresenta o perfil mais favorável dos três estabelecimentos: a maioria das instalações é classificada como "muito bom", com a instalação de climatização e o Wi-Fi a obterem a classificação de "bom". Contudo, registam-se três ausências relevantes — a instalação de drenagem de águas residuais, a

instalação de meios e cuidados de saúde e a instalação de gás natural —, que deverão ser objeto de análise e eventual regularização.

O Externato Dom Fuas Roupinho apresenta um perfil intermédio, com as instalações a serem avaliadas entre "razoável" e "bom", e a instalação de segurança contra incêndio a destacar-se positivamente com a classificação de "muito bom". Este estabelecimento não dispõe de instalação de gás natural, de sistema de climatização nem de equipamento de cozinha, o que, no caso deste último, é consistente com o recurso a serviço de confeção externo identificado anteriormente.

Em síntese, a inexistência transversal de instalação de meios e cuidados de saúde nos três estabelecimentos constitui a lacuna mais preocupante e comum a toda a rede, merecendo intervenção prioritária. A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio permanece como o equipamento com maior número de fragilidades acumuladas, consolidando a necessidade de uma estratégia integrada de requalificação para este estabelecimento.

56 - Evolução do consumo energético nos últimos 3 anos



Fonte: Fichas de caracterização das escolas do II, III ciclo do ensino básico e do ensino secundário (preenchido pelos responsáveis dos estabelecimentos escolares), 2023.

3.2 Diagnóstico Integrado do Parque Escolar — Análise SWOT

<p>Pontos Fortes (Strengths)</p> <p>A rede escolar do concelho da Nazaré apresenta um conjunto de ativos que importa reconhecer. Os Centros Escolares da Nazaré e de Valado dos Frades, construídos de raiz para os níveis de pré-escolar e 1.º ciclo, reúnem condições contemporâneas de conforto, segurança e funcionalidade, incluindo piscina interior aquecida, pavilhão polivalente, refeitório e biblioteca escolar. A totalidade dos estabelecimentos assegura o serviço de refeições e dispõe de condições de acessibilidade para alunos com necessidades educativas especiais. Os espaços de apoio dos estabelecimentos de 1.º ciclo, refeitório, sanitários, centro de recursos e caixilharia, obtiveram avaliações globalmente favoráveis. O Externato Dom Fuas Roupinho e a Escola Profissional da Nazaré apresentam espaços de apoio e redes e instalações em bom estado de conservação. O meio envolvente é unanimemente avaliado de forma positiva em toda a rede.</p>	<p>Oportunidades (Opportunities)</p> <p>A revisão da Carta Educativa em curso constitui uma oportunidade privilegiada para fundamentar e priorizar investimentos de requalificação do parque escolar. O cofinanciamento pelo programa temático Pessoas 2030 pode ser mobilizado para intervenções nos equipamentos públicos com maior nível de degradação. A crescente exigência em matéria de eficiência energética e sustentabilidade ambiental abre oportunidades para candidaturas a fundos específicos de requalificação energética.</p>
<p>Pontos Fracos (Weaknesses)</p> <p>A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio concentra as fragilidades mais graves de toda a rede: os espaços exteriores, os sanitários e o recreio descoberto estão em estado "muito mau"; os espaços de apoio letivo — refeitório, sala de convívio e biblioteca — são classificados como "mau"; as instalações de ventilação, climatização e meios e cuidados de saúde são inexistentes; e os dispositivos de proteção de vãos exteriores também estão ausentes. Trata-se de um edificado com construção original de 1987 que, não obstante a intervenção de 2017, acumula um nível de degradação incompatível com as exigências pedagógicas e de segurança atuais. A Escola Básica de Valado dos Frades apresenta igualmente avaliações inferiores em paredes exteriores, revestimentos e campo de jogos. A inexistência de dispositivos de proteção contra queda é transversal a todos os estabelecimentos de 1.º ciclo. A</p>	<p>Ameaças (Threats)</p> <p>A degradação progressiva da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, sem intervenção estrutural, representa um risco crescente para a segurança e bem-estar da comunidade escolar, e poderá agravar o êxodo de alunos para fora do concelho, já identificado em 2016 como uma tendência preocupante. A ausência generalizada de sistemas de climatização adequados e de instalações de meios e cuidados de saúde constitui uma vulnerabilidade com impacto direto na qualidade das condições de aprendizagem. O envelhecimento do parque edificado, sem manutenção preventiva sistemática, tende a gerar custos de intervenção exponencialmente superiores aos que seriam necessários numa lógica de manutenção regular. A dependência de financiamento externo para grandes requalificações introduz incerteza temporal no processo de melhoria dos equipamentos. A pressão</p>

<p>instalação de meios e cuidados de saúde é "razoável" ou inexistente na generalidade dos equipamentos. O consumo energético aumentou em toda a rede de 1.º ciclo, sem que as medidas de eficiência implementadas tenham invertido essa tendência.</p>	<p>crescente sobre a capacidade instalada do Centro Escolar de Famalicão, que já obrigou à instalação de soluções provisórias para acolhimento de turmas adicionais, evidencia uma inadequação do edificado face à evolução da procura. A previsível necessidade de expansão no curto prazo, sem resposta estrutural planeada, poderá comprometer a qualidade das condições de ensino, agravar a sobrecarga dos espaços existentes e acentuar a fragilidade da rede educativa ao nível da resposta ao pré-escolar.</p>
---	--

Caraterização e Evolução do Sistema Educativo

4.1 Creches

A caracterização da população escolar na valência de creche centra-se no triénio 2023/2024 a 2025/2026, período que permite identificar tendências de evolução da procura e da capacidade de resposta instalada no concelho.

Centro Social de Valado dos Frades

O CSVF apresenta acordo com o Instituto da Segurança Social (ISS) para 54 crianças na creche (dos 4 meses aos 3 anos) e 56 crianças no jardim de infância (dos 3 anos à idade de ingresso na escola). A creche organiza-se em salas de berçário, sala de 1 ano, sala de 1-2 anos e sala de 2 anos.

No triénio em análise, a lotação total situou-se entre 113 e 126 crianças, com a ocupação plena a verificar-se no ano letivo de 2024/2025 (sem vagas disponíveis). A lista de espera manteve-se nos três anos, evidenciando uma procura estruturalmente superior à oferta.

Confraria Nossa Senhora da Nazaré

A creche da Confraria Nossa Senhora da Nazaré serve o principal aglomerado urbano do concelho. Nos três anos letivos em análise, a creche registou ausência total de vagas, com listas de espera ativas. A estrutura de salas manteve-se estável — berçário e salas de atividades para as faixas 12-24 meses e 24-36 meses —, sem alterações na capacidade instalada.

Centro Social da Freguesia de Famalicão

Esta instituição regista o crescimento mais expressivo no período em análise. Em 2025/2026, a abertura de uma sala adicional (Sala 4, para crianças dos 24 aos 36 meses) permitiu um aumento de 17 crianças face aos dois anos letivos anteriores, passando de 65 para 82 crianças. Ainda assim, a lista de espera agravou-se de forma significativa, passando de aproximadamente 50 para 78 crianças, o que indica que a expansão da oferta não acompanhou o crescimento da procura.

O quadro seguinte sintetiza os principais indicadores das três instituições com resposta social de creche no concelho da Nazaré, para o triénio em análise:

Indicador	2023/2024	2024/2025	2025/2026 (atual)	Varição 23/24 → 25/26
N.º de salas em funcionamento	8	9	8	0
Total de crianças	113	126	115	+2
N.º de berçários	2	3	2	0
Crianças em berçário	20	30	20	0
N.º de salas de creche	6	6	6	0
Vagas disponíveis	1	0	1	—
Lista de espera	Sim	Sim	Sim	Mantém
Educadoras	7	6	4	-3
Auxiliares	9	12	12	+3
Horário de funcionamento	07h30–19h00	07h30–19h00	07h30–19h00	Sem alteração
Confraria Nossa Senhora da Nazaré — Nazaré (sede de concelho)				
N.º de salas em funcionamento	N/D	N/D	N/D	—
Crianças em berçário (3–12 meses)	—	—	—	—
Estrutura de salas (RIF)	2 berçários + 3 salas de atividades	2 berçários + 3 salas de atividades	2 berçários + 3 salas de atividades	Sem alteração
Vagas disponíveis	0	0	0	Sem vagas
Lista de espera	Sim	Sim	Sim	Mantém
Horário de funcionamento	07h30–18h45	07h30–18h45	07h30–18h45	Sem alteração
Centro Social da Freguesia de Famalicão — Famalicão				
N.º de salas em funcionamento	4 (Berç.+S1+S2+S3)	4 (Berç.+S1+S2+S3)	5 (Berç.+S1+S2+S3+S4)	+1 sala
Total de crianças	65	65	82	+17
Crianças em berçário	10	10	10	0
Vagas disponíveis	0	0	0	Sem vagas

Lista de espera	~50 crianças	~50 crianças	78 crianças	+28
Educadoras	3	3	4	+1
Auxiliares de ação educativa	6 (incl. transp.)	6 (incl. transp.)	7 (incl. transp.)	+1
Horário de funcionamento	07h30–18h45	07h30–18h45	07h30–18h45	Sem alteração

Da análise comparativa dos dados recolhidos junto das três IPSS com valência de creche no concelho da Nazaré, emergem as seguintes conclusões:

Pressão permanente sobre a oferta: nos três anos letivos, nenhuma das três instituições registou vagas em número significativo. A ocupação plena é a regra e não a exceção, sendo recorrente a existência de listas de espera em todas as valências.

Crescimento da procura não acompanhado pela oferta: o agravamento das listas de espera, particularmente no Centro Social de Famalicão, onde cresceu de ~50 para 78 crianças, demonstra que a expansão da capacidade instalada (abertura de uma nova sala em 2025/2026) não foi suficiente para colmatar as necessidades da população.

Estabilidade da oferta nas restantes instituições: o CSVF e a Confraria Nossa Senhora da Nazaré mantiveram a estrutura de salas e o horário de funcionamento ao longo do triénio, sem aumento da capacidade instalada.

No que concerne, aos horários alargados, os três equipamentos asseguram horários de funcionamento que correspondem às necessidades das famílias trabalhadoras, com abertura entre as 7h15 e as 7h30 e encerramento entre as 18h30 e as 19h00.

Em relação aos recursos humanos, o CSVF registou uma redução no número de educadoras (de 7 para 4) no período, mantendo o número de auxiliares. Esta evolução merece acompanhamento, dado o potencial impacto na qualidade pedagógica.

Os dados apurados revelam um défice estrutural de resposta social de creche no concelho da Nazaré, com uma procura que supera consistentemente a oferta instalada. A existência de listas de espera prolongadas nas três instituições e a ausência de vagas ao longo de todo o triénio indicam que a atual capacidade instalada é insuficiente para assegurar o acesso universal a esta resposta.

Esta realidade impõe ao Município uma reflexão estratégica sobre as políticas de apoio à primeira infância, designadamente no que respeita ao reforço da capacidade de acolhimento — por via da criação de novas respostas ou do apoio à expansão das existentes —, à consolidação das parcerias com as IPSS concelhias e à articulação com as entidades do setor social e da segurança social.

A construção do Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) em curso no Centro Social da Freguesia de Famalicão, embora não represente um aumento direto da capacidade de creche, demonstra a dinâmica de crescimento desta IPSS e a sua capacidade de resposta às necessidades do território.

4.2 Agrupamento de Escolas da Nazaré

4.1.1 Caracterização e Análise da População Escolar — Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

4.1.1.1 Pré-escolar – Agrupamento de Escolas da Nazaré

Número de alunos matriculados no Pré-Escolar

Pré-escolar			
			Total Alunos Sala
Centro Escolar Famalicão	GF-A		24
	GF-B		25
	GF-C		18
		3	67
JI Bairro Pescadores	JBP-A		20
	JBP-B		25
	JBP-C		23
		3	68
Centro Escolar Valado	GV-A		20
	GV-B		19
		2	39
Centro Escolar Nazaré	GN-A		25
	GN-B		24
	GN-C		25
		3	74
		11	248

Quadro *: Número de alunos matriculados no Pré-Escolar ano **2023/2024**

Pré-escolar			
			Total Alunos Sala
Centro Escolar Famalicão	GF-A		24
	GF-B		25
	GF-C		23
		3	72
JI Bairro Pescadores	JBP-A		24
	JBP-B		25
	JBP-C		25
		3	74
C.E. Valado	GV		18
		1	18
Centro Escolar Nazaré	GN-A		24
	GN-B		25
	GN-C		25
		3	74
		10	238

Quadro *: Número de alunos matriculados no Pré-Escolar ano **2024/2025**

Pré-escolar			
			Total Alunos Sala
Centro Escolar Famalicão	GF-A		25
	GF-B		25
	GF-C		21
		3	71
JI Bairro Pescadores	JBP- A		25
	JBP-B		25
	JBP-C		24
		3	74
Centro Escolar Valado dos Frades	GV-A		20
	GV-B		21
		2	41
Centro Escolar Nazaré	GN-A		25
	GN-B		20
	GN-C		25
		3	70
		11	256

Quadro *: Número de alunos matriculados no Pré-Escolar ano **2025/2026**

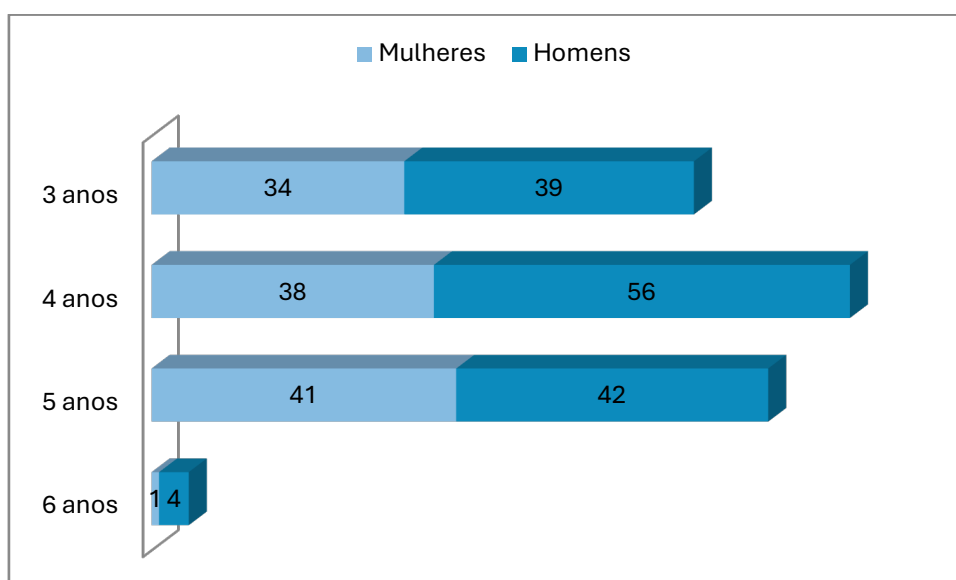
4.1.1.2 Análise do pré-escolar — 2023/24 a 2025/26:

A frequência no pré-escolar do agrupamento apresenta uma trajetória em V: decréscimo de 248 para 238 crianças em 2024/25 (-10, -4,0%), seguido de recuperação em 2025/26 para 256 crianças (+18, +7,6%), o valor mais elevado do triénio. Esta recuperação está diretamente associada à reativação da sala GV-B no CE Valado dos Frades, que esteve inativa em 2024/25. A média de alunos por sala manteve-se estável ao longo dos três anos, entre 22,5 e 23,8.

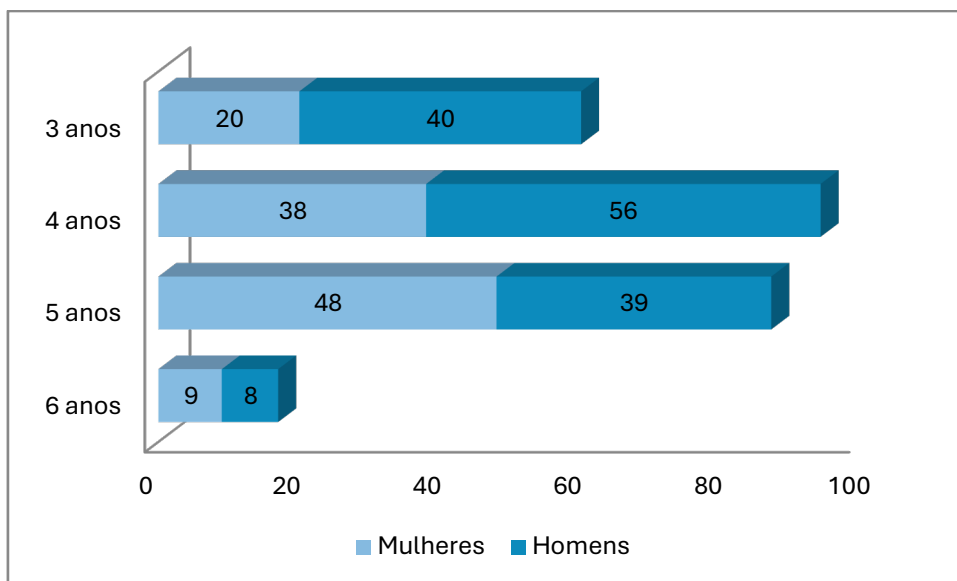
O CE Nazaré é o polo mais expressivo, mas regista uma ligeira quebra no último ano (74→74→70), sendo o único estabelecimento com decréscimo em 2025/26. O JI Bairro dos Pescadores é o de maior crescimento no triénio (+6 crianças, de 68 para 74), aproximando-se da lotação máxima nas três salas em 2025/26. O CE Famalicão oscila mas termina com crescimento líquido positivo (+4). O CE Valado é o mais volátil devido à alternância no número de salas ativas.

A maioria das salas opera entre 20 e 25 alunos, próximo da lotação de referência. A sala GF-C do CE Famalicão é a que apresenta maior variação (18→23→21), sugerindo alguma instabilidade na procura nessa sala em particular. As salas JBP-A, JBP-B e JBP-C atingem todas valores elevados em 2025/26, com JBP-A a crescer de 20 para 25 alunos em três anos.

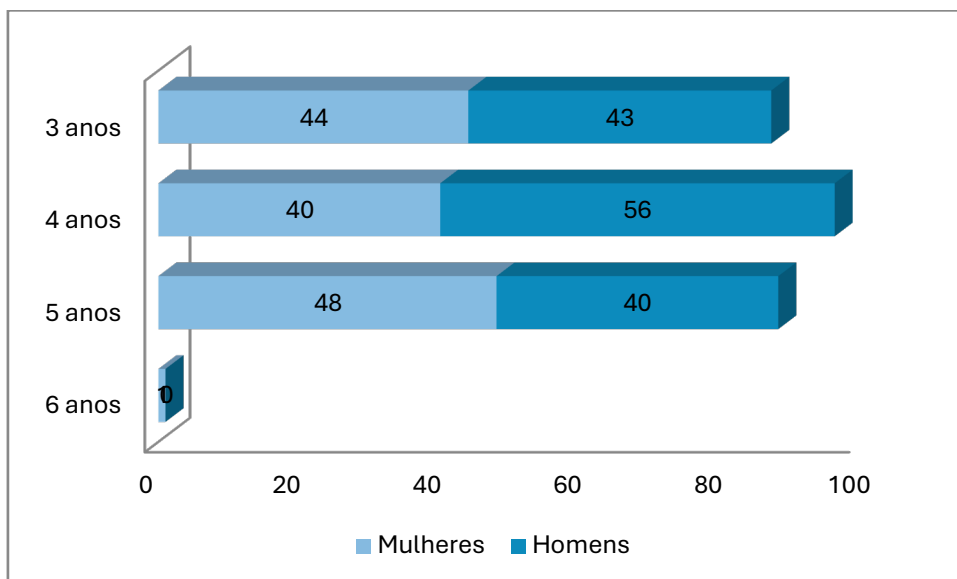
N.º Crianças do pré-escolar no Concelho da Nazaré, por sexo e idade **2025/2026**



N.º Crianças do pré-escolar no Concelho da Nazaré, por sexo e idade **2024/2025**



N.º Crianças do pré-escolar no Concelho da Nazaré, por sexo e idade **2023/2024**



No que respeita à distribuição por idade, os 4 anos correspondem ao grupo etário com maior número de inscrições nos três gráficos, com os rapazes sempre em maioria nesta faixa (56 em todos os conjuntos de dados). A faixa dos 6 anos é residual nos três gráficos, o que é esperado dado que esta idade já corresponde ao início do 1.º ciclo do ensino básico.

Quanto à distribuição por sexo, os rapazes apresentam maior representatividade nas faixas dos 3 e 4 anos na generalidade dos gráficos. No entanto, as raparigas predominam

aos 5 anos, o que pode indicar uma maior permanência das raparigas no pré-escolar até à idade de transição para o 1.º ciclo.

Do ponto de vista global, a frequência no pré-escolar no Concelho da Nazaré apresenta uma tendência de ligeiro decréscimo, com uma variação líquida de -3 crianças entre o 1.º (2023/2024) e o 3.º ano letivo (2025/2026). Este valor, embora residual, é consistente com a tendência demográfica de envelhecimento populacional e redução da natalidade que afeta a generalidade dos concelhos do litoral centro de Portugal.

A queda mais expressiva ocorre entre o 1.º (2023/2024) e o 2.º ano letivo (2024/2025), com menos 17 alunos, com recuperação parcial no 3.º ano (2025/2026) com um aumento de 14 alunos, o que pode estar associado a variações na taxa de natalidade local, à mobilidade de famílias jovens ou a alterações na oferta de vagas nos estabelecimentos do concelho.

Do ponto de vista da paridade de género, a evolução é digna de nota: as raparigas crescem (+18) enquanto os rapazes decrescem (-21), com uma progressiva aproximação entre os dois grupos.

4.1.1.3 1º Ciclo do Ensino Básico – Agrupamento de Escolas da Nazaré

Número de alunos matriculados no 1º ciclo

1º Ciclo - 2023/2024								
			1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	Total Alunos Turma	Total Alunos Escola
Centro Escolar Famalicão	F-1		22				22	84
	F-2			17			17	
	F-3				22		22	
	F-4					23	23	
	4		22	17	22	23	84	
Centro Escolar Valado	V-1		24				24	135
	V-2			21			21	
	V-2/4			17		1	18	
	V-3A				24		24	
	V-3B					23	23	
	V-4						25	

		6	24	38	47	26	135	
Centro Escolar Nazaré	N-1A		21				21	356
	N-1B		25				25	
	N-1C		24				24	
	N-1/2		19	1			20	
	N-2A			24			24	
	N-2B			22			22	
	N-2C			23			23	
	N-2/3			20	4		24	
	N-3A				24		24	
	N-3B				24		24	
	N-3C				25		25	
	N-4A					25	25	
	N-4B					25	25	
	N-4C					25	25	
	N-4D				25	25		
		15	89	90	77	100	356	

Quadro *: Número de alunos matriculados no 1º ciclo ano **2023/2024**

1º Ciclo - 2024/2025								
			1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	Total Alunos Turma	Total Alunos Escola
Centro Escolar Famalicão	F-1		24				24	85
	F-2			23			23	
	F-3				16		16	
	F-4					22	22	
		4	24	23	16	22	85	
Centro Escolar Valado	V-1A		20				20	148
	V-1B		21				21	
	V-2			24			24	
	V-3				20		20	
	V-3/4				17	1	18	
	V-4A					23	23	
	V-4B					22	22	
		7	41	24	37	46	148	
Centro Escolar Nazaré	N-1A		21				21	324
	N-1B		22				22	
	N-1/2		20	2			22	

	N-2A		21			21	
	N-2B		25			25	
	N-2C		25			25	
	N-2D		22			22	
	N-3A			24		24	
	N-3B			22		22	
	N-3C			22		22	
	N-3D			23		23	
	N-4A				25	25	
	N-4B				25	25	
	N-4C				25	25	
	14	63	95	91	75	324	

Quadro *: Número de alunos matriculados no 1º ciclo ano **2024/2025**

1º Ciclo 2025/2026								
			1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	Total Alunos Turma	Total Alunos Escola
Centro Escolar Famalicão	F-1	19					19	86
	F-2		24				24	
	F-3			23			23	
	F-4				20		20	
	4	19	24	23	20	86		
Centro Escolar Valado	V-1	22					22	138
	V-2A		24				24	
	V-2B		24				24	
	V-3			25			25	
	V-4A				23		23	
	V-4B				20		20	
6	22	48	25	43	138			
Centro Escolar Nazaré	N-1A	24					24	316
	N-1B	25					25	
	N-1C	22					22	
	N-2A		22				22	
	N-2B		24				24	
	N-2C		21				21	
	N-3A			20			20	
	N-3B			24			24	
	N-3C			24			24	
	N-3D			20			20	
N-4A					24	24		

	N-4B				21	21	
	N-4C				21	21	
	N-4D				24	24	
	14	71	67	88	90	316	

Quadro *: Número de alunos matriculados no 1.º ciclo ano **2025/2026**

O total de alunos matriculados no 1.º ciclo registou uma diminuição progressiva ao longo do período analisado, passando de 575 alunos em 2023/2024 para 557 em 2024/2025 e 540 em 2025/2026, o que representa uma redução acumulada de 35 alunos (-6,1%) em três anos letivos. Esta tendência decrescente é coerente com a diminuição da natalidade identificada no concelho e acompanha o padrão nacional de contração da população escolar nos primeiros anos de escolaridade.

Centro Escolar de Famalicão

O Centro Escolar de Famalicão manteve uma estrutura estável de quatro turmas ao longo dos três anos letivos. O número total de alunos registou, ainda assim, uma ligeira tendência de crescimento, passando de 84 alunos em 2023/2024 para 85 em 2024/2025 e 86 em 2025/2026, sendo o único estabelecimento a apresentar uma evolução positiva no período analisado. Esta estabilidade e ligeiro crescimento poderão refletir uma maior fixação de famílias jovens na freguesia de Famalicão ou uma captação de alunos de áreas limítrofes.

Centro Escolar de Valado dos Frades

O Centro Escolar de Valado dos Frades apresentou uma evolução positiva entre 2023/2024 e 2024/2025, com um aumento de 135 para 148 alunos, associado à passagem de seis para sete turmas. Contudo, em 2025/2026, o número de alunos recuou para 138, regressando a seis turmas, o que traduz uma oscilação que poderá estar associada à dimensão reduzida das coortes em determinados anos de escolaridade. Este estabelecimento é o único que apresentou variação no número de turmas ao longo do período analisado, o que evidencia uma maior sensibilidade à flutuação da procura.

Centro Escolar da Nazaré

O Centro Escolar da Nazaré é o maior estabelecimento do agrupamento ao nível do 1.º ciclo e o que registou a mais acentuada diminuição do número de alunos: de 356 em 2023/2024 para 324 em 2024/2025 e 316 em 2025/2026, correspondendo a uma redução acumulada de 40 alunos (-11,2%). O número de turmas acompanhou esta tendência, passando de 15 para 14 turmas a partir de 2024/2025. Esta contração é expressiva e reflete a maior pressão demográfica negativa na freguesia da Nazaré, que

concentra a maioria da população escolar do concelho. A redução do número de turmas tem implicações diretas na gestão de recursos humanos e na organização curricular do estabelecimento.

4.1.1.4 Resultados escolares – 1º ciclo

Ano	Total de alunos avaliados		N.º de Alunos sem níveis < 3 ou sem classificações < 10		N.º de Alunos com níveis < 3 (PORT + MAT) ou mais de duas classificações < 10		N.º de Alunos só com níveis 4 ou 5 ou classificações >= 14		Média de Sucesso	Nível médio ou classificação média	Disciplinas com maior taxa de insucesso
1.º Ano	127		118		2		75		98,03%	4,29	MAT (6,30%) / PORT (4,72%)
2.º Ano	138		126		7		81		97,47%	4,23	PORT (7,97%) / MAT (5,07%)
3.º Ano	143		137		0		76		99,20%	4,15	ING (2,11%) / MAT (2,10%)
4.º Ano	141		124		0		59		97,77%	3,95	ING (8,51%) / MAT (5,67%)
Total 1.º CEB	549	39,10%	505	91,99%	9	1,64%	291	53,01%			

*Resultados escolares 1º ciclo **2023/2024**

Ano	Total de alunos avaliados		N.º de Alunos sem níveis < 3 ou sem classificações < 10		N.º de Alunos com níveis < 3 (PORT + MAT) ou mais de duas classificações < 10		N.º de Alunos só com níveis 4 ou 5 ou classificações >= 14		Média de Sucesso	Nível médio ou classificação média	Disciplinas com maior taxa de insucesso
1.º Ano	130		119		3		86		98,21%	4,34	PORT (6,15%) / MAT (4,62%)
2.º Ano	142		131		4		82		98,12%	4,18	PORT (6,34%) / MAT (4,23%)
3.º Ano	144		133		3		68		98,31%	3,98	MAT (4,86%) / PORT (4,17%)
4.º Ano	148		134		1		63		98,36%	4,01	MAT (7,43%) / PORT (2,03%) / ING (2,03%)
Total 1.º CEB	564	40,23%	517	91,67%	11	1,95%	299	53,01%			

*Resultados escolares 1º ciclo **2024/2025**

Os resultados escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas da Nazaré são globalmente muito satisfatórios, com taxas de sucesso consistentemente elevadas e uma proporção significativa de alunos com desempenho de excelência. Os principais desafios identificados centram-se nas disciplinas de Matemática, Português e Inglês, cuja monitorização e reforço deverão ser objeto de atenção prioritária no âmbito da política educativa do agrupamento e do município.

4.1.1.5 Taxas de transição/aprovação do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Taxa de Transição / Aprovação

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
1.º CEB	1.º ano	127	127	100,00%	0	0,00%	0
	2.º ano	138	131	94,93%	7	5,07%	0
	3.º ano	143	143	100,00%	0	0,00%	0
	4.º ano	141	141	100,00%	0	0,00%	0
	Total 1.º CEB	549	542	98,72%	7	1,28%	0

*Taxa de transição/aprovação ano **2023/2024**

Taxa de Transição / Aprovação

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
1.º CEB	1.º ano	130	130	100,00%	0	0,00%	0
	2.º ano	142	139	97,89%	3	2,11%	0
	3.º ano	144	144	100,00%	0	0,00%	0
	4.º ano	148	147	99,32%	1	0,68%	0
	Total 1.º CEB	564	560	99,29%	4	0,71%	0

*Taxa de transição/aprovação ano **2024/2025**

A análise das taxas de transição e aprovação do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas da Nazaré, nos anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025, revela um desempenho globalmente muito positivo, com taxas de sucesso elevadas em todos os anos de escolaridade e uma melhoria assinalável entre os dois períodos.

Ano letivo **2023/2024**

No ano letivo de 2023/2024, foram avaliados 549 alunos, dos quais 542 transitaram ou foram aprovados, correspondendo a uma taxa de transição/aprovação de 98,72%. Os casos de não transição ou não aprovação foram em número reduzido — apenas 7 alunos

(1,28%) —, concentrados integralmente no 2.º ano de escolaridade, que registou 7 alunos não aprovados (5,07%), sendo o único ano com retenções. O 1.º, 3.º e 4.º anos apresentaram taxas de aprovação de 100%, e não se registou qualquer caso de excesso grave de faltas em nenhum ano de escolaridade.

Ano letivo 2024/2025

No ano letivo de 2024/2025, foram avaliados 564 alunos, verificando-se uma melhoria significativa face ao período anterior: 560 alunos transitaram ou foram aprovados, correspondendo a uma taxa de 99,29%, a mais elevada dos dois anos em análise. O número de alunos não aprovados reduziu-se para apenas 4 (0,71%), distribuídos pelo 2.º ano (3 alunos, 2,11%) e pelo 4.º ano (1 aluno, 0,68%). O 1.º e o 3.º anos mantiveram a taxa de aprovação de 100%. Tal como no ano anterior, não se registou qualquer caso de excesso grave de faltas.

A comparação entre os dois anos letivos evidencia uma evolução positiva: a taxa global de transição/aprovação aumentou de 98,72% para 99,29%, e o número de retenções diminuiu de 7 para 4 alunos. O 2.º ano de escolaridade mantém-se como o ano com maior incidência de retenções em ambos os períodos, ainda que com uma redução expressiva de 5,07% para 2,11%. A ausência total de casos de excesso grave de faltas em ambos os anos letivos é igualmente um indicador positivo ao nível do acompanhamento e da vinculação dos alunos ao percurso escolar.

Os dados relativos às taxas de transição e aprovação do 1.º Ciclo do Ensino Básico confirmam o quadro de elevado sucesso escolar já identificado na análise dos resultados académicos, posicionando o agrupamento com indicadores de desempenho muito satisfatórios neste nível de ensino.

4.1.2 Apoios e Complementos Educativos - Pré-Escolar e 1º Ciclo

As Atividades de Animação e Apoio à Família constituem uma resposta educativa e social de grande relevância no contexto da educação pré-escolar, na medida em que promovem a articulação entre a escola e a família, assegurando a supervisão e o bem-estar das crianças fora do período letivo formal.

A sua finalidade central vai além do simples acolhimento: trata-se de proporcionar um ambiente estruturado, seguro e pedagogicamente intencional, onde as crianças possam desenvolver competências pessoais e sociais de forma lúdica e integrada. Ao assegurar o acompanhamento antes e após as atividades letivas, bem como durante as

interrupções escolares, as AAAF contribuem para a conciliação entre a vida profissional e familiar, respondendo a uma necessidade concreta das famílias contemporâneas.

Escola	AAAF antecipação			AAAF pós-letiva			CAF		
	23/24	24/25	25/26	23/24	24/25	25/26	23/24	24/25	25/26
EB Norte	31	23	25	44	50	44	44	35	35
EB Valado	23	16	15	25	11	31	25	6	9
EB Famalicão	21	25	26	46	50	55	46	30	28
JI B. Pescadores	—	—	—	35	31	40	35	—	—
Total	75	64	66	150	142	170	150	71	72

A leitura cruzada por estabelecimento revela que a **EB Famalicão** é o único com crescimento em dois dos três serviços (antecipação e pós-letiva), apesar de registar decréscimo de alunos — o que pode indicar maior dependência das famílias deste estabelecimento face aos serviços de apoio municipal. A **EB Norte** apresenta comportamento misto: cresce na pós-letiva mas regista queda expressiva na CAF. A **EB Valado** é o estabelecimento com maior volatilidade nos três serviços.

Os dados referem-se a dois serviços distintos de apoio às famílias: a **AAAF** (Atividades de Animação e de Apoio à Família), dividida entre a componente de antecipação e a componente após a atividade letiva, e a **CAF** (Componente de Apoio à Família), que engloba o pré-escolar e o 1.º ciclo.

Antecipação — este serviço está presente em três dos quatro estabelecimentos, com um total de 75 crianças. A EB Famalicão apresenta o valor mais elevado (46), seguida da EB Norte (31) e da EB Valado (23).

AAAF após componente letiva e CAF — os valores são, em todos os estabelecimentos, exatamente iguais entre si (EB Norte: 44; EB Valado: 25; EB Famalicão: 46; JI Bairro dos Pescadores: 35), totalizando 150 crianças em cada serviço.

A utilização dos serviços municipais de apoio à família apresenta uma trajetória globalmente decrescente, com a queda mais acentuada na CAF (–52% em três anos, de 150 para 72 inscrições). A AAAF pós-letiva mantém-se como o serviço de maior procura e com maior estabilidade, enquanto a antecipação regista uma ligeira recuperação em 2025/26.

Em 2023/24, os valores de CAF eram exatamente iguais aos da AAAF pós-letiva em todos os estabelecimentos, sugerindo que as mesmas famílias utilizavam ambos os serviços de forma cumulativa. Nos anos seguintes, esta sobreposição desaparece e a CAF perde mais de metade dos seus utilizadores, o que pode refletir uma alteração nas condições de elegibilidade, uma reorientação das famílias para outras respostas, ou uma mudança no próprio modelo de prestação do serviço.

A EB Famalicão destaca-se como o único estabelecimento com crescimento consistente na AAAF (antecipação e pós-letiva), o que contrasta com a tendência de decréscimo de alunos já identificada, sugerindo que as famílias residentes na área de influência deste estabelecimento têm maior dependência dos serviços de guarda, provavelmente associada a um perfil de famílias jovens com ambos os progenitores em situação de emprego.

Do ponto de vista da gestão educativa, estes dados permitem concluir que a procura de serviços de apoio à família é expressiva no concelho, com destaque para a EB Famalicão e a EB Norte como os estabelecimentos com maior volume de utilizadores, o que tem implicações diretas no dimensionamento de recursos humanos afetos a estas respostas.

4.2 Caracterização e Análise da População Escolar — Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio

Número de alunos matriculados no 2º e 3º ciclo e ensino secundário

2º, 3º Ciclo e Secundário-			
Turmas	Nº Alunos		
5º ANOS 5 TURMAS	107		
6º ANOS 6 TURMAS	134	2º Ciclo:	241
7º ANOS 5 TURMAS	117		
8º ANOS 8 TURMAS	166		
9º ANOS 6 TURMAS	138	3º Ciclo:	421
10ºA (CT)	22		
10ºB (CT+ SE)	21		
10ºC (LH)	19		
10ºD (AV)	20		
4	82		

11ºA (CT)	15			
11ºB (CT+SE)	20			
11ºC (LH)	17			
11ºD (AV)	15			
4	67			
12ºA (CT)	26			
12ºB (LH+AV)	18			
2	44	Secundário	193	
40	855			

2024/2025				
2º, 3º Ciclo e Secundário				
Turmas	Nº Alunos			
5º ANOS 7 TURMAS	146			
6º ANOS 5 TURMAS	107	2º Ciclo:	253	
7º ANOS 6 TURMAS	146			
8º ANOS 5 TURMAS	124			
9º ANOS 8 TURMAS	170	3º Ciclo:	440	
10ºA (CT)	19			
10ºB (CT+SE)	17			
10ºC (LH)	17			
DESPORTO	25			
4	78			
11ºA (CT)	18			
11ºB (CT+SE)	21			
11ºC (LH)	14			
11ºD (AV)	18			
4	71			
12ºA (CT)	24			
12ºB(AV+SE)	24			
12ºC (LH)	19			
3	67	Secundário	216	
42	909			

2º E 3º CICLOS 2025/2026						
	Turmas	Nº Alunos				
	5º ANOS 7 TURMAS	143				
	6º ANOS 7 TURMAS	153	2º ciclo	296		
	7º ANOS 5 TURMAS	107				
	8º ANOS 7 TURMAS	149				
	9º ANOS 6 TURMAS	127	3º ciclo	383		
	32	679				
ENSINO SECUNDÁRIO						
Turmas	Nº Alunos	Curso	Disciplinas			
10ºA	22	CCH - CT	Físico Química / Biologia e Geologia/ Geometria Descritiva			
10ºB	23	CCH - CT	Físico Química / Biologia e Geologia			
10ºC	27	CCH - SE e AV	Geometria Descritiva / Economia A/ Geografia A/ História B / História e Cultura			
10ºD	28	CCH - LH	Geografia A/ Francês/ MACS			
4	100					
11ºA	24	CCH - CT	Físico Química / Biologia e Geologia			
11ºB	13	CCH - CT e SE	Físico Química / Biologia e Geologia/ Economia A / Geografia A			
11ºC	18	CCH - LH	Geografia A/ Francês/ MACS			
3	55					
12ºA	25	CCH - CT	Geologia / A. Informáticas/ Inglês			
12ºB	25	CCH - CT e SE e AV	Geologia / A. Informáticas/ Inglês / Economia C / Geografia C			
12ºC	18	CCH - AV	Oficina de Artes / Oficina Multimédia			
3	68					
2º ANO T.D.	20	Técnico Desporto				

1	20						
11	243						
Escola Sede Total							
Turmas	43						
Alunos	922						

O total de alunos matriculados na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio registou um crescimento consistente ao longo do período analisado: de 855 alunos em 40 turmas em 2023/2024, para 909 alunos em 42 turmas em 2024/2025, e para 922 alunos em 43 turmas em 2025/2026, representando um crescimento acumulado de 67 alunos (+7,8%) e de três turmas em três anos letivos.

2.º Ciclo

O 2.º ciclo foi o nível que registou o crescimento mais acentuado e consistente: de 241 alunos em 11 turmas em 2023/2024, para 253 alunos em 12 turmas em 2024/2025, e para 296 alunos em 14 turmas em 2025/2026 — um crescimento acumulado de 55 alunos (+22,8%) e de três turmas. Este aumento reflete o ingresso progressivo de grupos de alunos mais numerosos provenientes do 1.º ciclo, e a sua expressão no número de turmas exige acompanhamento cuidadoso face à capacidade instalada do edificado.

3.º Ciclo

O 3.º ciclo apresentou igualmente crescimento entre os dois primeiros anos letivos, passando de 421 alunos em 19 turmas em 2023/2024 para 440 alunos em 22 turmas em 2024/2025. Em 2025/2026, o número de alunos reduziu para 383 em 18 turmas, variação expectável dado o perfil dos grupos de alunos que transitaram para o ensino secundário e a dimensão dos que ingressaram no 7.º ano.

Ensino Secundário

O ensino secundário apresentou um crescimento assinalável ao longo do período: de 193 alunos em 10 turmas em 2023/2024, para 216 alunos em 11 turmas em 2024/2025, e para 243 alunos em 11 turmas em 2025/2026, correspondendo a um aumento acumulado de 50 alunos (+25,9%). Em 2025/2026, a oferta formativa organiza-se em torno de quatro cursos científico-humanísticos — Ciências e Tecnologias (CCH-CT), Ciências Socioeconómicas (CCH-SC), Línguas e Humanidades (CCH-LH) e Artes Visuais (CCH-AV) —, complementados por uma turma do curso Técnico de Desporto com 20

alunos. O 10.º ano concentra 100 alunos em quatro turmas, o 11.º ano 55 alunos em três turmas e o 12.º ano 68 alunos em três turmas, acrescendo a turma de 2.º ano do curso Técnico de Desporto. As disciplinas com maior expressão na oferta curricular são Físico-Química, Biologia e Geologia no percurso de Ciências e Tecnologias, e Geografia e Francês/MACS no percurso de Línguas e Humanidades. O 12.º ano inclui ainda uma turma de Artes Visuais com Oficina de Artes e Oficina Multimédia, evidenciando uma oferta diversificada no último ano do ciclo.

A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio apresenta uma trajetória de crescimento sustentado do número de alunos e turmas em todos os níveis de ensino que serve, com particular destaque para o 2.º ciclo e o ensino secundário. Este dinamismo na procura educativa contrasta de forma marcada com o estado de degradação do edificado identificado nas análises anteriores, tornando ainda mais premente a necessidade de uma intervenção estrutural e abrangente de requalificação, que garanta condições físicas adequadas a uma comunidade escolar em crescimento.

4.2.1 Resultados escolares – Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio

*Resultados escolares **2023/2024**

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
2.º CEB	5.º ano	101	100	99,01%	1	0,99%	0
	6.º ano	133	132	99,25%	1	0,75%	0
	Total 2.º CEB	234	232	99,15%	2	0,85%	0
3.º CEB	7.º ano	114	110	96,49%	4	3,51%	0
	8.º ano	164	162	98,78%	2	1,22%	0
	9.º ano	135	129	95,56%	6	4,44%	2
	Total 3.º CEB	413	401	97,09%	12	2,91%	2
SEC	10.º ano	81	73	90,12%	8	9,88%	0
	11.º ano	67	66	98,51%	1	1,49%	0
	12.º ano	43	43	100,00%	0	0,00%	0
	Total Secundário	191	182	95,29%	9	4,71%	0
AGN	Total	838	815	97,25%	23	2,74%	2

O universo total de alunos avaliados manteve-se praticamente estável entre os dois anos letivos – 1402 em 2023/2024 e 1404 em 2024/2025 –, o que confere comparabilidade direta aos dados. A taxa global de alunos sem níveis inferiores a 3 ou sem classificações inferiores a 10 situou-se em 68,25% em 2023/2024 e em 65,50% em 2024/2025, registando uma ligeira diminuição. A proporção de alunos com resultados de excelência

níveis 4 ou 5, ou classificações iguais ou superiores a 14 aumentou de 20,16% para 22,92%, o que constitui um sinal positivo ao nível do desempenho de topo.

* Resultados escolares **2024/2025**

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
2.º CEB	5.º ano	141	139	98,58%	2	1,42%	1
	6.º ano	104	97	93,27%	7	6,73%	2
	Total 2.º CEB	245	236	96,33%	9	3,67%	3
3.º CEB	7.º ano	141	137	97,16%	4	2,84%	3
	8.º ano	115	111	96,52%	4	3,48%	1
	9.º ano	166	155	93,37%	11	6,63%	3
	Total 3.º CEB	422	403	95,50%	19	4,50%	7
SEC	10.º ano	52	50	96,15%	2	3,85%	0
	11.º ano	70	68	97,14%	2	2,86%	0
	12.º ano	66	64	96,97%	2	3,03%	0
	Total Secundário	188	182	96,81%	6	3,19%	0
AGN	Total	855	821	96,02%	34	3,98%	10

2.º Ciclo

O 2.º ciclo apresentou resultados globalmente satisfatórios em ambos os anos letivos. Em 2023/2024, a taxa de sucesso situou-se em 95,63% no 5.º ano e em 97,63% no 6.º ano, com uma média de sucesso global de 76,50% para o ciclo. Em 2024/2025, o 5.º ano registou uma melhoria assinalável, com a taxa de sucesso a subir para 97,51%, enquanto o 6.º ano se manteve estável em 96,66%. O nível médio de classificação oscilou entre 3,70 e 3,92 em 2023/2024, e entre 3,71 e 3,89 em 2024/2025, valores que se situam num patamar intermédio. A proporção de alunos com resultados de excelência aumentou de 27,35% para 30,61%, o que é igualmente positivo. A Matemática surge como a disciplina com maior taxa de insucesso em ambos os anos e em ambos os anos de escolaridade, seguida do Inglês e da Educação Musical/Educação Tecnológica, o que aponta para a necessidade de reforço do apoio pedagógico nestas áreas.

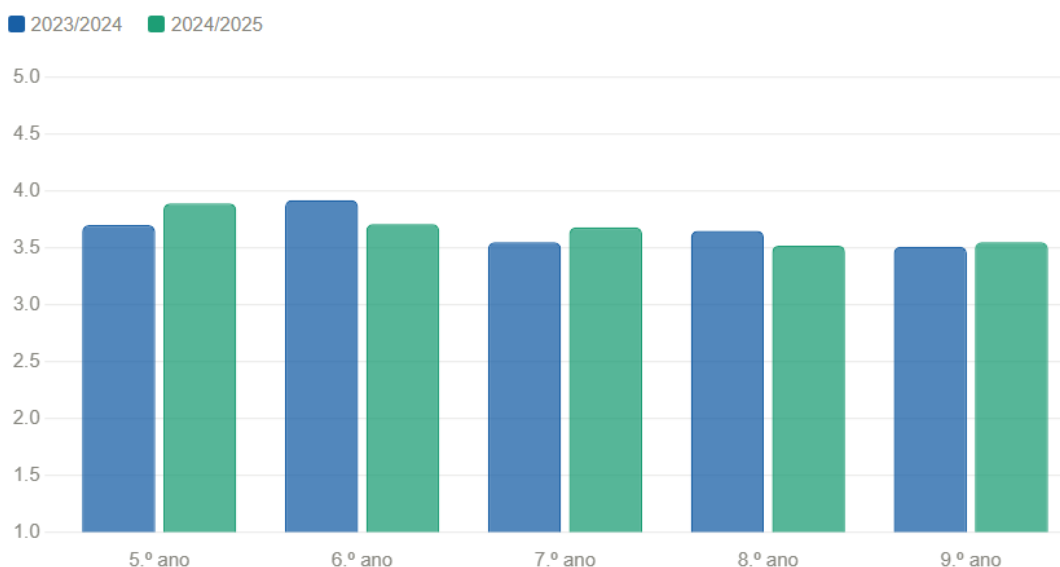
3.º Ciclo

O 3.º ciclo é o nível que apresenta os resultados mais preocupantes. Em 2023/2024, as taxas de sucesso situaram-se em 92,56% no 7.º ano, 96,54% no 8.º ano e 90,79% no 9.º ano, com uma taxa global de alunos sem níveis inferiores a 3 de apenas 61,26%. Em 2024/2025, as taxas de sucesso desceram em todos os anos de escolaridade: 94,68% no 7.º ano, 93,00% no 8.º ano e 92,87% no 9.º ano, com a taxa global de alunos sem níveis inferiores a 3 a registar uma queda mais acentuada, para 52,61%. O nível médio de

classificação manteve-se baixo em ambos os períodos, situando-se entre 3,51 e 3,68. A Matemática destaca-se como a disciplina com maior taxa de insucesso de forma transversal e consistente, com valores particularmente elevados no 9.º ano — 49,63% em 2023/2024 e 48,19% em 2024/2025 —, seguida do Português, do Inglês, das Ciências Naturais e do Francês. A elevada concentração de insucesso nestas disciplinas no 9.º ano é especialmente relevante, uma vez que este ano constitui uma etapa de conclusão do ensino básico e de acesso ao ensino secundário.

Níveis médios de classificação — 2.º e 3.º ciclos

Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio · escala 1–5

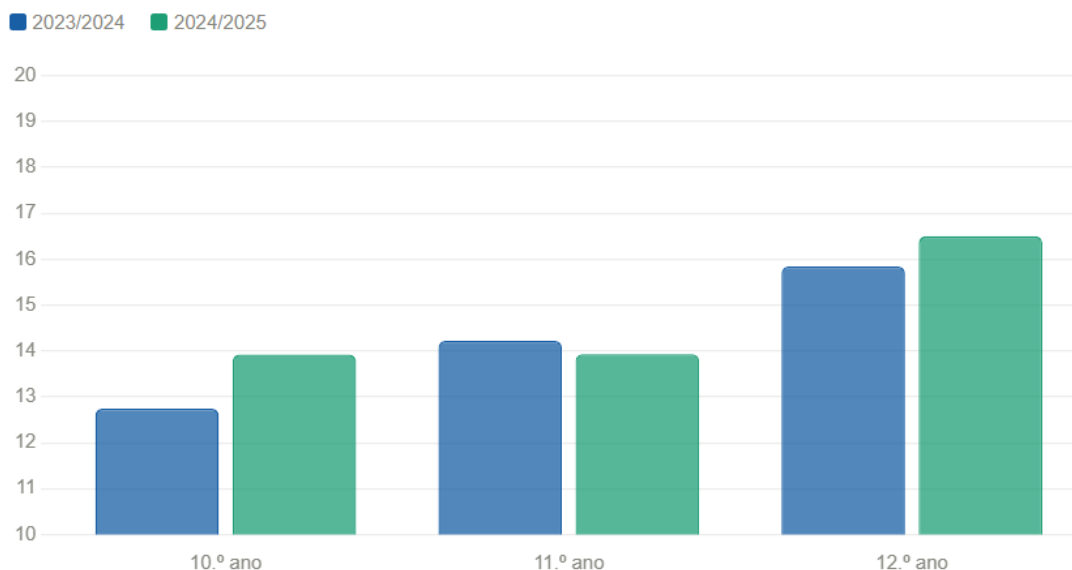


Ensino Secundário

O ensino secundário apresenta um perfil de resultados distinto e mais favorável. Em 2023/2024, as taxas de sucesso foram de 86,35% no 10.º ano, 95,34% no 11.º ano e 96,98% no 12.º ano, com níveis médios de classificação de 12,74, 14,22 e 15,84, respetivamente, evidenciando uma progressão positiva ao longo do ciclo. Em 2024/2025, observou-se uma ligeira descida no 10.º ano (92,22%) e no 11.º ano (92,46%), enquanto o 12.º ano manteve um desempenho muito elevado (98,85%), com nível médio de 16,50. A proporção de alunos com classificações iguais ou superiores a 14 aumentou de 17,28% em 2023/2024 para 26,06% em 2024/2025, o que é um resultado muito positivo. As disciplinas com maior taxa de insucesso no ensino secundário incluem História A, Geografia A, MACS, Físico-Química e Matemática A, com particular incidência no 10.º ano, que regista habitualmente as taxas de insucesso mais elevadas do ciclo, dado o processo de adaptação dos alunos às exigências do ensino secundário.

Níveis médios de classificação — ensino secundário

Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio - escala 0–20



A leitura transversal dos resultados escolares permite identificar três realidades distintas na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio. O 2.º ciclo apresenta resultados satisfatórios e com tendência de melhoria. O 3.º ciclo constitui o principal foco de preocupação, com taxas de sucesso em declínio, níveis médios de classificação baixos e uma concentração expressiva de insucesso em Matemática e Português, que merece uma resposta pedagógica estruturada e prioritária. O ensino secundário, por sua vez, apresenta um perfil positivo, com melhoria progressiva ao longo dos anos de escolaridade e um crescimento assinalável dos resultados de excelência.

4.2.2 Taxas de transição/aprovação do 2º e 3º ciclo e secundário

*taxas transição/aprovação 2023/2024

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
2.º CEB	5.º ano	101	100	99,01%	1	0,99%	0
	6.º ano	133	132	99,25%	1	0,75%	0
	Total 2.º CEB	234	232	99,15%	2	0,85%	0
3.º CEB	7.º ano	114	110	96,49%	4	3,51%	0
	8.º ano	164	162	98,78%	2	1,22%	0
	9.º ano	135	129	95,56%	6	4,44%	2
	Total 3.º CEB	413	401	97,09%	12	2,91%	2
SEC	10.º ano	81	73	90,12%	8	9,88%	0
	11.º ano	67	66	98,51%	1	1,49%	0
	12.º ano	43	43	100,00%	0	0,00%	0
	Total Secundário	191	182	95,29%	9	4,71%	0
AGN	Total	1402	1375	98,07%	27	1,93%	2

*taxas transição/aprovação 2024/2025

	Ano de Escolaridade	Total de alunos avaliados	Transitados/Aprovados		Não Transitados/ Não Aprovados		
			N.º de Alunos	%	N.º de Alunos	%	Observação: Excesso grave de Faltas
2.º CEB	5.º ano	141	139	98,58%	2	1,42%	1
	6.º ano	104	97	93,27%	7	6,73%	2
	Total 2.º CEB	245	236	96,33%	9	3,67%	3
3.º CEB	7.º ano	141	137	97,16%	4	2,84%	3
	8.º ano	115	111	96,52%	4	3,48%	1
	9.º ano	166	155	93,37%	11	6,63%	3
	Total 3.º CEB	422	403	95,50%	19	4,50%	7
SEC	10.º ano	52	50	96,15%	2	3,85%	0
	11.º ano	70	68	97,14%	2	2,86%	0
	12.º ano	66	64	96,97%	2	3,03%	0
	Total Secundário	188	182	96,81%	6	3,19%	0
AGN	Total	1404	1363	97,08%	41	2,92%	0

A taxa global de transição e aprovação situou-se em 97,25% em 2023/2024, correspondendo a 815 alunos aprovados num universo de 838 avaliados. Em 2024/2025, esta taxa desceu ligeiramente para 96,02%, com 821 alunos aprovados em 855 avaliados. O número total de alunos não aprovados aumentou de 23 para 34, o que merece acompanhamento, ainda que os valores absolutos se mantenham relativamente contidos face à dimensão do universo avaliado. Os casos de excesso grave de faltas foram residuais — 2 em 2023/2024 e 0 em 2024/2025 —, o que é positivo ao nível da assiduidade.

2.º Ciclo

O 2.º ciclo registou uma ligeira descida na taxa global de transição entre os dois anos letivos: de 99,15% em 2023/2024 para 96,33% em 2024/2025. Em 2023/2024, apenas 2 alunos não transitaram, distribuídos igualmente pelo 5.º e 6.º anos. Em 2024/2025, o número de retenções aumentou para 9 alunos, com o 6.º ano a concentrar a maioria das situações — 7 alunos não aprovados (6,73%) —, o que constitui o valor mais preocupante deste ciclo. Acresce que em 2024/2025 se registaram 3 casos de excesso grave de faltas no 2.º ciclo, ausentes no ano anterior. O 5.º ano manteve uma taxa de aprovação elevada em ambos os períodos, ainda que com ligeira descida de 99,01% para 98,58%.

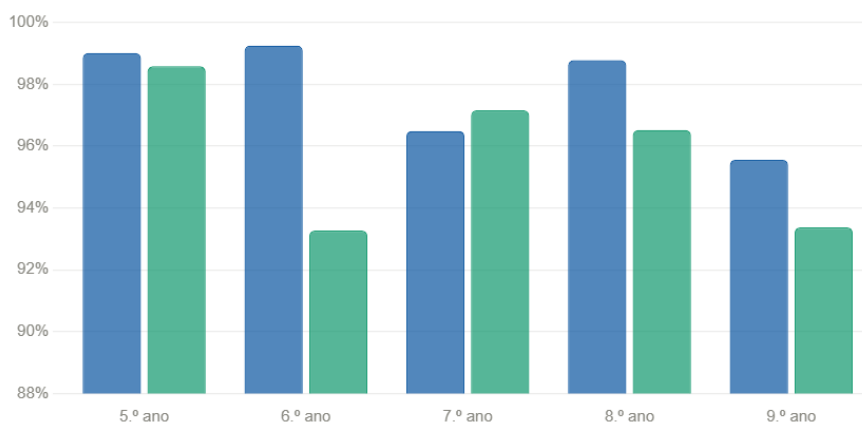
3.º Ciclo

O 3.º ciclo apresentou igualmente uma descida na taxa global de transição, de 97,09% em 2023/2024 para 95,50% em 2024/2025. O 9.º ano destaca-se como o ano de escolaridade com maior incidência de retenções em ambos os períodos: 6 alunos não aprovados (4,44%) em 2023/2024 e 11 alunos (6,63%) em 2024/2025, registando o valor mais elevado de não aprovação de todo o ciclo e um agravamento assinalável entre os dois anos. Este dado é particularmente relevante dado que o 9.º ano corresponde ao final do ensino básico obrigatório. Os casos de excesso grave de faltas aumentaram de 2 para 7 no 3.º ciclo, com o 9.º ano a concentrar 3 ocorrências em 2024/2025, o que aponta para uma questão de assiduidade que deverá merecer atenção.

Taxa de transição/aprovação — 2.º e 3.º ciclos

Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio · em percentagem (%)

■ 2023/2024 ■ 2024/2025



A leitura comparativa dos dois anos letivos permite identificar uma tendência de ligeira deterioração nas taxas de transição no 2.º e 3.º ciclos, com o 6.º e o 9.º anos a concentrar

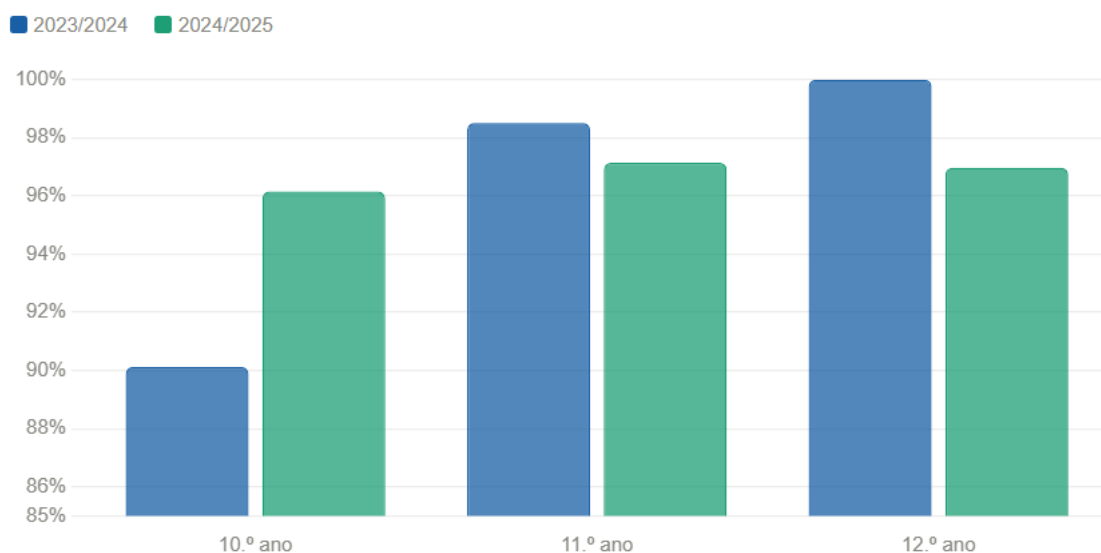
os valores mais preocupantes em 2024/2025. Em sentido contrário, o ensino secundário melhorou o seu desempenho global, com uma redução expressiva das retenções no 10.º ano. O aumento dos casos de excesso grave de faltas no 3.º ciclo em 2024/2025 é igualmente um sinal que merece acompanhamento, podendo indiciar situações de absentismo que antecedem o abandono escolar.

Ensino Secundário

O ensino secundário foi o único nível que registou uma melhoria global entre os dois anos letivos, com a taxa de transição e aprovação a subir de 95,29% para 96,81%. Em 2023/2024, o 10.º ano apresentava a taxa de não aprovação mais elevada do secundário – 9,88%, com 8 alunos retidos –, situação que melhorou significativamente em 2024/2025, com apenas 2 alunos não aprovados (3,85%). O 12.º ano manteve uma taxa de aprovação de 100% em 2023/2024, descendo ligeiramente para 96,97% em 2024/2025, com 2 alunos não aprovados. Não se registou qualquer caso de excesso grave de faltas no ensino secundário em nenhum dos dois anos letivos.

Taxa de transição/aprovação — ensino secundário

Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio · em percentagem (%)



4.2.3 Projeção do Número de Alunos e Turmas — 2026/27 a 2028/29

4.2.3.1 Fundamento Metodológico

A presente projeção assenta na progressão natural dos alunos entre ciclos de escolaridade. Os alunos que integram atualmente o 1.º ciclo do ensino básico constituirão, nos próximos anos letivos, o fluxo de entrada no 2.º ciclo da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio. Em concreto, os alunos que frequentam o 4.º ano de escolaridade no ano letivo de 2025/2026 transitarão para o 5.º ano no ano letivo de 2026/2027, e assim sucessivamente nos anos seguintes.

Esta metodologia de projeção, baseada no fluxo demográfico real da população escolar do concelho da Nazaré, permite obter estimativas tecnicamente fundamentadas e alinhadas com os dados observados nos últimos três anos letivos (2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026). A taxa de transição aplicada é de aproximadamente 95%, valor consistente com o desempenho histórico do Agrupamento. O número de turmas é calculado com base no limite máximo de alunos por turma estabelecido na legislação em vigor, aplicando-se 26 alunos por turma no 2.º e 3.º ciclos e 30 no ensino secundário.

4.2.3.2 Dados Históricos de Base (2023/24 — 2025/26)

Os dados que sustentam a projeção são os seguintes, apurados a partir dos registos oficiais do Agrupamento:

Ciclo	Indicador	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27*	2027/28*	2028/29*
2.º Ciclo	Alunos	241	255	298	310	322	308
	Turmas	7	7	7	8	8	8
3.º Ciclo	Alunos	471	440	387	365	348	340
	Turmas	24	24	22	21	20	19
Secundário	Alunos	193	216	243	268	285	295
	Turmas	9	11	14	15	16	16
TOTAL	Alunos	905	911	928	943	955	943
	Turmas	40	42	43	44	44	43

* Valores projectados. Colunas sombreadas distinguem o histórico real da estimativa.

4.2.3.3 Análise das Tendências Identificadas

O 2.º ciclo regista uma tendência de crescimento nos próximos dois anos letivos, diretamente alimentado pela entrada das coortes atuais do 4.º ano do 1.º ciclo, com uma ligeira estabilização prevista em 2028/2029. Esta dinâmica reflete a evolução demográfica do concelho, onde o Centro Escolar da Nazaré concentra o maior volume de alunos do 1.º ciclo.

O 3.º ciclo apresenta uma tendência de contração gradual, com uma redução estimada entre 13 e 20 alunos por ano letivo. Esta evolução é coerente com a diminuição das entradas no 2.º ciclo registada nos anos anteriores, que agora se propaga naturalmente para os anos de escolaridade superiores.

O ensino secundário é o único nível com crescimento sustentado ao longo de todo o período projetado, impulsionado pelo alargamento da oferta formativa, nomeadamente através dos cursos científico-humanísticos e profissionais já em funcionamento.

4.2.3.4 Implicações para a Capacidade Instalada

O total de alunos da escola-sede manter-se-á entre 928 e 955 no horizonte temporal da projeção, com 43 a 44 turmas em simultâneo. Considerando que o edifício dispõe de apenas 36 salas de aula permanentes para acolher 43 turmas no ano letivo atual, a pressão sobre os espaços letivos não diminuirá no período de vigência do Portugal 2030.

Esta análise reforça a necessidade e a oportunidade das 8 novas salas de aula previstas no âmbito da candidatura ao Portugal 2030. A construção dessas salas permitirá eliminar o recurso a estruturas modulares provisórias, garantir condições de aprendizagem adequadas para todos os alunos e assegurar capacidade de resposta face à estabilidade da procura educativa projetada.

4.2.4 Projeção do Número de Docentes — 2026/27 a 2028/29

A presente projeção do corpo docente do Agrupamento de Escolas da Nazaré assenta em dois pilares metodológicos complementares: a evolução histórica do número de docentes registada nos anos letivos de 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026, e a correlação direta entre o número de turmas em funcionamento e as necessidades de afetação de recursos humanos docentes.

A taxa de variação média anual foi calculada por estabelecimento de ensino, permitindo identificar tendências específicas para cada unidade orgânica. A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, enquanto escola-sede e unidade com maior dimensão e diversidade de oferta educativa, apresenta um padrão de crescimento sustentado, estimado em cerca de 4 a 5 docentes por ano letivo, diretamente relacionado com o

aumento do número de turmas e com o alargamento dos cursos científico-humanísticos e profissionais.

Os estabelecimentos do 1.º ciclo e o Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores apresentam estabilidade, com variações residuais de ± 1 docente, coerentes com a ligeira contração demográfica identificada nas projeções de alunos para o 1.º ciclo.

4.2.4.1 Dados Históricos e Projeção (2023/24 – 2028/29)

O quadro seguinte apresenta o número de docentes por estabelecimento de ensino nos três anos letivos de referência e a projeção para os três anos subsequentes.

Estabelecimento de ensino	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27*	2027/28*	2028/29*
EB do Norte	24	24	26	26	26	27
EB de Valado dos Frades	11	12	10	11	11	10
EB de Famalicão	7	9	9	9	9	9
Jl Bairro dos Pescadores	3	4	4	4	4	4
EBS Amadeu Gaudêncio	96	100	105	109	113	115
Total Agrupamento	141	149	154	159	163	165

* Valores projetados com base na tendência média anual por estabelecimento. As colunas sombreadas a azul identificam os anos de projeção.

4.2.4.2 Análise das Tendências Identificadas

A EBS Amadeu Gaudêncio é o estabelecimento com crescimento mais expressivo e consistente do Agrupamento. O aumento de 96 docentes em 2023/2024 para uma projeção de 115 em 2028/2029 corresponde a um crescimento acumulado de cerca de 20%, diretamente correlacionado com a evolução do número de turmas — de 40 para 44 — e com a diversificação da oferta formativa nos últimos anos.

A relação entre o número de docentes e o número de turmas na escola-sede mantém-se estável entre 2,4 e 2,6 docentes por turma ao longo de todo o período. Este valor é tecnicamente coerente com o perfil de uma escola que integra o ensino secundário, com uma organização curricular mais complexa e maior fragmentação disciplinar comparativamente ao ensino básico.

Os quatro estabelecimentos do 1.º ciclo e pré-escolar apresentam estabilidade no corpo docente, com o total dos estabelecimentos de menor dimensão a oscilar entre 49 e 50

docentes ao longo de todo o período projetado. Esta estabilidade é coerente com a projeção de alunos do 1.º ciclo, que aponta para uma ligeira contração global nos Centros Escolares da Nazaré e de Valado dos Frades.

4.2.4.3 Implicações para o Planeamento de Recursos

O crescimento do total de docentes do Agrupamento — de 141 em 2023/2024 para uma projeção de 165 em 2028/2029 — tem implicações diretas no planeamento dos espaços de apoio à atividade docente, designadamente salas de trabalho, gabinetes de coordenação, áreas de reunião e espaços de apoio pedagógico.

Na EBS Amadeu Gaudêncio, o aumento de cerca de 19 docentes no horizonte projetado, aliado ao défice de salas de aula já identificado (36 salas para 43 turmas), reforça a urgência da intervenção prevista no âmbito da candidatura ao Portugal 2030. A construção das 8 novas salas de aula não responde apenas à necessidade imediata de espaços letivos, mas também à pressão crescente sobre a capacidade instalada de apoio a um corpo docente em expansão.

4.2.5 Projeção do Pessoal Não Docente (Assistentes Operacionais) — 2026/27 a 2028/29

A presente projeção do pessoal não docente, especificamente dos assistentes operacionais, do Agrupamento de Escolas da Nazaré assenta na análise da evolução histórica registada nos anos letivos de 2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026, por estabelecimento de ensino. A metodologia aplicada baseia-se no cálculo da taxa de variação média anual por unidade orgânica, complementada pela análise da relação entre o número de assistentes operacionais e o volume de alunos e espaços sob gestão em cada estabelecimento.

Ao contrário do corpo docente, cuja afetação é determinada essencialmente pelo número de turmas e pela componente curricular, os assistentes operacionais respondem a necessidades de apoio logístico, vigilância, limpeza e apoio administrativo, variáveis que estão mais diretamente relacionadas com a dimensão física dos estabelecimentos, o número de alunos e os horários de funcionamento.

4.2.5.1 Dados Históricos e Projeção (2023/24 – 2028/29)

O quadro seguinte apresenta o número de assistentes operacionais por estabelecimento nos três anos letivos de referência e a projeção para os três anos subsequentes.

Estabelecimento de ensino	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27*	2027/28*	2028/29*
EB do Norte	28	24	22	21	21	21
EB de Valado dos Frades	15	13	13	13	13	12
EB de Famalicão	12	15	14	14	14	13
Jl Bairro dos Pescadores	10	8	8	8	8	8
EBS Amadeu Gaudêncio	30	32	30	31	32	32
Total Agrupamento	95	92	87	87	88	86

* Valores projetados com base na tendência média anual por estabelecimento. As colunas sombreadas a azul identificam os anos de projeção.

4.2.5.2 Análise das Tendências Identificadas

A tendência global do pessoal não docente do Agrupamento é de estabilização com ligeira redução, passando de 95 assistentes operacionais em 2023/2024 para uma projeção de cerca de 86 em 2028/2029. Esta evolução é coerente com a contração do número de alunos identificada nos estabelecimentos do 1.º ciclo, em particular na Escola Básica do Norte, que regista a redução mais expressiva, de 28 para 21 assistentes.

A Escola Básica de Famalicão apresenta uma ligeira variação positiva em 2024/2025, de 12 para 15 assistentes, provavelmente associada a necessidades pontuais de reforço de pessoal, estabilizando posteriormente em torno de 13 a 14. O Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores e a Escola Básica de Valado dos Frades mantêm estabilidade ao longo de todo o período, sem variações significativas.

A EBS Amadeu Gaudêncio constitui a exceção no padrão geral de redução: o número de assistentes operacionais oscila entre 30 e 32, com tendência para estabilização neste patamar. Este valor reflete a maior dimensão física e funcional da escola-sede, com múltiplos espaços, refeitório, reprografia, papelaria, laboratórios, campos desportivos e espaços de circulação, que exigem um contingente permanente de pessoal de apoio.

A construção das 8 novas salas de aula prevista no âmbito da candidatura ao Portugal 2030 terá implicações diretas sobre as necessidades de pessoal não docente na EBS Amadeu Gaudêncio. O aumento da área útil do estabelecimento, com novos corredores, instalações sanitárias associadas e espaços de transição, implica necessidades adicionais de limpeza, vigilância e apoio logístico que deverão ser tidas em conta no planeamento do quadro de pessoal.

Neste sentido, a projeção de estabilização em 31 a 32 assistentes operacionais poderá revelar-se conservadora após a conclusão das obras, sendo recomendável prever um reforço de 1 a 2 efetivos para garantir a cobertura adequada dos novos espaços, em linha com os rácios de referência estabelecidos para estabelecimentos de ensino de dimensão equivalente.

4.2.6 AMA — Academia de Música de Alcobaça: Ensino Artístico Especializado em Regime Articulado

O ensino artístico especializado no Agrupamento de Escolas da Nazaré é assegurado em parceria com a Academia de Música de Alcobaça (AMA), escola de ensino especializado de música e dança autorizada pelo Ministério da Educação desde 2002, criada por iniciativa da ABA — Banda de Alcobaça, Associação de Artes, dando continuidade ao trabalho de formação musical desenvolvido desde 1985. Com sede em Alcobaça, a AMA dispõe de um corpo docente de cerca de 110 professores e serve mais de 4.800 alunos no conjunto de todos os seus projetos, sendo a sua atividade principal os Cursos Artísticos Especializados de Música e Dança, frequentados por cerca de 720 alunos. O Agrupamento de Escolas da Nazaré é uma das seis escolas de ensino regular com as quais a AMA estabeleceu protocolo para o ensino artístico especializado em regime articulado.

4.2.6.1 Modelo de funcionamento

No regime articulado, o aluno frequenta simultaneamente a escola de ensino regular e a AMA, beneficiando de um plano de estudos adaptado em que as disciplinas artísticas são integradas na matriz curricular obrigatória, sem custos para as famílias. O curso destina-se a alunos que ingressem no 5.º ano de escolaridade e estrutura-se em torno de três disciplinas — Formação Musical, Classe de Conjunto e Instrumento —, com uma carga horária mínima semanal de 315 minutos. A oferta instrumental abrange família das madeiras (flauta transversal, oboé, clarinete, fagote, saxofone), dos metais (trompa, trompete, trombone, tuba/eufónio), das cordas friccionadas (violino, viola, violoncelo), das cordas dedilhadas (guitarra clássica, harpa), bem como piano, percussão e canto, estando a disponibilidade de cada instrumento condicionada ao número de vagas existente em cada ano letivo.

A articulação entre a AMA e o Agrupamento de Escolas da Nazaré é assegurada por um coordenador de escola designado pela AMA, que funciona como órgão intermédio junto dos órgãos pedagógicos do agrupamento — diretor, coordenador de escola ou de ciclo e diretores de turma —, tratando as questões de funcionamento regular dos cursos, nomeadamente horários, faltas, material de apoio, audições e outras atividades. A AMA assegura ainda atividades de expressão musical junto dos centros sociais do concelho, designadamente no Centro Social de Valado dos Frades e no Centro Social da Freguesia de Famalicão, nas valências de creche e pré-escolar.

4.2.6.2 Progressão e continuidade

Após a conclusão do Curso Básico de Música, os alunos podem prosseguir estudos na área artística através do Curso Secundário de Música, ministrado pela AMA em regime supletivo, acessível a quem tenha concluído um curso básico em regime articulado ou supletivo, ou possua habilitação equivalente ao 9.º ano. Esta via permite articular a formação artística especializada com o prosseguimento de estudos no ensino regular, constituindo um percurso de continuidade que potencia o desenvolvimento musical dos alunos ao longo de toda a escolaridade obrigatória.

4.3 Escola Profissional da Nazaré - EPN

A Escola Profissional da Nazaré (EPN) é um estabelecimento de ensino, homologado pelo Ministério de Educação que tem por fim a promoção e o desenvolvimento de atividades de educação, ensino e formação profissional.

A visão da Escola assenta na construção de uma instituição de referência, comprovada pela atribuição do Selo de Garantia da Qualidade EQAVET desde 2020, promotora de uma cidadania esclarecida e valorizadora do saber e do conhecimento. Pretende afirmar-se como uma escola aberta, comprometida com os princípios da igualdade e com a formação integral dos alunos, reforçando simultaneamente a sua ligação à comunidade local e ao tecido empresarial, de modo a aumentar o seu reconhecimento e o dos seus formandos.

No que respeita à sua missão, a Escola orienta-se para a resposta às necessidades de formação dos jovens nas áreas económicas em crescimento na região, promovendo o ensino profissional e preparando os alunos para um exercício qualificado das suas funções. Para tal, privilegia uma forte articulação com a comunidade e o mercado de trabalho, através de parcerias, protocolos e estágios, visando uma integração profissional bem-sucedida. Paralelamente, assume um compromisso com o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, fomentando valores de respeito, inclusão e convivência saudável,

bem como competências essenciais ao sucesso escolar, profissional e humano. Desta forma, contribui para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, capazes de intervir de forma ativa e responsável na sociedade e de responder aos desafios do futuro.

Práticas Pedagógicas Diferenciadas e Inovação

A EPN distingue-se pela adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e pela abertura à inovação educativa, através de diversos projetos:

- Almoços pedagógicos: elaborar ementas temáticas, preparar e confeccionar menus completos e realizar o serviço de mesa são os principais desafios que se colocam aos alunos, de forma a proporcionar um ambiente de formação o mais aproximado possível do contexto real de trabalho.
- Produção de conteúdos digitais: criar, produzir e implementar diversos recursos multimédia de comunicação, como os podcasts “H2On”, dedicado a temas de ambiente e sustentabilidade, ou o "Donde Vens Tu?", o qual faz uma abordagem acerca das diferentes origens dos membros da comunidade educativa; realizar reels, shorts e publicações para redes sociais da Escola; elaboração de cartazes e flyers para atividades da escola – tudo desenvolvido em contexto real de aprendizagem.
- Programa ERASMUS+: a EPN é uma escola acreditada no Programa ERASMUS+, o qual tem como objetivo promover a mobilidade, a cooperação e a inovação, através de experiências formativas em contexto internacional, reforçando, desta forma, competências técnicas, a empregabilidade e a cidadania europeia dos alunos.
- Centro Tecnológico Especializado Industrial: infraestrutura educativa equipada com tecnologia avançada e recursos técnicos especializados, destinada a reforçar a formação prática dos alunos nas áreas do Turismo e da Restauração). Tem como objetivo aproximar o ensino das exigências reais do mercado de trabalho, promovendo a aquisição de competências técnicas atualizadas, permitindo, desta forma, fortalecer a ligação ao tecido empresarial e aumentar a empregabilidade dos alunos.

4.3.1 Caracterização e Análise da População Escolar — Escola Profissional da Nazaré

Número de alunos matriculados



Distribuição por ano de escolaridade — 2023/2024 a 2025/2026

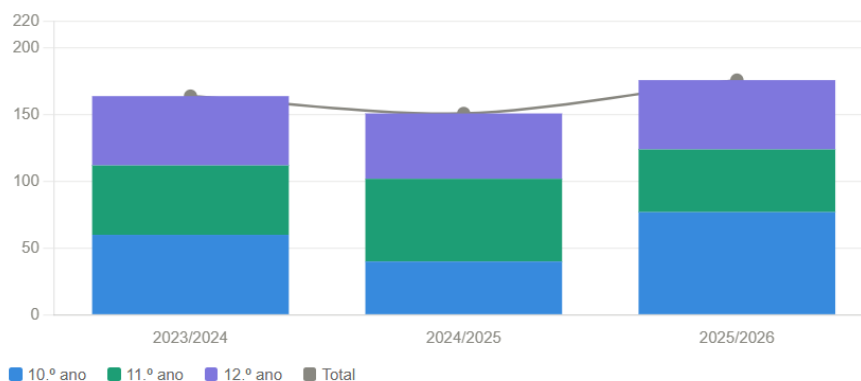
ANO	2023/2024	2024/2025	VAR.	2025/2026	VAR.
10.º ano	60 (36,6%)	40 (26,5%)	-20	77 (43,8%)	+37
11.º ano	52 (31,7%)	62 (41,1%)	+10	47 (26,7%)	-15
12.º ano	52 (31,7%)	49 (32,5%)	-3	52 (29,5%)	+3
Total	164	151	-13	176	+25

A escola registou uma queda de 13 alunos entre 2023/2024 e 2024/2025 (de 164 para 151), seguida de uma recuperação expressiva em 2025/2026, com 176 alunos matriculados, o valor mais elevado do período analisado e um crescimento de 25 alunos face ao ano anterior:

10.º ano. Este ano de escolaridade é o que apresenta maior volatilidade: sofreu uma quebra acentuada de 20 alunos em 2024/2025 (de 60 para 40), mas recuperou de forma muito significativa em 2025/2026, com 77 alunos — o valor máximo dos três anos. Esta evolução sugere um reforço considerável da captação de novos alunos, possivelmente associado à nova oferta formativa introduzida nesse ano letivo.

11.º ano. Registou um crescimento notável em 2024/2025 (de 52 para 62 alunos), o que reflete a transição da turma mais numerosa do 10.º ano de 2023/2024. Em 2025/2026, a descida para 47 alunos é coerente com a entrada mais reduzida verificada no 10.º ano em 2024/2025.

Evolução do total de alunos por ano letivo



12.º ano. Manteve-se relativamente estável ao longo dos três anos letivos, com valores entre 49 e 52 alunos, o que indicia uma taxa de conclusão de ciclo consistente.

A EPN demonstra capacidade de recuperação e crescimento da sua população escolar, com particular dinamismo na captação de novos alunos para o 10.º ano em 2025/2026.

4.3.2 Oferta Formativa – EPN (2023/2024 a 2025/2026)

A oferta formativa da EPN estrutura-se em Cursos Profissionais de nível IV e tem evidenciado uma tendência de crescimento e diversificação progressiva ao longo dos três anos letivos considerados.

No ano letivo de 2023/2024, a escola disponibilizou cinco cursos: Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital, Técnico/a de Desporto, Técnico/a de Turismo, Técnico/a de Cozinha/Pastelaria e Técnico/a de Mecatrónica Automóvel. Esta oferta inicial refletia já uma articulação clara com o tecido económico local, privilegiando as áreas do turismo, restauração, desporto e tecnologia automóvel.

Em 2024/2025, a oferta foi alargada com a introdução do curso de Técnico/a de Ação Educativa, passando a escola a contar com seis cursos. Esta adição representa uma resposta às necessidades do setor social e educativo da região, ampliando o leque de saídas profissionais disponíveis para os jovens.

No ano letivo de 2025/2026, a EPN consolidou e aprofundou a sua diversificação, com a introdução de dois novos cursos: Técnico/a de Informação e Animação Turística e Técnico/a de Multimédia. A oferta passa assim a integrar oito cursos, o que representa um crescimento de 60% face à oferta inicial de 2023/2024. A área do turismo fica reforçada com uma vertente mais especializada em animação, e a área digital é aprofundada com uma resposta mais orientada para a comunicação visual e produção multimédia, em substituição e complemento do anterior curso de Comunicação e Serviço Digital.

A evolução da oferta formativa da EPN ao longo deste período traduz uma estratégia de crescimento sustentado, com atenção às dinâmicas do mercado de trabalho local e regional, e uma capacidade de resposta adaptativa às necessidades emergentes nos domínios do turismo, da comunicação digital, da educação e das tecnologias.

4.3.3 Recursos Humanos – EPN

O corpo docente da EPN cresceu de forma consistente, passando de 21 para 26 professores, acompanhando o aumento da oferta formativa e do número de alunos. Os

outros técnicos (psicóloga e docente de educação especial) mantiveram-se estáveis nos dois elementos ao longo de todo o período.

2023/2024 30 colaboradores no total	2024/2025 31 colaboradores no total	2025/2026 34 colaboradores no total
--	--	--

Pessoal por categoria — 2023/2024 a 2025/2026

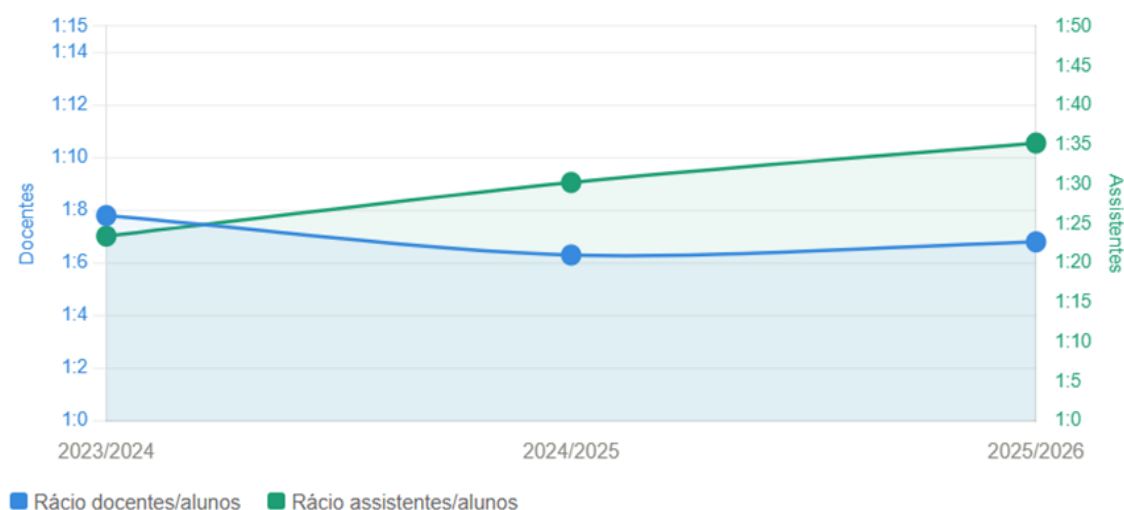
CATEGORIA	2023/2024	2024/2025	VAR.	2025/2026	VAR.
Docentes professores/educadores	21	24	+3	26	+2
Assistentes téc. + operacionais	7 2 téc. · 4 oper. · 1 coz.	5 1 téc. · 4 oper.	-2	6 1 téc. · 4 oper. · 1 coz.	+1
Outros técnicos psicóloga + ed. especial	2	2	—	2	—
Total	30	31	+1	34	+3

Rácio docentes/alunos e assistentes operacionais/alunos

Rácios detalhados por ano letivo

INDICADOR	2023/2024	2024/2025	2025/2026
Total de alunos	164	151	176
Docentes	21	24	26
Assist. operacionais	7	5	5
Rácio docentes / alunos	1 : 7,8 (1 doc. / 7,8 al.)	1 : 6,3 ▼ melhora	1 : 6,8 ▲ sobe
Rácio assist. / alunos	1 : 23,4 (1 assist. / 23,4 al.)	1 : 30,2 ▲ pressão	1 : 35,2 ▲ pressão

Evolução dos rácios



Rácio docentes/alunos: Este indicador apresenta uma evolução globalmente favorável. Em 2023/2024, cada docente era responsável, em média, por 7,8 alunos. Em 2024/2025, o rácio melhorou para 6,3, resultado da contratação de três novos professores num contexto de ligeira descida do número de alunos. Em 2025/2026, o rácio sobe ligeiramente para 6,8, devido ao crescimento da população escolar (176 alunos), ainda que acompanhado de reforço do corpo docente. Em termos comparativos, um rácio entre 6 e 8 é considerado adequado para o ensino profissional, pelo que a EPN se mantém dentro de parâmetros razoáveis ao longo de todo o período.

4.3.4 Projeção Alunos e Pessoal Não Docente

Período: 2023/2024 — 2028/2029 Horizonte de projeção: 3 anos letivos

A Escola Profissional da Nazaré (EPN) ministra cursos profissionais de nível IV, tendo registado uma evolução positiva da população escolar no período em análise, com 176 alunos matriculados em 2025/2026, o valor mais elevado dos três anos letivos considerados. A oferta formativa cresceu de cinco para oito cursos, o que representa um aumento de 60% e justifica a tendência de crescimento da procura. A presente projeção assenta na progressão natural dos alunos entre anos de escolaridade, aplicando uma taxa de transição de aproximadamente 88%, coerente com o desempenho histórico da escola.

4.3.4.1 Projeção de Alunos

Ano escol.	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27*	2027/28*	2028/29*
10.º ano	60	40	77	72	70	68
11.º ano	52	62	47	68	63	61
12.º ano	52	49	52	44	63	58
Total	164	151	176	184	196	187

* Valores projetados. Colunas a azul mais claro distinguem o histórico real da estimativa.

O total de alunos projetado atinge o valor máximo em 2027/2028, com 196 alunos, refletindo a maturação da procura associada à nova oferta formativa introduzida em 2025/2026. O 10.º ano estabiliza em torno de 68–72 alunos, o 11.º ano absorve as coortes mais numerosas em 2026/2027 e o 12.º ano cresce em função da progressão natural.

4.3.4.2 Projeção de Pessoal Não Docente

Categoria	2025/26	2026/27*	2027/28*	2028/29*
Assist. técnicos	1	1	1	2
Assist. operacionais	4	4	5	5
Outros técnicos	2	2	2	2
Total não docente	7	7	8	9

* Valores projetados.

Os assistentes operacionais mantêm-se em quatro elementos até 2026/2027, devendo ser reforçados para cinco a partir de 2027/2028, em resposta ao crescimento da população escolar. Os outros técnicos (psicóloga e docente de educação especial) mantêm-se estáveis em dois elementos ao longo de todo o período.

4.4 Externato D. Fuas Roupinho- EDFR

O Externato Dom Fuas Roupinho (EDFR) assume, como princípio orientador da sua identidade institucional, o lema pedagógico **“Um Salto para o Sucesso!”**, expressão que sintetiza o compromisso da escola com a empregabilidade e com a formação integral dos jovens. A sua ação educativa não se esgota nos resultados académicos, centrando-se numa perspetiva holística que valoriza igualmente as aprendizagens não formais, as competências transversais e o conjunto de experiências desenvolvidas fora do espaço de sala de aula.

A visão do EDFR assenta no desenvolvimento de competências técnicas e pessoais que capacitem os alunos para a integração no mundo do trabalho e para uma participação ativa, responsável e empreendedora na sociedade. A sua missão traduz-se na prestação de um serviço educativo de qualidade, orientado para o desenvolvimento integral do aluno, com o envolvimento das famílias e em estreita articulação com o meio envolvente, valorizando a inovação, a exigência e a melhoria contínua.

No domínio da garantia de qualidade, o EDFR adere ao referencial EQAVET (European Quality Assurance in Vocational Education and Training), assumindo um compromisso estruturado com a monitorização sistemática dos resultados, a transparência e a melhoria contínua dos processos formativos, em alinhamento com as orientações europeias para o ensino profissional.

No plano estratégico 2025–2026, destacam-se objetivos centrados na promoção da inclusão e do bem-estar, nomeadamente através da redução do absentismo e da indisciplina, e da melhoria das competências linguísticas de alunos estrangeiros. Paralelamente, reforça-se o alinhamento com o quadro EQAVET, consolidando uma cultura institucional de qualidade e avaliação contínua.

Um dos marcos estruturantes do período 2023–2026 é a aprovação da candidatura à criação de um Centro Tecnológico Especializado (CTE) na área da Informática, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pela União Europeia. Este investimento permitirá a criação de infraestruturas como laboratórios de programação, salas multidisciplinares e espaços tecnológicos dedicados à aprendizagem imersiva, reforçando a capacidade formativa da escola nas áreas digitais e tecnológicas.

A dimensão europeia e internacional da ação educativa materializa-se na participação ativa no programa Erasmus+, promovendo mobilidades de alunos e docentes.

Destacam-se experiências recentes e em curso, como estágios internacionais em Espanha e Itália, bem como mobilidades futuras para países como Croácia. O programa contempla ainda formação de docentes (course training e job shadowing), evidenciando uma aposta consistente na qualificação pedagógica e na internacionalização.

A componente de cidadania e responsabilidade social assume igualmente um papel estruturante, com a participação em projetos como Eco-Escolas, Plano Nacional das Artes e iniciativas de promoção da saúde mental, inclusão e bem-estar. A escola aposta na criação de ambientes educativos seguros, inclusivos e promotores do desenvolvimento emocional, em articulação com entidades de saúde, autarquias e instituições locais.

A articulação com o tecido empresarial e institucional tem vindo a intensificar-se, através da celebração de protocolos e do desenvolvimento de projetos em contexto real. Parcerias com autarquias, institutos politécnicos e empresas locais e regionais permitem aproximar a formação das necessidades do mercado de trabalho, reforçando a empregabilidade dos alunos e a relevância social da oferta formativa.

Do ponto de vista pedagógico, o EDFR privilegia metodologias ativas, nomeadamente a aprendizagem baseada em projetos, promovendo a autonomia, o trabalho em equipa, a resolução de problemas e o desenvolvimento de competências transversais. Esta abordagem é transversal aos diferentes cursos, permitindo aos alunos desenvolver produtos e projetos concretos, como aplicações informáticas, coleções de moda ou intervenções comunitárias.

A oferta formativa organiza-se em três eixos principais: Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação (CEF) e Formação Modular Certificada para adultos. Os Cursos Profissionais abrangem áreas como Esteticista, Técnico/a de Auxiliar de Farmácia, Técnico/a de Design de Moda, Técnico/a de Desenvolvimento de Software, Técnico/a de Gestão e Administração e Técnico/a de Vendas e Marketing. Os Cursos CEF incluem Assistente de Cuidados de Beleza e Operador/a de Informática (e, em atualização futura, Operador/a de Fotografia).

Os diferentes cursos caracterizam-se por uma forte componente prática e ligação ao mercado de trabalho. Destacam-se, por exemplo:

- Na área da Informática, o desenvolvimento de competências em programação, redes e sistemas, com elevada empregabilidade;

- No curso de Design de Moda, a participação em eventos nacionais e projetos criativos com forte componente identitária e sustentável;
- No curso de Auxiliar de Farmácia, a formação prática em contexto real e a ligação direta ao setor da saúde;
- No curso de Esteticista, a elevada carga de formação em contexto de trabalho e a diversidade de saídas profissionais.

Esta diversidade evidencia uma estratégia alinhada com as necessidades do território, promovendo dupla certificação e facilitando tanto a inserção no mercado de trabalho como o prosseguimento de estudos.

Em síntese, o período 2023–2026 consolida o EDFR como uma instituição de referência no ensino profissional, marcada por uma forte articulação com o território, uma aposta na inovação pedagógica, na internacionalização e na qualidade da formação. O seu modelo educativo, centrado no desenvolvimento de competências técnicas e humanas, configura um contributo relevante para a formação de cidadãos ativos, qualificados e preparados para os desafios do século XXI.

4.5 FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

O FOR-MAR é um Centro de Formação Profissional de natureza protocolar que integra a rede de centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), tendo como segundo outorgante a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Criado em abril de 2008 em continuidade do Forpescas — fundado em 1986 —, o FOR-MAR é o único centro a nível nacional com competência para ministrar formação e certificação profissional obrigatória nas categorias marítimas regulamentadas, à exceção das categorias de oficiais de máquinas e de ponte. É igualmente o único centro protocolar com presença no concelho da Nazaré.

A estrutura do FOR-MAR assenta num modelo descentralizado, com Serviços Centrais sediados em Lisboa e uma rede de 12 polos distribuídos ao longo do litoral continental. O Polo da Nazaré, inaugurado em 1988, localiza-se no Porto de Abrigo da Nazaré e serve não apenas o concelho, mas também os concelhos limítrofes, bem como formandos oriundos das regiões autónomas da Madeira e dos Açores. As instalações do Polo dispõem de seis salas de formação teórica e prática, encontrando-se atualmente a ser objeto de obras de modernização e apetrechamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com destaque para a instalação de simuladores de máquinas marítimas e de navegação.

4.5.1 Missão e âmbito formativo

A missão central do FOR-MAR é a qualificação dos profissionais do setor marítimo — quer os que já exercem atividade, quer os que nele pretendem ingressar —, abrangendo as vertentes da marinha mercante, do tráfego local e das pescas. O Polo da Nazaré assume particular relevância neste contexto, dado que a região da Nazaré é, per capita, uma das que conta com maior número de trabalhadores na marinha mercante e no tráfego local a nível nacional. O polo integra ainda um grupo restrito de apenas cinco unidades no país com capacidade para ministrar formação que habilita às certificações obrigatórias ao abrigo da Convenção Internacional STCW (*Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers*), indispensáveis ao exercício de funções a bordo de embarcações da marinha mercante e do tráfego local.

4.5.2 Oferta formativa

A oferta do Polo da Nazaré organiza-se em torno de vários domínios. No âmbito da carreira marítima, disponibiliza formação de iniciação — Marinheiro praticante, Marinheiro, Marinheiro maquinista e Maquinista prático de 3.^a classe —, de progressão — Mestre local e Maquinista prático de 2.^a classe — e de reconversão entre categorias. Ao abrigo da Convenção STCW, oferece certificações em segurança básica, controlo de multidões e proteção, com um pack específico para cruzeiros.

Para além da formação marítima regulamentada, a oferta abrange um conjunto alargado de áreas temáticas: alimentar (higiene e segurança alimentar, manuseamento e conservação do pescado, nutrição, sistema HACCP, rastreabilidade e segurança alimentar na pesca); ambiental (conservação do oceano e uso sustentável dos recursos marinhos, educação ambiental, gestão ambiental a bordo); aquacultura (caracterização da atividade aquícola, gestão da produção, comercialização e marketing, malformações e patologias em espécies aquícolas, nutrição e administração de alimento); comportamental (liderança e gestão de equipas, gestão do tempo, comunicação, teletrabalho); eletricidade (máquinas elétricas e montagem de quadros elétricos); frio e climatização (eletromecânica de refrigeração e climatização, câmaras frigoríficas, reparação e montagem de componentes); higiene e segurança no trabalho (ergonomia, primeiros socorros, prevenção e combate a incêndios, segurança a bordo, situações epidémicas e pandémicas); informática (competências digitais para marítimos, CAD, literacia digital, meios de comunicação digital, processador de texto); línguas (alemão, espanhol, francês, inglês e Português Língua de Acolhimento); logística (condução e manobra de equipamentos de carga e descarga, gestão de stocks, movimentação e operação de empilhadores, transportes e cadeia logística); marítima (atividades marítimas e de recreio, diário de pesca eletrónico, navegação astronómica, meteorologia

náutica, reparação e manutenção de embarcações de PRFV, plataformas Capitania Online e Bmar, observação de cetáceos); soldadura (soldadura eletrogénea e oxi-acetilénica); tecnologia da pesca e reparação de avarias (artes de pesca, aparelho de anzol, redes de arrastar, redes de cercar e de sacada, redes de emalhar); e turismo (informação e promoção da região, legislação turística). Inclui ainda certificações específicas como Nadador-Salvador (150h), Piloto de ROV, Observador de radar, GMDSS A1 e A2, Operador radiotelefonista da classe A, e Suporte Básico de Vida com desfibrilhação automática externa.

Do ponto de vista das tipologias formativas, o FOR-MAR disponibiliza formação modular, formação em regime de Educação e Formação de Adultos (EFA) com equivalência ao 12.º ano (cursos entre 1845 e 1870 horas), cursos de Aprendizagem com equivalência ao 12.º ano nas áreas de Técnico de Logística, Técnico de Aquacultura e Técnico de Serviços Marítimos (5 semestres), bem como formação online, b-learning e presencial e cursos de nível V.

4.5.3 Modelo de funcionamento

Ao contrário dos estabelecimentos de ensino com oferta formativa estruturada por ano letivo, o FOR-MAR organiza a sua programação de forma contínua e adaptada à procura. O período de inscrições encontra-se permanentemente aberto, sendo os cursos realizados em função do número de inscritos: atingido um número suficiente de formandos, procede-se à respetiva calendarização. A oferta publicada não é limitativa — podem ser realizados cursos noutras áreas mediante solicitação de formandos ou entidades parceiras, com ajustamento do plano anual de formação em função das necessidades identificadas. Esta flexibilidade, decorrente da autonomia própria do centro, permite dar respostas céleres a necessidades formativas emergentes. A maioria da formação é gratuita para os formandos, podendo em determinadas situações ser organizada em regime de prestação de serviços. A título ilustrativo, no ano civil de 2023 o Polo da Nazaré realizou 82 cursos, com um total de 1.226 formandos inscritos, evidenciando a dimensão e o dinamismo da atividade formativa desenvolvida no concelho.

4.6 CERCINA — Cooperativa de Ensino, Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré

A CERCINA — Cooperativa de Ensino, Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré, C.R.L. — nasceu em 1981 como movimento associativo de professores, pais e técnicos,

com o objetivo de criar e implementar respostas sociais, educativas, ocupacionais e laborais para crianças, jovens e adultos com deficiência. Integra o movimento CERCÍ — rede nacional de cooperativas de solidariedade social filiadas na FENACERCÍ — e assume-se hoje como uma resposta social de base comunitária para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, bem como para a capacitação e inclusão de grupos populacionais social e economicamente vulneráveis. A instituição detém certificação de qualidade EQUASS (*European Quality in Social Services*) e encontra-se acreditada pela DGERT como entidade formadora. A sua sede localiza-se no Caminho Real, Alto Romão, Pederneira, Nazaré.

4.6.1 Serviços dirigidos a crianças e jovens

No domínio do apoio à infância e juventude, a CERCINA disponibiliza o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), certificado pela norma EQUASS, cujo objetivo é apoiar a inclusão de crianças e jovens com deficiências e incapacidades — designadamente com necessidades educativas especiais de carácter permanente — em parceria com as estruturas da comunidade. O CRI atua por via da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o potencial individual de cada criança ou jovem através de apoio psicológico, terapia da fala, psicomotricidade e acompanhamento às famílias. Esta resposta articula-se diretamente com o Agrupamento de Escolas da Nazaré, constituindo um recurso especializado de primeira linha para a implementação do modelo de educação inclusiva consagrado no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

4.6.2 Serviços dirigidos a adultos

Para a população adulta com deficiência, a CERCINA disponibiliza o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), que assegura respostas ocupacionais e de capacitação para pessoas com mais de 16 anos. Complementarmente, a instituição gere o Lar Residencial "Solar da Praia" e uma Residência Autónoma, garantindo apoio habitacional e de suporte à vida independente a pessoas com necessidades continuadas.

4.6.3 Serviços de qualificação e inserção profissional

No domínio da qualificação da população ativa, a CERCINA integra a rede nacional de Centros Qualifica, dispondo de um centro próprio acreditado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.). Este centro apoia processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) com equivalência ao 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade, e encaminha anualmente adultos para percursos de educação e formação adequados ao seu perfil. Dispõe ainda de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e de formação modular certificada, dirigida a pessoas empregadas ou

desempregadas que pretendam desenvolver competências e melhorar a sua empregabilidade.

4.6.4 Articulação com o Município e com a comunidade educativa

A CERCINA constitui um parceiro estrutural do sistema educativo e formativo do concelho. No âmbito dos Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a instituição celebrou, em novembro de 2022, um Protocolo de Parceria com a Câmara Municipal da Nazaré. Este protocolo tem por objeto a promoção da literacia e da qualificação de adultos com baixas habilitações, prevendo o encaminhamento de 100 adultos por ano pelo Centro Qualifica para ofertas de educação e formação adequadas ao seu perfil, com vista à obtenção de certificação de nível B1, B2 ou B3. No quadro desta parceria, a Câmara Municipal disponibiliza as instalações da Universidade Sénior — nos seus quatro polos da Nazaré, Valado dos Frades, Fanhais e Famalicão — e da Biblioteca Municipal José Soares Charneca como espaços de formação e de recursos, e mobiliza os seus serviços, incluindo o Gabinete de Educação, para o envolvimento das famílias dos alunos do Agrupamento de Escolas da Nazaré em processos de aprendizagem ao longo da vida. A CERCINA assegura o diagnóstico, orientação e acompanhamento dos formandos, bem como a dinamização de sessões de capacitação informais abertas à comunidade, em áreas de literacia digital e competências básicas quotidianas. Esta parceria reforça o papel da CERCINA como agente de coesão social e educativa no concelho, articulando a sua intervenção com o Agrupamento de Escolas da Nazaré, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Proposta de intervenção

5.1 Cenário de partida: grandes linhas orientadoras

A carta educativa constitui, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. A sua elaboração é da competência da Câmara Municipal, articulada com o departamento governamental com competência na área da

educação, e integra-se no quadro de descentralização de competências estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 125/2023, de 26 de dezembro.

Enquanto instrumento de segunda geração, a presente Carta Educativa do Município da Nazaré não se limita ao inventário e ordenamento do parque escolar: visa orientar a política educativa local com base num diagnóstico estratégico rigoroso, definir propostas de intervenção articuladas com as necessidades identificadas e garantir a coerência entre a rede educativa e o desenvolvimento urbano, demográfico e socioeconómico do concelho para o período 2026–2035.

As propostas de intervenção aqui apresentadas decorrem diretamente dos resultados do diagnóstico estratégico e da caracterização da rede de estabelecimentos de ensino, e organizam-se em torno de três eixos principais: a requalificação dos equipamentos escolares do pré-escolar ao ensino secundário; a promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo; e o incentivo à oferta de ensino profissionalizante no concelho, alinhada com as áreas prioritárias de desenvolvimento económico local.

A presente Carta Educativa é concebida como um instrumento dinâmico, passível de adaptação face a alterações nas políticas educativas nacionais, nas responsabilidades e capacidades financeiras do Município, ou na evolução demográfica e social do concelho. Neste sentido, as medidas e ações propostas enquadram-se na política urbana municipal e nas competências assumidas pelo Município em matéria de educação, sendo acompanhadas de um sistema de monitorização que permitirá a sua avaliação e recalibração periódica.

5.2 Propostas de execução por eixo de intervenção

Com base no diagnóstico estratégico realizado e nos objetivos definidos para a rede educativa do Município da Nazaré, apresentam-se de seguida as propostas de intervenção organizadas pelos três eixos estruturantes da presente Carta Educativa. Estas propostas visam responder às fragilidades identificadas, consolidar os pontos fortes da oferta educativa local e criar condições para o desenvolvimento de um sistema educativo mais qualificado, inclusivo e adaptado às necessidades do concelho para o horizonte 2026–2035.

5.2.1 Eixo 1: requalificar os equipamentos do Pré-Escolar ao Ensino Secundário

O diagnóstico do parque escolar do Município da Nazaré evidencia um conjunto de necessidades de intervenção que justificam a inclusão da requalificação dos equipamentos como primeiro eixo estratégico da presente Carta Educativa. Se, ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo, o processo de modernização da rede está globalmente concluído — com a construção dos Centros Escolares da Nazaré, de Valado dos Frades e de Famalicão, o último inaugurado no ano letivo 2021-2022 —, ao nível dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário persistem carências estruturais significativas que exigem resposta urgente e prioritária.

As intervenções previstas neste eixo abrangem dimensões complementares: a requalificação e modernização do edificado, a melhoria das acessibilidades e a eficiência energética.

- **Medida 1.1 — Renovação e modernização dos edifícios escolares**

A necessidade mais crítica identificada no diagnóstico respeita à Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, escola sede do Agrupamento de Escolas da Nazaré. O estabelecimento, construído nos anos 1980, foi alvo de duas fases de alargamento da oferta formativa, abrangendo atualmente alunos desde o 2.º ciclo ao ensino secundário, mas apenas foi concluída a segunda de três fases de execução da ampliação do edifício. A escola dispõe de 36 salas de aula para alojar 43 turmas, o que representa um défice de nove salas, tendo a falta destes espaços sido suprida com recurso a estruturas modulares instalados no recinto da escola.

O projeto de requalificação e ampliação da escola prevê a construção de oito novas salas de aula, e de um campo desportivo exterior coberto, bem como intervenções de melhoria do comportamento térmico do edifício, num investimento estimado em 1,6 milhões de euros. Importa, no entanto, salientar que a capacidade prevista no projeto poderá revelar-se insuficiente face às necessidades atuais, uma vez que o défice identificado ascende a nove salas.

A candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência foi classificada com prioridade 2, tendo o anterior Governo assegurado verbas para avançar com as obras; contudo, o executivo seguinte suspendeu estas intervenções em 2024, passando-as para uma fase posterior. A autarquia não dispõe de capacidade financeira para suportar o investimento de forma autónoma, dado o processo de reequilíbrio financeiro em curso. A concretização desta intervenção constitui, por isso, a prioridade absoluta deste eixo,

sendo indispensável a mobilização de financiamento externo, designadamente através de fundos europeus ou de verbas do Orçamento do Estado.

Para os estabelecimentos do 1.º ciclo e pré-escolar — Centro Escolar da Nazaré, Centro Escolar de Valado dos Frades, Centro Escolar de Famalicão e Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores —, as intervenções previstas têm caráter de manutenção e melhoria incremental, nomeadamente a substituição de caixilharia com défice de isolamento térmico e acústico, a atualização dos equipamentos de tecnologias de informação e comunicação nas salas de aula, e a melhoria das condições de eficiência energética dos edifícios. Embora o estado de conservação geral seja considerado bom ou muito bom, a antiguidade de alguns equipamentos e instalações justifica intervenções planeadas e faseadas ao longo do horizonte temporal da presente Carta Educativa.

Acresce ainda que, no caso do Centro Escolar de Famalicão, e tendo em conta a existência de uma estrutura modular atualmente em utilização, o executivo municipal encontra-se a avaliar soluções estruturais de caráter definitivo, considerando as projeções de evolução da população escolar, que indiciam um acréscimo da procura deste estabelecimento de ensino no curto prazo.

- **Medida 1.2 — Melhoria das acessibilidades**

A melhoria das acessibilidades nos estabelecimentos de ensino do concelho constitui uma condição essencial para garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação. Esta medida desdobra-se em duas vertentes distintas: a eliminação de barreiras arquitetónicas nos edifícios escolares e a adequação dos meios de transporte para alunos com necessidades especiais.

No que respeita à **rede de transportes escolares**, a implementação do Passe M Oeste, em vigor desde 1 de janeiro de 2025, representou um avanço significativo na equidade do acesso, ao garantir a gratuidade do transporte para todos os alunos residentes nos municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste. Esta medida, de âmbito supramunicipal, veio colmatar uma das principais limitações identificadas em cartas educativas anteriores. No horizonte da presente Carta Educativa, cabe ao Município assegurar a articulação entre os circuitos de transporte escolar e os horários de funcionamento dos estabelecimentos — em particular do Centro Escolar da Nazaré (EB1 Norte) e da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio —, de forma a garantir a cobertura das atividades de enriquecimento curricular e dos apoios educativos que decorrem fora do horário letivo regular.

Relativamente à **acessibilidade física nos edifícios escolares**, o Centro Escolar de Valado dos Frades apresenta barreiras arquitetónicas que limitam o acesso autónomo de alunos com mobilidade condicionada. A eliminação destas barreiras — através da instalação de rampas de acesso, adaptação de sanitários e percursos pedonais no interior do recinto — constitui uma intervenção prioritária, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que estabelece o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público.

No que diz respeito à **acessibilidade nos transportes para alunos com necessidades especiais**, as intervenções necessárias extravasam a competência direta do Município, sendo da responsabilidade das operadoras de transporte e dos serviços competentes da administração central. Compete, no entanto, ao Município sinalizar junto das entidades responsáveis a necessidade de adaptação progressiva dos veículos — designadamente com rampas de acesso e lugares reservados —, e assegurar, no âmbito das suas competências, o transporte individualizado dos alunos com necessidades educativas especiais que dele careçam.

5.2.2 Eixo 2: promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo

A promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo constitui o segundo eixo estratégico da presente Carta Educativa, orientado para a melhoria das práticas pedagógicas, a valorização dos recursos humanos e o reforço do envolvimento das famílias e da comunidade no processo educativo do concelho da Nazaré.

- **Medida 2.1 — Intervenção precoce na infância e inclusão educativa**

A intervenção precoce na infância, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), visa apoiar o desenvolvimento de crianças entre os 0 e os 6 anos com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo. Esta medida centra-se na deteção e intervenção atempadas, garantindo apoio adaptado às necessidades específicas de cada criança e família. No âmbito da presente Carta Educativa, esta medida abrange igualmente a garantia de recursos e apoios especializados para a inclusão efetiva de alunos com necessidades educativas especiais, em articulação com as equipas multidisciplinares do Agrupamento de Escolas da Nazaré e com as respostas sociais do concelho, de onde se destaca a Núcleo Local de Garantia para a Infância.

- **Medida 2.2 — Formação e valorização dos docentes e assistentes operacionais**

A qualidade do ensino depende de forma decisiva da qualificação e da motivação dos profissionais que integram as comunidades educativas. O Município da Nazaré compromete-se a apoiar e incentivar a implementação de programas de desenvolvimento profissional contínuo para docentes, centrados em novas metodologias de ensino, literacia digital e práticas inclusivas, em articulação com os centros de formação de associações de escolas. Paralelamente, esta medida contempla a melhoria das condições de trabalho dos assistentes operacionais, reconhecendo o papel insubstituível que desempenham no funcionamento quotidiano dos estabelecimentos de ensino e no apoio aos alunos com necessidades especiais.

- **Medida 2.3 – Introdução de métodos pedagógicos inovadores**

A modernização das práticas pedagógicas é essencial para responder às exigências do mundo contemporâneo e para aumentar o envolvimento e a motivação dos alunos. Metodologias como a aprendizagem baseada em projetos e o recurso a tecnologias interativas promovem a aprendizagem ativa e colaborativa, desenvolvendo competências transversais como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a comunicação. Neste âmbito, propõe-se a criação de espaços pedagógicos inovadores na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, equipados com tecnologia adequada e concebidos para suportar modalidades de ensino flexíveis, presenciais e híbridas, adaptadas às necessidades de cada aluno e alinhadas com as orientações do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

- **Medida 2.4 – Apoio individualizado e reforço das atividades educativas complementares**

O combate ao insucesso e ao abandono escolar exige uma resposta diferenciada e próxima das necessidades de cada aluno. Esta medida prevê a implementação de estratégias de ensino orientado, incluindo programas de tutoria e acompanhamento individualizado, com particular atenção aos alunos em risco de retenção no 1.º ciclo e nas transições de ciclo. O reforço das atividades educativas complementares constitui igualmente uma componente relevante desta medida, na medida em que contribui para manter os alunos ligados à escola e para desenvolver competências em contextos não formais de aprendizagem.

- **Medida 2.5 — Reforço da colaboração entre escola, família e comunidade**

A participação ativa das famílias e da comunidade no processo educativo é reconhecida como um fator determinante para o sucesso escolar. Esta medida visa criar e consolidar mecanismos formais e informais de envolvimento parental, reforçar as parcerias com as associações de pais, as juntas de freguesia e as organizações da sociedade civil, e promover uma cultura de corresponsabilidade educativa no concelho. A articulação com entidades locais — designadamente com a Biblioteca Municipal José Soares, os equipamentos culturais e desportivos e as instituições do terceiro setor — pode enriquecer a oferta educativa e contribuir para uma formação mais integral dos jovens.

5.2.3 Eixo 3: incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias

O ensino profissionalizante representa, no concelho da Nazaré, uma via formativa com peso crescente e elevada relevância para a inserção dos jovens no mercado de trabalho local e regional. Em 2023/2024, os cursos profissionais representavam a maioria das matrículas no ensino secundário do concelho, o que confirma a pertinência deste eixo e a necessidade de consolidar e diversificar a oferta existente, em estreita articulação com o tecido empresarial local.

- **Medida 3.1 — Diversificação e especialização da oferta formativa profissionalizante**

A oferta de cursos profissionais deve ser continuamente ajustada às necessidades de qualificação do tecido empresarial do concelho e da região Oeste, em particular nos setores do turismo, da economia do mar, da manutenção industrial e das tecnologias digitais. Propõe-se o reforço das parcerias entre os estabelecimentos de ensino do concelho — designadamente a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, o Externato Dom Fuas Roupinho e a Escola Profissional da Nazaré — e as empresas locais, através de protocolos de estágio, de dupla certificação e de participação das empresas na definição dos perfis de saída dos cursos. O estabelecimento de colaborações com o Instituto Politécnico de Leiria e outras instituições de ensino superior pode igualmente contribuir para a criação de percursos de continuidade entre o ensino secundário profissional e a formação pós-secundária.

- **Medida 3.2 – Acolhimento e integração de alunos de origem estrangeira**

O crescimento da população estrangeira residente no concelho da Nazaré — que passou de 3,1% em 2011 para 5,5% em 2021, de acordo com os Censos — tem reflexo direto na composição da comunidade escolar, colocando novos desafios em matéria de integração linguística e cultural. Esta medida prevê a disponibilização de apoio ao ensino do Português como Língua Não Materna (PLNM), em articulação com o Agrupamento de Escolas da Nazaré, bem como a criação de um programa de acolhimento e acompanhamento de alunos estrangeiros que inclua uma dimensão de mentoria por pares e ações de sensibilização intercultural dirigidas a toda a comunidade escolar. O objetivo é garantir que a diversidade cultural presente nas escolas do concelho seja reconhecida como um recurso pedagógico e social, e não como um fator de exclusão.

5.3 Enquadramento na Política Urbana Municipal

A presente Carta Educativa insere-se num momento de particular relevância para o ordenamento do território do Município da Nazaré. O Plano Diretor Municipal (PDM) da Nazaré é um dos instrumentos de ordenamento do território mais antigos em vigor no país estando em curso o processo da sua revisão, com conclusão prevista para setembro de 2026, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT). A revisão do PDM constitui uma condição indispensável ao acesso a fundos europeus para o desenvolvimento do concelho, conferindo ainda maior urgência ao alinhamento entre os instrumentos de planeamento setorial — como a presente Carta Educativa — e a estratégia territorial municipal em atualização.

Do ponto de vista da dinâmica urbana, o concelho da Nazaré caracteriza-se por uma estrutura territorial assimétrica: a freguesia de Nazaré concentra a maioria da população e da atividade económica, num modelo fortemente condicionado pela sazonalidade turística, enquanto as freguesias de Famalicão e Valado dos Frades apresentam um perfil mais rural e disperso, com população em decréscimo. O Município aposta numa gestão orientada para a modernização do espaço urbano e para a melhoria das condições de vida, com prioridades que incluem a requalificação de vias e espaços públicos, a mobilidade, o reforço das condições de estacionamento e a criação de novos equipamentos.

A pressão demográfica gerada pelo turismo coloca exigências crescentes sobre os serviços e equipamentos públicos, incluindo os educativos. A Nazaré enfrenta desafios significativos relacionados com a acessibilidade habitacional, estando o Município a equacionar a criação de uma cooperativa habitacional em terrenos municipais, como resposta à crescente procura de habitação a preços acessíveis — um problema comum em destinos turísticos de expressão internacional. A fixação de famílias jovens, que decorre em parte da resposta a esta procura, tem implicações diretas na evolução da procura educativa e na necessidade de adequação da rede escolar.

Neste contexto, a Carta Educativa deve ser entendida como um instrumento complementar do PDM e da política urbana municipal, contribuindo para que as decisões de ordenamento do território — designadamente as que respeitam à localização de equipamentos, à densificação urbana e ao desenvolvimento das Freguesias de Famalicão e Valado dos Frades — sejam tomadas com plena consciência das suas implicações sobre a rede educativa. A coerência entre a política urbana e a política educativa é, aliás, um dos objetivos legalmente definidos para as Cartas Educativas de segunda geração, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

5.4 Competências assumidas pelo Município em matéria de Educação / Apoio ao Ensino

O quadro de competências municipais em matéria de educação encontra-se definido pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e pelas suas sucessivas alterações, que concretizaram a transferência de atribuições do Estado para os municípios nos domínios da gestão do parque escolar, da ação social escolar, dos transportes escolares, das atividades de enriquecimento curricular, da componente de apoio à família e do pessoal não docente. O Município da Nazaré celebrou o respetivo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, assumindo a responsabilidade pela gestão integrada destes domínios em articulação com o Agrupamento de Escolas da Nazaré e com os restantes estabelecimentos de ensino do concelho.

5.4.1 Gestão e organização da rede escolar

A rede escolar pública do concelho está concentrada no Agrupamento de Escolas da Nazaré, que integra os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário da rede pública. Coexiste com esta oferta uma rede privada e cooperativa que inclui o Externato Dom Fuas Roupinho, com contrato de associação com o Estado, a Escola Profissional da Nazaré (For-Mar) e estabelecimentos de ensino particular nas valências de creche e pré-escolar.

A gestão da rede escolar pública enfrenta atualmente o seu desafio mais crítico ao nível da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, escola sede do Agrupamento. No ano letivo 2024/2025, o estabelecimento dispunha de 36 salas de aula para alojar 42 turmas, gerando um défice de oito espaços letivos que foi parcialmente suprimido com recurso a contentores. A terceira fase de expansão do edifício, prevista desde os anos 1990, nunca foi concluída, situação que tem agravado progressivamente as condições de funcionamento da escola e limitado a oferta de espaços especializados, nomeadamente para a Educação Física. A concretização desta ampliação — que prevê a construção de oito novas salas de aula e um campo desportivo coberto, num investimento estimado em 2,3 milhões de euros — permanece dependente de financiamento externo, dada a situação financeira do Município, em processo de reequilíbrio desde 2011. A candidatura apresentada ao Plano de Recuperação e Resiliência foi classificada com prioridade 2, aguardando confirmação de financiamento.

No que respeita aos estabelecimentos do pré-escolar e do 1.º ciclo, o parque escolar encontra-se globalmente modernizado, com a conclusão dos Centros Escolares da Nazaré, de Valado dos Frades e de Famalicão, este último inaugurado no ano letivo 2021/2022, e a manutenção do Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores. O estado de conservação geral destes estabelecimentos é considerado bom, sendo as intervenções previstas de carácter incremental, conforme detalhado na Medida 1.1 da presente Carta Educativa.

5.4.2 Atividades de Enriquecimento Curricular, Apoio à Família e Ocupação de Tempos Livres

O Município da Nazaré assume um papel ativo na promoção de uma oferta educativa alargada, que complementa o currículo escolar e responde às necessidades das famílias, através de um conjunto articulado de respostas socioeducativas dirigidas às crianças e jovens do concelho.

5.4.2.1 Atividades de Enriquecimento Curricular

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) constituem um elemento estruturante da formação integral dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, ao promoverem o desenvolvimento de competências sociais, culturais e desportivas em complemento das aprendizagens curriculares. Desde o ano letivo 2023-2024, a sua gestão e dinamização são asseguradas em parceria com a Associação Tempos Brilhantes, garantindo uma oferta diversificada, conduzida por profissionais qualificados.

A organização pedagógica das AEC orienta-se por uma lógica de desenvolvimento integral, articulando projetos pedagógicos, atividades de expressão e práticas promotoras de bem-estar físico, emocional e social, com recurso a metodologias ativas

de aprendizagem. Ao longo do ano letivo, são desenvolvidos três projetos com duração aproximada de dez a doze semanas, um por período letivo: o Educ'arte e os Pequenos Exploradores, transversais a todos os anos de escolaridade; o Aprender a Brincar, destinado ao 1.º e 2.º anos; e o PIB, dirigido ao 3.º e 4.º anos. A carga horária semanal é de cinco horas, sendo três dedicadas ao desenvolvimento dos projetos e duas ao Nutriser — atividade que integra a prática de atividade física, a educação alimentar e a educação socioemocional.

De destacar o projeto "A Hora dos SuperQuinas", desenvolvido em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol no âmbito do plano estratégico *Futebol 2030*, que envolveu cerca de 600 crianças dos Centros Escolares da Nazaré, Valado dos Frades e Famalicão. Este projeto promove o desenvolvimento de competências motoras, a prática de atividade física e a sensibilização para temáticas como a nutrição e o sono, tendo a Nazaré sido o concelho com maior número de alunos participantes a nível nacional.

As AEC são oferecidas gratuitamente a todos os alunos do 1.º ciclo, em horários complementares às atividades letivas, contribuindo para a conciliação entre os horários escolares e as necessidades das famílias.

5.4.2.2 Projetos Específicos de Complemento Educativo

O Município dinamiza ainda projetos específicos que enriquecem a experiência educativa das crianças em diferentes domínios:

1. O "**Corre e Cresce**", integrado no Programa de Desenvolvimento da Atividade Física e Desportiva, amplia a oferta na área da Expressão Físico-Motora para todas as crianças do ensino pré-escolar do concelho;
2. O "**Criança Nada +**" visa promover o desenvolvimento infantil e a integração social através de atividades de adaptação ao meio aquático, abrangendo crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo, com enfoque no desenvolvimento da confiança, da autonomia, das competências motoras e da segurança aquática.

5.4.2.3 Componente de Apoio à Família

A Componente de Apoio à Família (CAF) constitui uma resposta municipal alinhada com o conceito de escola a tempo inteiro, que abrange tanto a educação pré-escolar como o 1.º ciclo do ensino básico. As atividades de carácter lúdico-pedagógico decorrem nos seguintes horários:

- **Educação Pré-Escolar:** das 07h30 às 08h30 e das 15h00 às 17h00;
- **1.º Ciclo do Ensino Básico:** das 07h30 às 08h30 e das 17h00 às 18h30.

Durante as interrupções letivas, a autarquia assegura o fornecimento de refeições às crianças inscritas na CAF, com mensalidades diferenciadas de acordo com os escalões A e B da Ação Social Escolar.

5.4.2.4 Campo de Férias – Projeto CriAtividade

O Campo de Férias – Projeto CriAtividade constitui uma resposta socioeducativa de especial relevância para o contexto do concelho da Nazaré, onde o turismo assume um papel central na dinâmica económica e no mercado de trabalho. Desenvolvido durante o período de verão, este projeto permite que os encarregados de educação integrem ou retomem a sua atividade profissional com maior segurança, ao mesmo tempo que assegura às crianças e jovens um contexto estruturado, seguro e pedagogicamente orientado.

A iniciativa assenta na dinamização de atividades diversificadas de carácter cultural, desportivo e lúdico-pedagógico, reconhecendo nestas práticas fatores determinantes para o desenvolvimento equilibrado das dimensões física, social, emocional e cognitiva. As atividades propostas procuram igualmente dar continuidade aos valores e princípios trabalhados ao longo do ano letivo, reforçando competências como a cooperação, a autonomia, o respeito pelo outro e o sentido de responsabilidade.

5.4.2.5 Centro de Apoio às Aprendizagens (CAA)

O Centro de Apoio às Aprendizagens (CAA) constituiu uma iniciativa promovida pelo Município da Nazaré, em parceria com o Agrupamento de Escolas da Nazaré, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – *Aluno ao Centro*. Este projeto integrou-se no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Oeste, tendo resultado da candidatura CENTRO-03-5266-FSE-000020 ao Aviso de Concurso n.º Centro-66-2016-15, do Eixo Prioritário 3 – Desenvolver o Potencial Humano.

O principal objetivo do CAA foi o reforço de intervenções integradas e articuladas que favorecessem a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo e o incremento da qualidade e eficiência do sistema educativo. Através de abordagens pedagógicas inovadoras, o projeto promoveu um acompanhamento de proximidade aos alunos da região Oeste, com especial enfoque na prevenção do abandono escolar e na promoção da inclusão e do sucesso educativo.

A operacionalização do CAA assentou numa equipa técnica multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos e terapeutas da fala, que atuou de forma articulada no apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem, em risco de abandono escolar, com comportamentos de risco ou em situação de incumprimento dos limites de assiduidade

previstos no Estatuto do Aluno e da Ética Escolar. O acompanhamento foi igualmente extensível aos encarregados de educação, reconhecendo o papel determinante da família no percurso educativo dos alunos.

A intervenção do CAA organizou-se em torno de quatro domínios fundamentais:

1. **Apoio Psicopedagógico e Socioeducativo** — acompanhamento personalizado para a superação de dificuldades de aprendizagem e promoção do sucesso escolar;
2. **Aconselhamento Pessoal e Emocional** — suporte especializado para a gestão de questões emocionais com impacto no desempenho académico e no comportamento;
3. **Terapia da Fala** — intervenção em perturbações de articulação, leitura, interpretação e escrita;
4. **Capacitação Parental** — formação e apoio aos encarregados de educação, com vista ao reforço do envolvimento familiar no processo educativo.

Em conjunto, estas linhas de intervenção visaram capacitar os alunos e as suas famílias, promovendo a resiliência, a autonomia e as condições necessárias a percursos educativos bem-sucedidos, com particular atenção à prevenção do abandono precoce do sistema de ensino.

O projeto CAA concluiu o seu ciclo de implementação após um período de execução pautado pelo desenvolvimento de estratégias diversificadas de promoção do sucesso escolar e de acompanhamento das necessidades educativas identificadas. A sua atuação traduziu-se numa intervenção de proximidade, ajustada às realidades específicas dos alunos e das suas famílias, com contributos relevantes para a melhoria das condições de aprendizagem e para uma maior equidade no acesso ao sucesso educativo.

Não obstante a conclusão formal do projeto, o Município da Nazaré mantém o compromisso de investir de forma continuada na promoção do sucesso educativo, na redução das taxas de retenção e na garantia de igualdade de oportunidades para todos os alunos. Este compromisso materializa-se no apoio aos estabelecimentos de ensino mediante a disponibilização de recursos humanos especializados, capazes de assegurar a continuidade do acompanhamento pedagógico e socioeducativo necessário ao desenvolvimento integral dos alunos.

Neste sentido, encontram-se atualmente cedidos ao Agrupamento de Escolas da Nazaré quatro técnicos municipais, dois psicólogos, um técnico superior de educação e uma

terapeuta da fala, que desenvolvem um trabalho de proximidade junto dos alunos, colaborando com a comunidade educativa na identificação de necessidades, no apoio psicopedagógico e na implementação de estratégias promotoras do bem-estar, da inclusão e do sucesso escolar. A presença destes profissionais traduz, de forma concreta, o papel ativo do Município na vida educativa do concelho, assegurando a continuidade de um acompanhamento especializado que valoriza os percursos escolares e contribui para condições mais equitativas no acesso às oportunidades educativas.

5.4.3 Apoio em Visitas de Estudo

O Município assume um papel ativo no apoio às atividades de natureza educativa, reconhecendo a importância das visitas de estudo enquanto instrumento fundamental no processo de aprendizagem dos alunos. Neste contexto, e no quadro das suas políticas educativas e sociais, o Município colabora com o Agrupamento de Escolas (AEN) através da disponibilização de transportes coletivos que viabilizam a realização de visitas de estudo integradas no Plano Anual de Atividades, bem como outras iniciativas de relevante interesse pedagógico.

Este apoio é concretizado mediante articulação prévia com o AEN e operacionalizado através do Gabinete de Educação, que, em estreita cooperação com a comunidade educativa, desenvolve projetos e ações que complementam a atividade letiva. Ao assegurar o transporte dos alunos, o Município contribui para a concretização destas experiências educativas em contexto não formal, permitindo o acesso a novas realidades, promovendo o contacto com diferentes perspetivas e incentivando a consolidação de conhecimentos adquiridos em sala de aula.

As visitas de estudo assumem um papel determinante no desenvolvimento pessoal, social e académico dos alunos, constituindo uma ferramenta pedagógica relevante que estimula a motivação, reforça as relações entre alunos e professores, promove a interdisciplinaridade e favorece a aquisição de competências sociais e científicas. Ao apoiar estas iniciativas, o Município contribui para a igualdade de oportunidades no acesso à educação, para o enriquecimento do percurso escolar dos alunos e para a valorização do tecido social da comunidade, quer no presente quer no futuro.

5.4.4 Refeitórios Escolares

Os refeitórios escolares sob gestão do Município da Nazaré constituem uma resposta educativa e nutricional de primeira importância, ao assegurarem aos alunos o acesso a uma alimentação saudável, equilibrada e nutricionalmente adequada, em complemento

da função formativa das escolas e em contributo para o desenvolvimento integral das crianças e jovens do concelho.

Estes espaços são concebidos não apenas como locais de refeição, mas como ambientes propícios à socialização, à convivência entre pares e à aquisição de hábitos alimentares saudáveis. A dimensão relacional do momento da refeição é, assim, pedagogicamente valorizada, reconhecendo-se que a observação e a imitação — mecanismos centrais na aprendizagem infantil — constituem aliados fundamentais na promoção de uma educação alimentar eficaz e duradoura.

Desde setembro de 2019, o Município da Nazaré assumiu a gestão direta de quatro refeitórios escolares, com a missão de garantir refeições de qualidade a todos os alunos. Esta gestão abrange a criação, manutenção e administração dos espaços, bem como a definição das condições de acesso e funcionamento, em conformidade com os horários escolares e as necessidades da comunidade educativa.

A educação alimentar constitui uma componente estruturante do modelo de funcionamento dos refeitórios. No quotidiano do momento do almoço, os alunos são incentivados, através de estratégias de reforço positivo, a adotar uma alimentação completa e variada, sendo sensibilizados para as consequências de uma nutrição inadequada e para os benefícios de uma dieta equilibrada no seu desenvolvimento, bem-estar e rendimento escolar. Paralelamente, promove-se uma consciência ecológica desde os primeiros anos de escolaridade, através da sensibilização para a sustentabilidade dos recursos naturais e para o combate ao desperdício alimentar.

O funcionamento dos refeitórios rege-se por um conjunto de normas e regulamentos que visam garantir a qualidade, a segurança e a organização do serviço prestado. Estes regulamentos definem os procedimentos de marcação e desmarcação de refeições, as condições de pagamento, os horários de funcionamento e as regras de acesso. A marcação de refeições é obrigatória e deve ser efetuada, preferencialmente, até às 23h59 do dia útil anterior, através da plataforma INOVAR online ou presencialmente na papelaria da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, sendo aplicada uma taxa adicional de 0,30€ em caso de marcação no próprio dia.

A gestão municipal dos refeitórios escolares tem um impacto positivo e significativo na comunidade educativa, contribuindo para a melhoria dos hábitos alimentares dos alunos, para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a prevenção de problemas de saúde associados a uma nutrição inadequada.

5.4.5 Bolsas de Estudo para o Ensino Superior

As bolsas de estudo atribuídas pelo Município da Nazaré constituem um instrumento de política educativa local orientado para a promoção da igualdade de oportunidades e para o incentivo à qualificação superior dos jovens do concelho. Este apoio financeiro destina-se a estudantes com mérito académico comprovado que enfrentam condicionalismos económicos no acesso ou na continuidade do ensino superior, reconhecendo na educação um fator determinante para o desenvolvimento social, económico e cultural da região.

O programa de bolsas de estudo prossegue dois objetivos centrais: por um lado, apoiar o ingresso e a permanência no ensino superior de estudantes com aproveitamento escolar que, sem este suporte, dificilmente poderiam prosseguir a sua formação; por outro, contribuir para a formação de quadros técnicos superiores qualificados, elevando o capital humano da população local e promovendo condições mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável do concelho.

Em julho de 2023, a Câmara Municipal da Nazaré procedeu à revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, com o objetivo de ampliar e adequar o apoio prestado. As principais alterações introduzidas incidiram sobre dois aspetos fundamentais: o número de bolsas atribuídas anualmente, que passou a poder ser ajustado em função do número de candidaturas admitidas e aprovadas e da disponibilidade financeira da autarquia, sem exceder um máximo de quinze bolsas por ano; e o valor unitário de cada bolsa, fixado em 700 euros anuais, pagos numa única prestação.

O impacto deste programa na comunidade local é reconhecível em múltiplas dimensões: contribui para a redução das desigualdades económicas no acesso ao ensino superior, incentiva a formação de jovens qualificados com potencial para contribuir ativamente para o desenvolvimento do concelho e reforça a valorização da educação enquanto pilar estruturante do progresso social e económico.

No ano letivo de 2026/2027, o regulamento municipal que enquadra este programa poderá ser objeto de nova revisão, no sentido de garantir uma maior adequação às orientações estratégicas de desenvolvimento educativo e social definidas pela autarquia. Esta eventual atualização enquadra-se numa lógica de melhoria contínua das políticas públicas locais, refletindo uma análise atualizada das dinâmicas sociais, económicas e educativas do concelho. A revisão poderá incidir sobre os critérios de elegibilidade, os procedimentos de candidatura ou as modalidades de apoio, com o propósito de assegurar que os recursos públicos são aplicados de forma eficaz e ajustada às realidades e necessidades emergentes dos estudantes e das suas famílias.

O Município da Nazaré afirma, assim, uma postura proativa na avaliação e atualização das suas políticas de apoio à educação, assegurando que os instrumentos disponíveis permanecem alinhados com as prioridades estratégicas do concelho e respondem, de forma pertinente e sustentada, aos desafios que condicionam o percurso académico dos jovens nazarenos.

5.4.6 Rede de Transportes Escolares

A organização e a gestão da rede de transportes escolares constituem uma das competências municipais de maior impacto na garantia da assiduidade e no acesso equitativo à educação, em particular para os alunos residentes em localidades mais afastadas dos estabelecimentos de ensino. No Município da Nazaré, este serviço é assegurado pela Câmara Municipal no âmbito das competências descentralizadas pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que enquadra a transferência de atribuições para os órgãos municipais no domínio da educação.

A organização dos circuitos tem em consideração os critérios de distância legalmente definidos, a localização dos estabelecimentos de ensino e as necessidades de mobilidade dos alunos, com particular atenção às zonas não servidas por transportes públicos regulares.

5.4.6.1 Circuitos de Transporte

A rede de transportes escolares do Município da Nazaré organiza-se em vários circuitos, concebidos para assegurar a cobertura das diferentes localidades do concelho e a ligação entre as zonas de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino. Os circuitos atualmente identificados são os seguintes:

- a) Circuito Amadeu Gaudêncio (001 e 002)** — assegura o transporte de alunos com destino à Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio;
- b) Circuito Interno Escolar (003)** — garante deslocções internas entre estabelecimentos de ensino do concelho;
- c) Circuito Escolas (005)** — serve os centros escolares do concelho;
- d) Circuito Nazaré–Marinha (007)** — assegura a ligação entre a zona da Marinha e os estabelecimentos de ensino;
- e) Circuito Famalicão (004)** — estabelece a ligação entre a freguesia de Famalicão e os equipamentos escolares;

f) Circuito Nazaré–Alcobaça (006) — assegura o transporte dos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino em Alcobaça.

O serviço de transportes escolares é destinado a:

1. Alunos do ensino básico e secundário: Estudantes que frequentam as escolas públicas do concelho da Nazaré.
2. Estudantes residentes em áreas rurais ou distantes: Aqueles que vivem em localidades afastadas dos estabelecimentos de ensino e que necessitam de transporte para garantir a assiduidade escolar.

A disponibilização de uma rede de transportes escolares eficiente tem um impacto significativo na comunidade educativa da Nazaré, nomeadamente:

1. Redução do absentismo escolar: Ao garantir meios de transporte adequados, diminui-se a probabilidade de faltas relacionadas com dificuldades de deslocação.
2. Apoio às famílias: Facilita a logística diária dos encarregados de educação, especialmente daqueles que residem em áreas mais distantes ou que possuem limitações de mobilidade.
3. Promoção da igualdade de acesso: Assegura que todos os alunos, independentemente da sua localização ou condição socioeconómica, tenham as mesmas oportunidades de frequentar a escola.

5.5 Ação Social Escolar (ASE)

A Ação Social Escolar (ASE) constitui um instrumento fundamental de política educativa municipal, através do qual o Município da Nazaré assegura o apoio às famílias e aos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Este programa visa promover a inclusão social e garantir a equidade no acesso à educação, respondendo às necessidades dos agregados familiares em situação socioeconómica mais vulnerável.

A atribuição dos apoios sociais escolares é definida anualmente com base na avaliação das condições socioeconómicas dos agregados familiares, aferidas através dos escalões da Ação Social Escolar. Os alunos integrados nos escalões A e B beneficiam de apoios diferenciados, sendo o escalão A destinado às situações de maior carência e o escalão B a situações de vulnerabilidade intermédia.

No âmbito da ASE, o Município da Nazaré disponibiliza os seguintes apoios:

1. Refeições Escolares

A subsidiação das refeições escolares garante o acesso a uma alimentação equilibrada durante o período letivo a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico integrados nos escalões A e B. Os alunos do escalão A beneficiam de refeição gratuita, enquanto os do escalão B usufruem de uma comparticipação parcial no custo da refeição. Este apoio estende-se igualmente às interrupções letivas, para os alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família (CAF), assegurando a continuidade de uma resposta alimentar adequada ao longo de todo o ano.

2. Componente de Apoio à Família e Atividades de Animação e Apoio à Família

O Município assegura a subsidiação da Componente de Apoio à Família (CAF), destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), dirigidas às crianças da educação pré-escolar. Estes apoios facilitam a conciliação entre a vida profissional dos encarregados de educação e as necessidades educativas dos seus educandos, garantindo um acompanhamento seguro e pedagogicamente orientado fora do horário letivo.

No conjunto, os apoios disponibilizados no âmbito da Ação Social Escolar refletem o compromisso do Município da Nazaré com uma educação inclusiva e equitativa, que reconhece na redução das desigualdades socioeconómicas uma condição indispensável à promoção do sucesso educativo e ao pleno desenvolvimento de todas as crianças do concelho.

5.6 Compromisso Municipal com a Educação

O compromisso do Município da Nazaré com a educação afirma-se como um eixo estruturante da sua ação política e social, traduzindo-se num conjunto alargado de competências e responsabilidades que visa garantir uma oferta educativa acessível, equitativa e de qualidade para toda a comunidade. Este compromisso materializa-se em domínios tão diversos quanto a gestão e manutenção da rede escolar, o apoio social e pedagógico aos alunos, a organização dos transportes escolares, a dinamização de atividades de enriquecimento curricular e a promoção do bem-estar e da inclusão no contexto educativo.

No plano das infraestruturas, o Município tem assumido um papel ativo na conservação e requalificação dos estabelecimentos de ensino, procurando assegurar condições físicas adequadas ao processo de ensino e aprendizagem. Não obstante os investimentos realizados, persistem desafios significativos, nomeadamente situações de sobrelotação

em alguns equipamentos escolares e a necessidade de ampliação ou requalificação de espaços que respondam ao crescimento da população escolar e às exigências pedagógicas contemporâneas. A resolução destes constrangimentos constitui uma prioridade estratégica para a autarquia, sendo indispensável o apoio do governo central e o recurso a financiamentos comunitários para viabilizar os investimentos necessários.

No domínio do apoio aos alunos e às famílias, o Município disponibiliza um conjunto articulado de respostas que abrange a Ação Social Escolar, os Refeitórios Escolares, a Componente de Apoio à Família, as Atividades de Animação e Apoio à Família e o Campo de Férias — Projeto CriAtividade. Estas iniciativas refletem uma abordagem integrada que reconhece na redução das desigualdades socioeconómicas uma condição essencial à promoção do sucesso educativo e à garantia de igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A aposta nas Atividades de Enriquecimento Curricular e nos projetos pedagógicos complementares evidencia uma visão alargada do papel da escola, que transcende a transmissão de conhecimentos académicos para abranger o desenvolvimento de competências sociais, emocionais, culturais e desportivas. A cedência de técnicos especializados ao Agrupamento de Escolas da Nazaré — psicólogos, técnico superior de educação e terapeuta da fala — reforça a capacidade de resposta da rede educativa local face às necessidades de acompanhamento pedagógico e socioeducativo dos alunos.

A rede de transportes escolares assegura, por sua vez, a mobilidade e a assiduidade dos alunos residentes em localidades mais afastadas dos estabelecimentos de ensino, constituindo um fator determinante de equidade territorial no acesso à educação.

No seu conjunto, as políticas educativas municipais da Nazaré revelam uma visão estratégica e integrada para o setor, orientada para a promoção do sucesso educativo, a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças e jovens do concelho. A consolidação e o aprofundamento desta visão exigem, contudo, um esforço continuado de investimento, que deverá articular os recursos municipais com o apoio governamental e os instrumentos de financiamento europeu disponíveis, no quadro de uma parceria sólida entre a autarquia, o Agrupamento de Escolas e os restantes agentes da comunidade educativa local.

Considerações Finais

6.1 Síntese das principais conclusões

6.1.1 Análise prospetiva 2025–2035

6.1.1.1 Análise introdutória global: determinantes para a educação

Em 2025, a dimensão educativa do concelho deve ser lida a partir de um conjunto integrado de determinantes: (i) dinâmica demográfica e estrutura etária — envelhecimento e dependência —; (ii) dinâmica económica local e emprego, com impacto na atratividade residencial, na mobilidade pendular e nos rendimentos; (iii) capacidade e qualidade da rede escolar — oferta, proximidade, condições físicas e digitais —; (iv) recursos humanos docentes e não docentes; e (v) políticas municipais e parcerias — apoios sociais, transporte escolar, AEC/CAF e programas de inclusão. Em 2024, a população residente era de 15 856 habitantes, com crescimento líquido face a 2021 suportado por saldo migratório positivo. Este padrão sugere que as opções de política municipal — habitação acessível, mobilidade, serviços e emprego — serão determinantes para a procura educativa até 2035.

6.1.1.2 Dimensão demográfica e índice de dependência: implicações para a procura educativa

A evolução demográfica recente indica crescimento populacional sustentado sobretudo por migração, num contexto de saldo natural negativo. Em 2024, o concelho registava 15 856 residentes, com um aumento de 5,3% face a 2021, explicado por saldo natural de -179 e saldo migratório de +979 (PORDATA/INE). Daqui decorrem dois efeitos críticos para a educação: por um lado, a procura não depende apenas da natalidade local, mas também da capacidade de atrair famílias; por outro, a estrutura etária continua a envelhecer, pressionando o índice de dependência e o orçamento municipal.

O índice de dependência total é o indicador-síntese para antecipar pressão sobre os serviços e as finanças locais. No cenário conservador de referência, este índice evolui de aproximadamente 64 dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa em 2025 para cerca de 70,8 em 2035, com crescimento do peso relativo dos idosos — dependência de idosos próxima de 50 em 2035. Este envelhecimento implica: (i) maior competição orçamental entre a educação e as respostas sociais e de saúde; (ii) maior necessidade de políticas de atração de jovens e famílias; e (iii) reforço de estratégias de educação ao longo da vida e de requalificação de adultos.

A projeção 2025–2035 é construída em três cenários — otimista, conservador e pessimista —, detalhados na secção 5.1.1.11, mantendo coerência aritmética entre a população por grupos etários e os índices de dependência.

6.1.1.3 Política municipal e governação educativa: instrumentos, prioridades e capacidade de execução

A política municipal influencia diretamente a procura educativa — pela captação e fixação de famílias — e a qualidade do serviço prestado — pela rede, pelos apoios e pela inclusão. Para 2025–2035, a robustez do planeamento exige que a presente Carta Educativa funcione como instrumento de governação com: (i) prioridades faseadas a curto, médio e longo prazo; (ii) carteira de projetos com custos, fontes de financiamento e responsáveis identificados; (iii) contratualização com parceiros, designadamente o Agrupamento de Escolas, as IPSS e os estabelecimentos de ensino privados; e (iv) monitorização anual baseada em indicadores.

Recomenda-se o alinhamento das medidas com três linhas de política municipal: **atração e fixação de famílias** — habitação, mobilidade, serviços —; **qualidade e equidade** — apoios sociais, CAF/AEC, alimentação, transporte, digitalização e inclusão —; e **qualificação e empregabilidade** — articulação com o tecido empresarial, oferta profissional e requalificação de adultos.

6.1.1.4 Alunos matriculados por ciclos: leitura de tendência e projeção por cenário

Em 2023/2024, estavam matriculados 2 116 alunos nas escolas do município — do pré-escolar ao pós-secundário não superior, incluindo adultos —, com 475 alunos no ensino secundário, dos quais 257 em cursos profissionais e 194 em cursos científico-humanísticos (PORDATA/DGEEC). A evolução recente é positiva, com um acréscimo de 154 alunos face a 2021, sugerindo que a procura é sensível à dinâmica migratória e à atratividade local.

As projeções por ciclo foram estimadas a partir da estrutura etária projetada para os grupos etários 0–14 e 15–24 anos, calibradas com o valor observado em 2023/2024 e testadas nos três cenários. O objetivo é fornecer uma banda de planeamento para a capacidade, a rede e os recursos humanos, com gatilhos anuais de recalibração.

6.1.1.5 Rede escolar e rede física: capacidade, proximidade, requalificação e eficiência

A rede escolar deve responder simultaneamente a três requisitos: (i) capacidade suficiente e flexível para absorver picos de procura por migração; (ii) proximidade e acessibilidade, para redução de desigualdades territoriais; e (iii) eficiência de exploração,

em termos de custos energéticos, manutenção e operação. A análise prospetiva recomenda privilegiar intervenções estruturais que aumentem a flexibilidade e a qualidade: requalificação e modernização energética, melhoria de acessibilidades, criação de espaços pedagógicos multifuncionais — STEAM, laboratórios, artes — e reforço da conectividade digital.

Em cenários de crescimento, o risco é a pressão sobre o pré-escolar e o 1.º ciclo; em cenários pessimistas, o risco é a subutilização de alguns polos e o aumento dos custos unitários. A estratégia deve combinar requalificação com gestão de rede — zonamento, transportes, oferta inter-escolas — em vez de decisões irreversíveis e prematuras.

6.1.1.6 Corpo docente e assistentes operacionais: dimensionamento, sucessão e competências

A tradução da procura projetada em necessidades de recursos humanos é indispensável para a robustez do planeamento.

No período 2025–2035, os principais riscos são:

- (i) saídas por aposentação e dificuldade de atração e retenção de profissionais;
- (ii) aumento da complexidade do trabalho em contexto escolar, com crescimento das necessidades educativas especiais, da diversidade linguística e cultural e dos problemas de saúde mental;
- (iii) necessidades de atualização de competências digitais e pedagógicas. Recomenda-se a elaboração de um **plano municipal de recursos humanos** articulado com o Agrupamento de Escolas e os seus parceiros, contemplando a sucessão e estabilização das equipas, a capacidade de resposta a picos de procura, a formação contínua em inclusão e em competências digitais, e o dimensionamento de assistentes operacionais ajustado à extensão do horário e do parque escolar.

6.1.1.7 Setor empresarial, população e emprego: implicações na educação e na qualificação

A estrutura económica local condiciona a atratividade residencial do concelho e os percursos educativos e formativos dos jovens. Em 2024, o concelho contava com 2 629 empresas, na sua esmagadora maioria microempresas (2 556), sendo os ramos com maior peso no emprego o alojamento, a restauração, as indústrias transformadoras e o comércio a retalho (PORDATA/INE/IEFP). Em 2023, os trabalhadores por conta de

outrem apresentavam em média 10,6 anos de escolaridade e um ganho médio mensal inferior à média nacional (PORDATA).

As implicações para a política educativa são claras: reforçar (i) as competências transversais — digital, línguas e cidadania —; (ii) a qualificação intermédia alinhada com o turismo sustentável, a economia do mar e dos serviços, e a manutenção industrial e logística; e (iii) a educação e formação de adultos, para elevar rendimentos, reduzir a vulnerabilidade laboral e apoiar transições de emprego.

6.1.1.8 Impacto prospetivo demografia–educação (2025–2035): efeitos cruzados e pontos críticos

A demografia condiciona a procura educativa, mas a qualidade da oferta educativa também condiciona a demografia, pela via da atratividade do território para a fixação de famílias. O crescimento da população em idade escolar dependerá mais do saldo migratório do que da natalidade local. A melhoria da rede escolar, das respostas inclusivas e da oferta formativa reforça a capacidade de fixação de residentes.

Os pontos críticos a monitorizar no período 2025–2035 são: (1) pressão no pré-escolar e no 1.º ciclo caso o saldo migratório de famílias se mantenha positivo; (2) efeitos de coorte com desfasamento temporal nos ciclos subsequentes; (3) manutenção e eventual expansão da via profissional no secundário — já predominante em 2023/2024 — e necessidade de reforço das parcerias com empresas; e (4) crescimento da procura de apoios especializados e de recursos não docentes.

6.1.1.9 Coerência com os Eixos 1–3 e principais intervenções

A carteira de intervenções definida na presente Carta Educativa deve ser coerente com a banda de procura projetada pelos três cenários e com os eixos estratégicos que a estruturam. Em termos de tipologia, destacam-se três domínios de intervenção:

- **Intervenções estruturais na rede física:** requalificação energética e funcional, melhoria de acessibilidades, criação de espaços flexíveis e polivalentes, reforço da segurança e da resiliência climática dos edifícios.
- **Intervenções pedagógicas e de inclusão:** reforço do apoio especializado, adoção de princípios de *universal design for learning*, tecnologia assistida, programas de promoção do sucesso escolar e apoio às transições entre ciclos.
- **Oferta formativa:** consolidação e atualização das vias profissionais alinhadas com a economia local — turismo e serviços, economia do mar, manutenção industrial e digital — e reforço da educação e formação de adultos.

A coerência com os cenários de planeamento impõe estratégias diferenciadas: no cenário otimista, priorizar capacidade, flexibilidade, transportes e recursos

humanos; no conservador, priorizar qualidade, eficiência e reforço da inclusão; no pessimista, priorizar a eficiência da rede, o combate ao abandono e a requalificação de adultos.

6.1.1.10 Benefícios esperados e prioridades de investimento por fase

Os benefícios transversais esperados são: melhoria dos resultados escolares e da equidade, redução das assimetrias territoriais no acesso à educação, maior atratividade do concelho para a fixação de famílias, maior eficiência energética e operacional da rede escolar e melhor alinhamento entre as qualificações produzidas e as necessidades do mercado de trabalho local.

As prioridades de investimento distribuem-se pelas três fases definidas na presente Carta Educativa:

- **Fase 1 (2025–2027) — estabilizar e preparar:** intervenções estruturais prioritárias, melhoria de acessibilidades e conectividade digital, elaboração do plano de recursos humanos, reforço dos apoios e das respostas inclusivas.
- **Fase 2 (2028–2031) — consolidar e expandir:** expansão modular de capacidade onde necessário, criação de laboratórios e espaços STEAM, reforço e diversificação da oferta profissional e aprofundamento das parcerias com o tecido empresarial.
- **Fase 3 (2032–2035) — otimizar e inovar:** reconfiguração da rede em função do cenário demográfico verificado, aprofundamento da educação ao longo da vida e consolidação da inovação pedagógica.

6.1.1.11 Cenários prospetivos 2025–2035: pressupostos e trajetórias

Os três cenários distinguem-se essencialmente no saldo migratório de famílias e jovens, na acessibilidade habitacional, na dinâmica do emprego e na eficácia das políticas de inclusão. Todos partem do ano base 2025 e mantêm consistência interna entre a população por grupos etários e os índices de dependência.

Trajetória anual do Índice de Dependência Total (2025–2035)

Ano	Otimista (Total)	Conservador (Total)	Pessimista (Total)	Otimista (Pré+1.º)	Conservador (Pré+1.º)	Pessimista (Pré+1.º)	Otimista (Sec.)	Conservador (Sec.)	Pessimista (Sec.)	
2025	2116	2116	2116	917	917	917	466	466	466	
2030	2339	2241	2031	1024	982	884	500	478	442	
2035	2564	2364	1948	1132	1046	852	535	489	418	
	Ano	Otimista			Conservador			Pessimista		
	2025.0	64.0			64.0			64.0		
	2026.0	64.7			64.8			65.4		
	2027.0	65.3			65.5			66.8		

	2028.0	66.0	66.2	68.2
	2029.0	66.6	66.9	69.6
	2030.0	67.2	67.6	71.1
	2031.0	67.7	68.3	72.5
	2032.0	68.2	68.9	73.9
	2033.0	68.8	69.6	75.4
	2034.0	69.3	70.2	76.8
	2035.0	69.7	70.8	78.2
	Indicador (2035)	Otimista	Conservador	Pessimista
	População total	20 200	18 809	17 200
	0-14 anos	2450	2287	1900
	15-64 anos	11900	11011	9650
	65+ anos	5850	5511	5650
	Índice dependência total	69.7	70.8	78.2

6.1.1.12 Riscos e mecanismos de mitigação

Os principais riscos identificados para o período 2025–2035 são: (1) volatilidade do saldo migratório; (2) pressão orçamental crescente decorrente do envelhecimento da população; (3) escassez e dificuldade de retenção de recursos humanos qualificados; (4) aumento da complexidade educativa, com crescimento das necessidades especiais, da diversidade linguística e cultural e dos problemas de saúde mental; e (5) desalinhamento entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho.

As medidas de mitigação propostas incluem: gestão de capacidade modular e flexível; priorização faseada das intervenções com critérios de eficiência energética; plano de sucessão, atração e formação de recursos humanos; reforço das equipas multidisciplinares e estabelecimento de protocolos de atuação; parcerias com empresas e atualização anual da oferta formativa; e painéis de monitorização com gatilhos de gestão e revisões bienais sempre que necessário.

6.1.1.13 Monitorização e recalibração anual

A monitorização anual é o mecanismo que garante a robustez e a atualidade das projeções ao longo do horizonte de planeamento. Propõe-se um painel mínimo de indicadores: (i) população residente e saldo migratório; (ii) nascimentos; (iii) alunos matriculados por ciclo e por estabelecimento; (iv) taxas de transição, sucesso e abandono; (v) alunos com necessidades educativas especiais e apoios prestados; (vi) rácios alunos/docente e alunos/assistente operacional; (vii) ocupação e capacidade por estabelecimento; e (viii) indicadores de emprego e empresas.

Os gatilhos de gestão são os seguintes: se a matrícula no pré-escolar e no 1.º ciclo crescer acima de 3% ao ano durante dois anos consecutivos, ativar expansão modular de capacidade, reforço dos transportes e abertura de processo de contratação; se a via profissional no secundário ultrapassar 60% das matrículas, reforçar laboratórios e parcerias com empresas; se o índice de dependência total crescer acima do cenário conservador durante dois anos consecutivos, reforçar as medidas de atração de famílias e a eficiência orçamental.

6.1.1.14 Anexo técnico — metodologia de projeção e análise de sensibilidade (2025–2035)

Objetivo: explicitar a metodologia utilizada nas projeções por cenários, os pressupostos quantitativos adotados e o procedimento de recalibração anual, garantindo transparência e robustez ao planeamento.

A) Fontes de dados e calibração (ano base 2025)

As projeções baseiam-se em três tipos de fontes: (i) a própria Carta Educativa, para os dados sobre a rede escolar, os recursos humanos, a oferta formativa, a organização territorial e a evidência local; (ii) estatística oficial — INE para estimativas anuais de população, nascimentos, óbitos e migrações; DGEEC para matrículas por ciclo, taxas de transição e abandono; IEFP para desemprego; e PORDATA/Retratos Municipais para séries consolidadas —; e (iii) calibração das taxas de escolarização por idade e ciclo, ajustadas para reproduzir o último ano letivo observado na Carta e as tendências recentes até 2024/2025, evitando descontinuidades artificiais.

B) Método de projeção

A projeção demográfica segue o modelo componente-coorte com as equações fundamentais:

$$População(t+1) = População(t) + Saldo Natural(t) + Saldo Migratório(t)$$

$$Saldo Natural(t) = Nascimentos(t) - Óbitos(t)$$

O Saldo Migratório é parametrizado por cenário e validado com as tendências recentes.

Os índices de dependência são calculados com os grupos etários e fórmulas seguintes:

$$IDJ = (0-14) / (15-64) \times 100 \quad | \quad IDI = (65+) / (15-64) \times 100 \quad | \quad IDT = (0-14 + 65+) / (15-64) \times 100$$

A conversão da demografia em procura educativa segue a fórmula:

$$Matrículas(ciclo, t) = Pop(idade alvo, t) \times Taxa de escolarização \times Fator de escolha (público/privado) \times Fator de mobilidade$$

C) Parâmetros por cenário

Os valores seguintes são parâmetros de planeamento, ajustáveis anualmente. A leitura recomendada é por banda – intervalo entre os cenários otimista e pessimista – e não por valor pontual.

Parâmetro (2025–2035)	Conservador (base)	Otimista	Pessimista
Saldo migratório anual (pessoas)	ligeiramente positivo	positivo e sustentado	nulo/negativo
Atração de famílias com crianças	moderada	elevada (habitação + emprego)	baixa (custos/escassez)
Evolução emprego local	estável/gradual	crescimento (turismo+serviços+economia azul/indústrias)	estagnação/contração
Pressão habitação/arrendamento	alta mas gerida	reduzida por oferta/mitigação	muito alta (expulsão residencial)
Taxa de transição/ retenção escolar	mantém-se	melhora (apoios e oferta)	piora (riscos sociais)
Preferência público/privado	estável	migração para público (capacidade/qualidade)	migração para privado/fora
Capacidade municipal de execução	regular	alta (financiamento e gestão)	baixa (restrições e atrasos)

D) Análise de sensibilidade

Para efeitos de robustez, cada parâmetro-chave é tratado como alavanca. O quadro seguinte sistematiza o sentido do impacto esperado e os gatilhos propostos para ativar fases de intervenção.

Regra prática: se dois gatilhos negativos ocorrerem em simultâneo durante dois anos consecutivos, adotar a trajetória do cenário pessimista para o planeamento de capacidade; se dois gatilhos positivos ocorrerem, aproximar do cenário otimista.

Alavanca	Efeito em demografia/IDT	Efeito em matrículas	Gatilho de gestão (monitorização anual)
Migração de famílias (25–44)	↑ população ativa; ↓ IDT (mais 15–64)	↑ pré/1.º ciclo (com defasagem 1–3 anos)	Varição positiva de residentes 25–44 e aumento pré/1.º ciclo $\geq +3\%$ /ano
Migração de idosos	↑ IDT (mais 65+)	efeito direto baixo; ↑ procura de serviços (apoios sociais)	IDI cresce $\geq +2$ p.p./ano sem contrapartida em 15–64
Nascimentos	↓ IDT jovens no curto prazo se cair; ↑ se subir	↑/↓ pré-escolar com defasagem 3–5 anos	Nascimentos (INE) variam $\geq \pm 5\%$ /ano por 2 anos

Mercado de trabalho local	↑ atratividade; ↓ saída de jovens	↑ retenção no 3.º ciclo/sec e vias profissionais	Desemprego (IEFP) sobe > +1,5 p.p. ou cai > -1 p.p.
Custos de habitação	↓ retenção de famílias; ↑ mobilidade para fora	↓ matrículas públicas / ↑ mobilidade intermunicipal	Aumento de preços/arrendamento + perda líquida de residentes 0-14
Execução municipal (obras/serviços)	melhora capacidade de resposta	↑ confiança no público; ↓ absentismo/abandono	Atrasos críticos > 12 meses em intervenções estruturais

E) Coerência metodológica com os Eixos 1-3

O Eixo 1 — rede física — é dimensionado pela banda de matrículas: o cenário conservador define a capacidade mínima, o otimista define a capacidade modular e o pessimista define a estratégia de reafetação e otimização. O Eixo 2 — sucesso educativo — funciona como amortecedor: no cenário pessimista, reforça-se a prevenção da retenção e do abandono e o apoio socioeducativo. O Eixo 3 — oferta formativa — é o principal mecanismo de alinhamento com o emprego: no cenário otimista, expande-se e diversifica-se; no pessimista, foca-se na empregabilidade imediata e na requalificação.

F) Procedimento de recalibração anual

O procedimento de recalibração anual decorre em cinco passos:

- 1. Atualizar a população, os nascimentos, os óbitos e o saldo migratório** com base nos dados do INE/PORDATA e comparar com a trajetória do cenário conservador.
- 2. Atualizar as matrículas por ciclo** com base nos dados da DGEEC e dos agrupamentos de escolas e comparar com a banda dos três cenários.
- 3. Recalcular os índices IDJ, IDI e IDT** e validar a coerência com a estrutura etária atualizada.
- 4. Ativar os gatilhos** identificados na tabela de sensibilidade e ajustar a capacidade e as intervenções por fase.
- 5. Registrar as alterações e justificar as decisões** no relatório anual de monitorização da Carta Educativa.

Bibliografia

Bravo, R. (2007). *Tesis doctorales y trabajos de investigación científica*. Madrid: Thomson Editores.

Briones, G. (1996). *Metodología de la investigación cuantitativa en las ciencias sociales*. Bogotá: ARFO Editores.

Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Comissão Europeia. (2021). *Evolução do sistema de ensino*. Obtido em 17 de Julho de 2021, de https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/historical-development-60_pt-pt

DGEEC, DGEstE, & IGeFE. (2021). *Guião para Elaboração Carta Educativa*. Lisboa: DGEEC, DGEstE, IGeFE.

Direção-Geral da Educação. (2019). *Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar*. Obtido em 17 de Julho de 2021, de Direção-Geral da Educação: <http://www.dge.mec.pt/programa-nacional-de-promocao-do-sucesso-escolar>

Direção-Geral da Educação. (2021). *Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar*. Obtido em 2021 de Julho de 17, de Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: <https://pnpse.min-educ.pt/>

Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. Em *International Journal of Qualitative Methods*, 5:1 (pp. 80–92). doi:10.1177/160940690600500107

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Ed. Monitor.

Freixo, M. (2009). *Metodologia científica: fundamentos métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ministério da Educação. (2021). *Carta Educativa: guião para a elaboração*. Lisboa: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Morse, J., & Mitcham, C. (2002). Exploring Qualitatively-Derived Concepts: Inductive-Deductive Pitfalls. Em *International Journal of Qualitative Methods*, 1:4 (pp. 28–35). doi:10.1177/160940690200100404